

MARINALDO FERNANDO DE SOUZA

**DAS FORMAS INSTITUÍDAS ÀS CONTRADIÇÕES REVELADAS:
ANÁLISE DA PRÁXIS EDUCACIONAL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



**ARARAQUARA – S.P.
2010**

Souza, Marinaldo Fernando de

Das formas instituídas às contradições reveladas: análise da práxis educacional das políticas públicas de assistência social / Marinaldo Fernando de Souza – 2010

115 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de

Araraquara

ORIENTADOR: DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER

1. Educação social. 2. Relação de poder. 3. Preconceito.
4. Ideologia. 5. Família. 6. Trabalho social. I. Título.

MARINALDO FERNANDO DE SOUZA

**DAS FORMAS INSTITUÍDAS ÀS CONTRADIÇÕES REVELADAS:
ANÁLISE DA PRÁXIS EDUCACIONAL DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

**ARARAQUARA – S.P.
2010**

MARINALDO FERNANDO DE SOUZA

DAS FORMAS INSTITUÍDAS ÀS CONTRADIÇÕES REVELADAS: ANÁLISE DA PRÁXIS EDUCACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Data de aprovação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Rosemeire Scopinho

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Membro Titular: Profa. Dra. Ângela Viana Machado Fernandes

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

**À minha mãe, sempre amorosa,
confiante e presente; à memória
de meu pai, mais vivo do que
nunca em minha história, e à
memória de todas as pessoas
queridas de minha família que se
foram.**

AGRADECIMENTOS

A todas as Forças deste Universo, sejam elas quais forem: Deus, Deusa, Hiracocha, Pachamama, Buda, Oxalá... Aos Santos do Céu e aos Guias espirituais da Aruanda.
EPARREI!

À professora Dulce Consuelo Andretta Whitaker, orientadora, educadora e amiga, que sempre acreditou no meu trabalho. Obrigado pelo acolhimento nos momentos difíceis, pela paciência, pela alegria compartilhada, por ter feito de mim um homem mais humano e conciliado com o mundo. Coisa que só uma mãe sabe fazer!

Ao meu pai Etelvino Gomes de Souza, nordestino, piauiense, negro, índio, “Severino”, amante da vida e de uma boa dança. À minha querida mãe, Maria Aparecida Dorice de Souza, pelo amor incondicional, carinho, dedicação e respeito aos caminhos que escolhi.

Às minhas irmãs, Selma Aparecida de Souza e Telma Luzia de Souza, pelo apoio e pelo carinho.

À minha avó querida Antonia Menegazzo Dorice, pelo carinho, pelas orações e palavras de conforto.

Ao meus amigos Lúcia Pires e Ronaldo Pires pela força constante, por terem me ensinado muitas coisas especiais que levarei por toda minha vida!

À minha amada e querida companheira Mônica de Fátima Soares, que esteve junto de mim nesta caminhada compreendendo minha ausência, meus desesperos e, também, minhas alegrias a cada etapa superada. Muito obrigado!

À minha amiga Sílvana Onofre, companheira de pesquisa, que foi a grande “culpada” disso tudo. Agradeço muito por ter me convidado para trabalhar no apoio técnico à Professora Dulce Whitaker. Você foi responsável por um dos encontros mais significativos de minha vida.

À Jandira Soares, companheira de trabalho social, que entendeu minhas ausências de corpo e espírito provocadas por esse jornada. Muito obrigado pela compreensão, pelo carinho e pela humanidade oferecida.

À professora Rose Scopinho por sua confiança, pelas discussões e ensinamentos relevantes junto ao grupo de Psicologia Social e Comunitária da UFSCar. Também por aceitar o convite para ser membro da banca da defesa.

À professora Ângela Viana Machado Fernandes que, para além da academia, luta constantemente contra todas as formas de opressão, preconceito e violência, com grande destaque para as questões da infância e juventude.

À Aparecida Santos, mulher de fibra e corajosa, que luta valentemente em prol da garantia de Direitos às crianças e adolescentes. Uma mulher que me ensinou a dar os primeiros passos como Educador e Psicólogo Social. Muito do que sou é fruto da convivência com essa pessoa extraordinária.

A todos os meus companheiros/as de trabalho do Projeto Arco-Íris, pelos momentos de partilha das angústias e das alegrias.

À Valéria Whitaker, que vem se transformando numa grande irmã. Agradeço pela confiança, pelos ouvidos atentos às minhas loucuras, pelas oportunidades e por me ajudar a reconhecer que a ciência pode ser algo tão leve quanto um banho de cachoeira numa tarde ensolarada.

À professora Cris Carniel, por sua gentileza com mundo, pelos sorrisos que tornaram a Psicologia ainda mais apaixonante.

À amiga Maria Aparecida Nery, na qual muito me inspirei, desde os meus primeiros passos como educador social, por sua seriedade e compromisso com as questões da infância e juventude

Às famílias com as quais caminhei em minha trajetória como educador e psicólogo social. Agradeço por tudo que aprendi - e ainda aprendo - pelas metamorfoses constantes e pela aprendizagem proporcionada.

Aos meus queridos amigos que torceram por mais essa conquista, Teco e Mirian, Tiba, Kadú e Marta, Bigode e Bia, Guinão, Claudinha...

Aos meus colegas de trabalho que, assim como eu, lutam pela humanização dos serviços de assistência social e pela superação de todas as injustiças sociais – mesmo que seja um sonho distante, todos os dias corremos atrás dele!

Ao amigo Juan Toro e sua filha Bárbara Toro, pela tradução do resumo em espanhol. Também a Tatiana Oliveira pelo assessoramento.

Aos funcionários da seção de Pós-graduação da FCL pelas informações e esclarecimentos.

Às pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas

“E não há melhor resposta que o espetáculo da vida: vê-la desfiar seu fio, que também se chama vida, ver a fábrica que ela mesma, teimosamente, se fabrica, vê-la brotar como há pouco em nova vida explodida mesmo quando é assim pequena a explosão, como a ocorrida como a de há pouco, franzina mesmo quando é a explosão de uma vida severina. [...]”

João Cabral de Melo Neto (s/d)

RESUMO

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as práticas socioeducativas vêm se destacando como modelo de atuação no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, cujo objetivo é o processo de conscientização e superação da condição de pobreza de pessoas, famílias e comunidades beneficiadas pelos serviços. Pretende-se com isso, romper com as velhas práticas assistencialistas, que visam tão somente a provisão de recursos materiais através de ações de caridade e, valorizar a educação como prática da liberdade. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo central, compreender o modelo de educação social praticado em instituições incumbidas de oferecer serviços de assistência social - tanto de forma direta através das unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como indiretamente nas entidades e organizações de Assistência Social que dão apoio aos serviços. A premissa inicial que fora submetida ao objetivo central, é a de que as ações educativas desenvolvidas nesses espaços são obstaculizadas por olhares preconceituosos sobre as pessoas atendidas. Trabalhou-se com a hipótese de que as micro-relações estabelecidas no trabalho socioassistencial são instrumentos de circulação e manutenção de poder e dominação. Para a coleta de dados, foram utilizados procedimentos metodológicos de inspiração etnográfica - descrições em Diário Campo, técnicas de grupo e observações participantes - que permitiram captar e analisar conhecimentos acumulados, hábitos, valores e estratégias de atuação dos trabalhadores ligados aos serviços. A partir da análise de conteúdo das falas e da observação dos métodos de trabalho de profissionais diretamente ligados às ações socioeducativas, percebeu-se que os vínculos estabelecidos entre trabalhadores e usuários dos serviços, acabam fortalecendo situações de dominação e de manutenção do poder, mesmo nos momentos em que a atuação vem revestida das mais “boas intenções” e “generosidade”. Os dados também revelaram olhares preconceituosos dirigidos às famílias, comumente chamadas de desestruturadas ou desarmoniosas, que acabam resultando em práticas de assistencialismo controlador. Isso apresenta uma grande contradição entre os objetivos preconizados pelas Leis que regulamentam as ações, e a realidade encontrada, pois, as interpretações dos dados mostraram o “sentido alienador” das relações, que não contribui para estimular o exercício de conscientização, superação da pobreza, ou de educação como prática de liberdade. (FREIRE, 2007)

Palavras – chave: Educação Social, Relação de Poder, Preconceito, Ideologia, Família, Trabalho Social.

RESUMÉN

Con la implantación del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), las prácticas socioeducativas se vienen destacando como modelo de acción en el ámbito de la Política Nacional de Asistencia Social, cuyo objetivo es el proceso de concienciación y superación de la condición de pobreza de personas, familias y comunidades beneficiadas por los servicios sociales. Se pretende, por una parte romper con las viejas prácticas asistenciales, que se preocupan solamente de la provisión de recursos materiales a través de acciones de caridad y, por otra, valorizar la educación como práctica de la libertad. Coherente a lo anteriormente expuesto, esta investigación tuvo como objetivo central, comprender el modelo de educación social practicado en instituciones que ofrecen servicios de asistencia social - tanto de forma directa a través de las unidades de Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), como indirectamente en las entidades y organizaciones de Asistencia Social que dan apoyo a los servicios. La premisa inicial afiliada al objetivo central, es la de que las acciones educativas desarrolladas en esos espacios son obstaculizadas por prejuicios sobre las personas atendidas. Se trabajó con la hipótesis de que las micro-relaciones establecidas en el trabajo socioasistencial son instrumentos de circulación y manutención de poder y dominación. Para la recolección de datos se utilizaron procedimientos metodológicos de corte etnográfico - descriptivo en Diario Campo, técnicas de grupo y observaciones participantes - que permitieron captar y analizar conocimientos acumulados, hábitos, valores y estrategias de actuación de los trabajadores que prestan estos servicios. A partir del análisis de contenido de los discursos y de la observación de los métodos de trabajo de profesionales directamente relacionados a las acciones socioeducativas, se percibió que los vínculos establecidos entre trabajadores y usuarios de los servicios, terminan fortaleciendo situaciones de dominación y de manutención del poder, hasta en los momentos en que la acción viene revestida de las más “buenas intenciones” y “generosidad”. Los datos también revelaron miradas prejuiciosas dirigidas a las familias, comúnmente llamadas desestructuradas o desarmoniosas, que tienden finalmente a ser prácticas de asistencialismo controlador. Esta situación presenta una gran contradicción entre los objetivos preconizados por las leyes que reglamentan las acciones y la realidad encontrada, pues las interpretaciones de los datos mostraron el “sentido alienador” de las relaciones, que no contribuye para estimular el ejercicio de concienciación, superación de la pobreza, o de educación como práctica de libertad. (FREIRE, 2007)

Palabras claves: Educación social, Relación de poder, Prejuicio, Ideología, Familia, Trabajo social.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação de resposta para a pergunta “o que é família?”	p.75
Tabela 2	Relação de resposta para a pergunta “como é a minha família?”	p.76
Tabela 3	Relação de resposta para a pergunta “como são as famílias que eu atendo?”	p.77
Tabela 4	Síntese dos principais olhares sobre a família	p.78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CADÚNICO	Cadastramento Único
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Apresentação e Justificativa.....	15
Memória e trajetória do pesquisador rumo ao tema.....	19
1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	25
1.1 A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 - e a organização do Sistema único de Assistência Social - SUAS.....	31
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	36
2.1 Família: algumas pontuações teóricas.....	55
3 A PESQUISA ETNOGRÁFICA COMO OPÇÃO METODOLÓGICA.....	61
3.1 As técnicas de pesquisa.....	65
3.1.1 O Diário de Campo.....	65
3.1.2 A trajetória das anotações em Diário de Campo.....	70
3.1.3 Os Grupos Focais.....	71
3.1.4 Definição e caracterização dos Grupos Focais.....	71
3.1.5 Descrição geral dos Grupos Focais.....	74
3.2 Organização dos dados.....	76
4. INTERPRETAÇÃO: Críticas, denúncias e sugestões.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

Apresentação e Justificativa

“O único pensamento que sobrevive é aquele que vive na temperatura de sua própria destruição” (MORIN, 1993, p.83)

Esta pesquisa teve como objetivo central compreender o modelo de educação social praticado junto às Políticas Públicas de Assistência Social, a partir da análise de conteúdo das falas e da observação dos métodos de trabalho, de profissionais diretamente ligados às ações socioeducativas em instituições incumbidas de oferecer serviços de assistência social, tanto de forma direta através das unidades de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS - como indiretamente nas entidades e organizações de Assistência Social que dão apoio aos serviços.

Para tanto, foram realizados procedimentos metodológicos de inspiração etnográfica, com a utilização de descrições em Diário Campo, técnicas de grupo e observações participantes, que permitiram captar e analisar conhecimentos acumulados, hábitos, valores e estratégias de atuação dos profissionais que compõem o quadro de técnicos de referência¹ na organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - previsto pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

De modo geral, os dados foram obtidos a partir de trabalhadores da assistência social contemplando Araraquara e uma outra cidade do mesmo porte que manteremos no anonimato porque entendemos que o problema que estamos analisando, é geral e não tem relação mecânica com os espaços nos quais acontece. A premissa inicial que fora submetida ao objetivo central é a de que as ações educativas são prejudicadas por olhares preconceituosos, que não levam em conta a condição vulnerável - ou vulnerada - e de exclusão das famílias, bem como suas peculiaridades e modos de ser. Para o

¹ No Caso dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – que são responsáveis pela execução direta dos serviços de Assistência Social do Município, para cada 500 famílias referenciadas na unidade exige-se uma equipe técnica mínima, com 1 Assistente Social e 1 outro profissional de nível superior (preferencialmente Psicólogo), 1 auxiliar administrativo, até quatro estagiários e 1 Coordenador. Mas cumpre lembrar, que outros profissionais (sociólogos, antropólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, ou educadores sociais de nível médio) poderão compor o quadro de profissionais, conforme a demanda local. No caso das entidades, a escolha dos profissionais, é determinada pelas necessidades e características dos serviços prestados.

aprofundamento crítico, a pesquisa levantou uma hipótese de que *as micro-relações estabelecidas no trabalho socioassistencial são instrumentos de circulação e manutenção de poder e dominação.*

Essas inquietações sobre as ações educativas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – mais exatamente sobre possibilidade de desmascaramento de práticas opressoras em trabalhos com propósitos educativos, conscientizadores e de superação da condição de exclusão - começaram a emergir desde meu ingresso na graduação em Psicologia no ano de 2000, cujos estudos de Psicologia Social, fizeram emergir importantes elementos de análise sobre preconceito, ideologia e relações de opressão no desenvolvimento de ações socioeducativas em setores públicos e privados.

Quando comecei a pensar nos momentos iniciais desta pesquisa, a primeira impressão foi de que tais assuntos foram tão intensamente debatidos pelas Ciências Humanas – em especial pela Sociologia, Psicologia, Antropologia, Educação, Serviço Social - que talvez fosse interessante trilhar outros caminhos, pois a premissa já estava dada. É mais do que certo que o tema vem sendo preocupação de muitos pesquisadores, porém as especificidades do campo a ser pesquisado e a sua recente reorganização no Brasil, talvez lhe confira certa originalidade, principalmente quando nos debruçamos sobre as micro-relações de poder que informam a nossa hipótese.

Apesar da grande variedade de estudos sobre preconceito, relações de poder e opressão que podem ser encontrados na literatura acadêmica, o que impressiona é a dificuldade observada de se colocar em prática o ideal de relações menos opressoras dentro do trabalho socioassistencial.

Sendo assim, as análises de conteúdo e o seu aprofundamento crítico, foram realizadas a partir do pensamento complexo de Paulo Freire, tal como exposto na Pedagogia do Oprimido, sua obra mais radical. Mas, cumpre lembrar logo de início que, ser radical, para Freire, é ir à raiz dos fenômenos e não significa ser sectário - característica dos dogmáticos (FREIRE, 2007). Entende-se que é preciso desvendar para além das objetivações, os aspectos ideológicos que se escondem por detrás dos conteúdos observados. Para tanto, além do pensamento freireano, para uma crítica mais radical foram utilizados outros pressupostos teóricos que, de certa forma, são complementares no processo de interpretação dos dados. Sobre o assunto, Paulo Freire (1983 p. 27) diz:

O fundamental, porém, é que esta reflexão, de caráter teórico, não se degenera nos verbalismos vazios nem por outro lado, na mera explicação da realidade que devesse permanecer intocada. Em outras palavras, reflexão em que a explicação do mundo devesse significar a sua aceitação, transformando-se, desta forma, o conhecimento do mundo em instrumento para a adaptação do homem a ele

A premissa, as análises e a hipótese apresentadas refletiram preocupações com os sentidos e significados – e seus desdobramentos teórico-práticos - dados por trabalhadores dentro do campo de atuação nas políticas de assistência social e não refletem especificamente o posicionamento de profissionais ligados a uma única área do conhecimento. Por mais que seja um campo de atuação historicamente marcado pelo trabalho de Assistentes Sociais, a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - previsto inicialmente pela Constituição Federal de 1988 - prevalecem os modelos de atuação multiprofissionais. Entretanto, não é difícil captar entre as pessoas atendidas nos serviços, ou até mesmo entre os profissionais, a representação de que o campo das políticas públicas de assistência social é exclusivo do Assistente Social. Esse fenômeno também ocorre em outras políticas públicas, a exemplo da Saúde que tem a imagem do médico como seu representante máximo. Hoje, além do multiprofissionalismo proposto pelas normas operacionais, espera-se das equipes o mínimo de transdisciplinaridade no planejamento e execução das políticas públicas, ou seja: um olhar para *“(..)o fenômeno multidimensional, e não a disciplina que seleciona uma dimensão desse fenômeno. Tudo que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, histórico, demográfico.* (MORIN, 1993, p.86)

Para a consecução da proposta de trabalho, foi elaborada esta dissertação que apresenta:

Um resgate da trajetória do pesquisador rumo ao tema, entendendo inseparabilidade entre suas vivências e os objetivos do estudo, e quatro capítulos resultantes do esforço de compreensão analítica.

No capítulo 1, são resgatados alguns elementos constitutivos da assistência social e do Serviço Social no Brasil, a fim de compreender em que contexto se insere o campo de trabalho a partir da tradição histórica. A intenção não foi realizar um estudo aprofundado, mas sim alertar os leitores para complexidade dos impactos e contaminações exercidas pelos momentos históricos na ciência como na profissão. O capítulo é finalizado com uma descrição geral da atual organização do Sistema Único de

Assistência Social no Brasil - SUAS - a partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

No segundo capítulo são inseridos os pressupostos teórico-metodológicos, com destaque para a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, que resgata uma visão profunda, radical e revolucionária acerca das relações entre opressor e oprimido e dos processos educativos como prática de liberdade. Além de Paulo Freire, as interpretações foram amparadas em outros autores, pensando principalmente em questões importantes, tais como: como relações de poder, preconceito, ideologia, cultura, família e assistência social.

No Terceiro capítulo, foi realizada uma descrição do método de pesquisa qualitativo com ênfase na etnografia, bem como das técnicas utilizadas para coleta de dados. Em seguida são apresentados os dados organizados em tabelas que refletem a visão de mundo dos sujeitos pesquisados e algumas formas do trabalho.

No quarto capítulo são realizadas as interpretações a partir de recortes relevantes do diário de campo e dos grupos, pensando na apreensão das relações em trabalhadores e usuários e os desdobramentos na sua práxis.

Memória e trajetória do pesquisador rumo ao tema

“A experiência biográfica, interpretada e iluminada por uma ideologia revolucionária, converte a peripécia individual em instrumento de pesquisa e de conhecimento sociológico, pois, se “as dilacerações da alma” são puras interiorizações dos conflitos sociais” - como diz Sartre – “é possível esclarecer os outros falando de si mesmo” (CORBISIER, 1977 p.4)

Logo após a graduação em Psicologia no ano de 2005, ingressei no Projeto Arco-Íris², o qual atende famílias em situação de Vulnerabilidade Social, encaminhadas principalmente por órgãos públicos de proteção à criança e ao adolescente. Esta oportunidade me conduziu em direção a uma reflexão diária sobre o trabalho socioassistencial com famílias, principalmente acerca da práxis educacional dos atores envolvidos com as Políticas Públicas de Assistência Social.

Foram momentos de fortalecimento e consolidação do meu engajamento com propostas populares de educação, inspiradas principalmente pelo educador Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido. Sendo um jovem psicólogo, vivendo as ansiedades das constantes (des)construções pessoais e profissionais, encontrei na práxis diária fortes influências que hoje norteiam meu fazer profissional enquanto psicólogo social do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Tais (des)construções exigiram um projeto individual subjetivo, de construção de um novo olhar rumo a práticas educativas condizentes com a realidade brasileira - organização necessária para psicólogos, comumente preparados à luz de uma Psicologia branca, masculina, europeia, americana, elitizada e com noções universais acerca da condição humana (BOCK, 2010).

Desta forma, fui percebendo a importância de romper com as tecnologias de separação e classificação que marcaram a história das ciências psicológicas e que ainda atravessam a prática do psicólogo, a exemplo da Educação que também se apropria de testes psicológicos como recurso de apartamento e homogeneização e da indústria, que busca “peças humanas” para suas engrenagens, ou seja: trabalhadores com perfis específicos, “rigorosamente” avaliados, que sirvam de insumo básico – o homem certo

² Projeto de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social organizado pela Sociedade de Educação e Promoção Social Imaculada Conceição "Lar Nossa Senhora das Mercês" sediado em Araraquara

para o lugar certo. Cumpre lembrar, que esse estreito contato com setores dominantes da sociedade obscureceu para o psicólogo, a busca desesperada pela inclusão, de mulheres e homens, e, pior ainda, armou a classe dominante com estratégias perversas de manutenção de poder e *status*.

O trabalho junto ao Projeto Arco-Íris visava o bem-estar social familiar, a garantia do direito ao exercício da cidadania e alívio dos sofrimentos decorrentes das privações de Direitos, sempre com foco principal na proteção integral de crianças e adolescente. Basicamente era realizado a partir de atendimentos domiciliares semanais, através dos quais eram elencados juntamente com a família, pontos emergenciais que facilitariam a resolução de problemas pontuais – subjetivos ou objetivos - bem como o processo de inclusão social. A ação educativa vinculava-se a uma postura facilitadora, cujo trabalho era realizado a partir das potencialidades dos membros (OLIVEIRA, 1993), respeitando a sua singularidade e as condições histórico-sociais, através das quais foram se constituindo as especificidades familiares. Com isso, procurava-se facilitar de forma participativa – em detrimento de formas opressora e punitivas – uma maior garantia de Direitos Humanos Fundamentais. Não significava necessariamente dar ao “*outro*”³ exatamente o que precisava – num caráter simplesmente assistencialista. O desafio era romper com as práticas tradicionais de ajuda, contaminadas fortemente por ações de caridade e benesse – que revelavam escancaradamente o preconceito de que as pessoas não podem mudar o estabelecido pela lógica da dominação.

Entre tantas contradições observadas no trabalho e desafios que se materializavam de tempos em tempos, ficava bem claro naquele momento de aprendizagem que o exercício de tornar-se “*conectivo*” e “*dialógico*” (FREIRE, 2007) poderia revelar em nosso trabalho, uma educação social fundada no absoluto respeito ao *outro*, seja ele quem fosse, viesse de onde viesse e como viesse. Uma educação onde o diálogo não fosse apenas uma estratégia ou método de intervenção, mas o fundamento e a raiz para a superação de violentas contradições.

³ O conceito de “outro” quando usado na linguagem das Ciências Humanas refere-se ao diferente do dominante, ou seja - o dominado, representado neste trabalho por indivíduos, famílias e comunidades, que não participam da lógica econômica dominante, massacrados pelas injustiças estruturais excludentes e desvalorizados por diversos preconceitos.

Com a leitura da obra de Paulo Freire - principalmente da Pedagogia do Oprimido - um trecho em especial me chamava a atenção:

[...] Estes, que oprimem, exploram, violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores falsamente generosos, têm necessidade para que sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria. (FREIRE, 2005 p.32)

Desde o início de minha carreira profissional e agora como pesquisador, este fragmento tem se revelado cada dia mais atual e necessário para o exercício da educação social e da ciência. Não revela um caminho certo ou uma “receita de bolo”, pelo contrário, pode até fazer emergir algumas contradições angustiantes naqueles que optam pelo aprofundamento epistemológico; mas de sua essência floresce a complexidade e a importância do tema abordado, bem como a necessidade de uma vigilância suficiente de cada indivíduo que pensa e faz trabalhos de educação social, para não cair em armadilhas ideológicas, que obscurecem a sensibilidade (WHITAKER, 2002).

Concomitante aos trabalhos socioeducativos com famílias, a experiência de pesquisa contribuiu ainda mais para motivar o meu interesse nos estudos sobre as relações de poder e processos de opressão sofridos por camadas vulneradas da população. Por isso, assume lugar de destaque em minha trajetória, ao proporcionar o resgate do pensamento científico, diante dos obstáculos subjetivos e objetivos impostos pela rotina de trabalhador da assistência social.

Ainda no ano 2006 com a oportunidade de auxiliar em pesquisas nos Assentamentos de Reforma Agrária junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR – comecei a ter contato com teorias sobre Sociologia Rural. Em conjunto com a professora doutora Dulce Consuelo Andreatta Whitaker, que orientou esta pesquisa, esbocei os primeiros trabalhos pensando na intersecção entre Psicologia

Social e questões rurais, originando a confecção e apresentação de artigo em Congresso de Psicologia Social⁴ (WHITAKER, SOUZA E ONOFRE, 2006).

Na ocasião, inserimos a discussão sobre as práticas do psicólogo em trabalhos ligados à questão da Terra. A partir dos estudos de Whitaker (2002) identificamos principalmente o preconceito contra o rural como obstáculo epistemológico à compreensão do homem do campo através da análise de artigos maldosos da mídia impressa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Constatamos que os integrantes desse movimento se submetem a autocontroles sociais severos dentro de uma luta que tem sido considerada legítima em respeitáveis instâncias nacionais e internacionais.

As informações contidas na matéria carregavam alto grau de preconceito e, ideologicamente, tentavam mascarar e iludir o grande público sobre a legitimidade do movimento. Na segunda parte do artigo foram analisadas entrevistas de um estudo exploratório das Representações Sociais do conceito *igualdade* (SOUZA, PINHEIRO, FERREIRA E PEDRO, 2003) coletadas junto a integrantes do acampamento Mario Lago do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (M.S.T.) em Ribeirão Preto / S. P. (hoje, vitoriosamente, Assentamento de Reforma Agrária “Mario Lago”). A partir das análises das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) dos trabalhadores acampados, chegou-se seguinte compreensão:

[...] encontramos discursos que apontam formas de conhecimentos socialmente elaboradas e partilhadas, que levam em conta ações pacíficas e articuladas dentro da lei, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. **Evidenciou-se o fenômeno da busca pela “modificação da estrutura agrária (...), com vistas a uma distribuição mais eqüitativa da terra e renda agrícola”** assim como assinalado por Veiga (1981) e não “a prática da desordem pública ou a tática da baderneira” maldosamente anunciada pela revista *Veja* de 10 de maio de 2000, p. 48.. (WHITAKER, SOUZA, ONOFRE, 2006, p. 6)

O chamado do Conselho Federal de Psicologia, nos fez pensar nos rumos tomados pela Psicologia desde sua regulamentação como profissão em 1962, bem como nas relações que os profissionais mantêm com setores da sociedade que historicamente tiveram seus direitos negados e que são atravessados por grandes injustiças sociais.

⁴ Trabalho: A Luta pela Terra: Representações Sociais e Preconceitos, apresentado no Seminário Nacional – A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia, Brasília, 2006.

O objetivo do encontro foi colocar em debate a produção de novas possibilidades de atuação dos psicólogos frente às questões da terra, em conjunto com outras categorias profissionais – principalmente sociólogos que acumulam vasto conhecimento na área – movimentos sociais e comunidades rurais (sem-terra, assentados de reforma agrária, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, trabalhadores atingidos por barragens), objetivando a troca de experiências, bem como o trabalho transdisciplinar para melhor compreensão dos modos de vida rural.

Esses estudos sobre o preconceito contra o homem do campo (WHITAKER, 2002) foram cruciais para ampliar o olhar compreensivo a outros setores da sociedade massacrados por variadas formas de opressão, como no caso de milhares de famílias atendidas por programas de proteção social em nosso país.

Depois de 2 anos vivenciando trabalhos em Organizações Não-Governamentais – O.N.G. - e colaborando no apoio técnico na produção de pesquisa em Assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara, atualmente trabalho em Prefeitura Municipal de cidade da região – exercendo a função de Psicólogo e Coordenador Técnico de um CRAS. Com isso, tenho a oportunidade de vivenciar cotidianamente as transformações nos trabalhos de assistência social com seus novos modelos institucionais de atuação, a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Esse forte contato com trabalho socioassistencial – O.N.G e Poder Público - e minha constante militância para melhoria dos serviços de atendimento, principalmente no que diz respeito a humanização dos serviços, despertou em mim uma preocupação inicial a partir do ingresso no Curso de Mestrado, mas que logo foi aliviada com o aprofundamento teórico e principalmente nos encontros de orientação. Indagava-me constantemente se a minha proximidade com os trabalhos socioassistenciais poderia se transformar em um grande obstáculo epistemológico à compreensão do objeto a ser estudados. A concentração de esforços para romper com o conhecimento *vulgar* e para, sair do mundo genérico das especulações do senso comum (BACHELARD, 1997) talvez tenham sido o maior desafio entre tantos encontrados.

Depois desses anos de vínculo com trabalhos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) venho observando mudanças significativas nas formas usuais de se olhar para a questão da exclusão e desigualdades sociais. A partir da materialização do SUAS - com a implantação de unidades públicas de oferta de serviços socioassistenciais, tal

como o CRAS, com as mudanças no modelo de gestão da Assistência Social, bem como a partir da implementação de programas sociais de redistribuição de renda como o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada do Governo Federal, as estatísticas começam revelar a saída de muitas famílias da situação de extrema pobreza, o aumento do poder de compra e a melhora no acesso a serviços públicos essenciais - a exemplo da educação, saúde e cultura. No entanto, mesmo desprovidos de qualquer dado estatístico e de análises compreensivas somos capazes de lançar mão da seguinte afirmação: ainda é preciso fazer muito e por muito tempo para que as grandes injustiças estruturais sejam amenizadas em nosso país!

Além da superação das grandes distorções e desigualdades no campo econômico refletida principalmente na perversa e desigual distribuição de renda, das relações de poder e de todos os agravantes sociais advindos destas contradições, também exponho minha esperança em ver a parcela opressora da sociedade rompendo com velhas práticas elitistas de dominação e violação dos Direitos Humanos Fundamentais.

1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO SOCIAL NO BRASIL

“Compreender o presente não é tarefa fácil, especialmente quando se trata de momentos de grandes mudanças sociais. As dificuldades, no entanto, aumentam quando se perde ou sequer se estabelece o contato com o passado. O passado, não é apenas uma sucessão de presentes: ele é, sobretudo, uma sucessão de conflitos sociais, mais ou menos intensos, de maior ou menor amplitude. O presente só se transmuta em passado pela entrada em cena do conflito, que inaugura novas formas sociais, colocando novos problemas e desafios para o prosseguimento de nossa prática e para o desenvolvimento do próprio conhecimento” (BERNARDO, 1998, p.5)

Quando o pesquisador se depara com determinados problemas a serem estudados, seja de ordem institucional/organizacional, seja para dar uma simples - ou complexa – explicação no âmbito individual ou coletivo, emerge a necessidade de entender os fenômenos a partir de uma tradição histórica. Por isso, a importância de voltarmos na história e “pensarmos a contradição como princípio estruturante da realidade social e seus conflitos como elementos definidores do nosso tempo”. (BERNARDO, 1998, p.3)

Desta forma, ter como objeto de estudo a compreensão dos processos de dominação dos trabalhadores da assistência social em relação aos usuários dos serviços e, por consequência, desvelar os prejuízos trazidos para a práxis socioeducativa, impõe o desafio de contextualizar o processo histórico do desenvolvimento da assistência social e do Serviço Social no Brasil, ambos afetados por inúmeras conjunturas e contradições sociais, o “*que condiciona e ultrapassa a própria vontade e consciência de seus agentes individuais, situando a profissão no processo de relações sociais.*” (SILVA e SILVA, 2007, p. 23).

Ao percorrer a história, percebe-se já de início, um elemento fundamental na base constitutiva da assistência social, ou seja, uma forte vinculação com a classe dominante, no momento em que trabalhadores da assistência são recrutados para trabalharem junto à classe operária, levando consigo as práticas controladoras da elite conservadora. Neste processo de formação, rumo ao *status* de Política Social e de institucionalização dos serviços, o profissional do Serviço Social passa a ser o seu fiel representante ao “vincular-se à criação e ao desenvolvimento de grandes instituições assistenciais a partir da década de 1940”. Segundo Silva e Silva (2007, p. 25):

Dá-se, nesse contexto, a supremacia da burguesia industrial, no poder do Estado, aliada aos grandes proprietários rurais, ocorrendo, também, o crescimento do proletariado urbano, em face ao desenvolvimento do modelo urbano-industrial e da capitalização da agricultura, com a conseqüente liberação de fluxos populacionais.

Neste momento particular da política nacional - o Estado Novo - o Serviço Social ainda é um projeto de intervenção profissional, que já vinha apresentado estratégias de qualificação dos atores sociais ligados a igreja, com o trabalho marcado pelas ações de caridade às pessoas pobres.

Essa proximidade com a Igreja Católica, num país com expressiva maioria seguidora de seus princípios, confere ao Serviço Social a legitimação perante a sociedade. Todavia, é com o aparecimento das grandes instituições - Conselho Nacional de Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, entre outras - que a profissão passa a romper com a Igreja Católica para transformar-se numa atividade institucionalizada. Sua legitimação passa a ser avalizada pelo Estado e pelas organizações empresariais, fatos que colaboram para transformar o trabalhador da assistência social - antes empenhados em ações de caridade e filantropia - em categoria assalariada, despertando o interesse dos representantes das elites para exercer o ofício. (SILVA E SILVA, 2007, p.26)

Anos depois, diante da efervescência do populismo no Brasil (1961-1964), o Serviço Social inicia uma reviravolta em seus modelos de atuação tradicionais, inaugurando uma perspectiva crítica a partir da vinculação dos seus trabalhadores aos movimentos de luta por mudança. No cenário político-social, João Goulart assume a presidência após a renúncia de Jânio Quadros e abre espaço para os movimentos de mobilização dentro de um contexto de ampla luta política. Silva e Silva (2007, p. 27), escreve que:

Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, como o engajamento de amplos setores sociais na luta pela reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com presença da ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimentos de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação popular e outros.

Os problemas sociais deste período são enfrentados com estratégia de ampliação da previdência, maior garantia de direitos trabalhista ao trabalhador do campo, barateamento de alimentos e programas de habitação.

Neste momento, descata-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social que aconteceu nos países latinos americanos - Chile, Argentina, Peru e Uruguai - principalmente a partir da crítica ao positivismo e ao funcionalismo, e da fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social. Este movimento trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de duas classes sociais antagônicas – dominantes e dominados - e representou a ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, inclusive no caso brasileiro. Como explica Faleiros (1981, p. 117):

Nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como ‘bombeiros’, chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo.

Mas, como em toda história, este período foi marcado por conflitos de forças políticas atuantes, em especial o segmento dos militares, que se opõem ao governo desde a posse de João Goulart. Neste contexto, os profissionais são levados por duas correntes claras, que influenciavam o direcionamento teórico-metodológico da profissão: De um lado, profissionais absorvidos pelo Estado e por grandes organizações, direcionando a prática com vistas às disfunções individuais e sociais, influenciados pelas tecnologias psicológicas de ajustamento de indivíduos e comunidades. Do outro lado, profissionais influenciados pelo pensamento de esquerda, que colocam a conscientização e a politização como fatores essenciais para as mudanças estruturais. Neste momento, muitos profissionais aderem aos trabalhos de cultura popular referenciados por Paulo Freire, configurando uma prática profissional questionadora. (SILVA e SILVA, 2007, p.28)

Com o golpe militar de 1964 para a fixação do regime da ditadura militar no poder, o campo da assistência social e do Serviço Social, passa por grandes mudanças, como assinala Silva e Silva (2007, p.29-30):

O Serviço Social brasileiro é bastante marcado por essa conjuntura. Contraditoriamente, enquanto tem freada, no início do novo regime, a sua vertente crítica emergente, é bastante reforçado, do ponto de vista profissional, na medida em que tem um grande impulso quantitativo, tendo em vista a expansão do mercado de trabalho, e qualitativo, considerando-se o amplo debate empreendido, no meio profissional, sobre questões de teoria e de método do Serviço Social, ainda que numa visão modernizadora, cientificista e tecnicista.

Nessa conjuntura, com a instituição do AI-5, a sociedade brasileira é marcada pela repressão contra os movimentos populares organizados entendidos como inimigos do regime, que passam a existir somente na clandestinidade. Outro ponto importante a ser destacado, é a adoção de modelo econômico e político com forte controle na relação capital-trabalho, através da intervenção nos sindicatos e políticas salariais; o Estado transforma-se, *“num grande empresário, que passa a assumir e dinamizar os setores estratégicos da economia que não propiciavam retornos lucrativos imediatos (...) indispensáveis para que o país atinja um novo patamar de industrialização (SILVA e SILVA, 2007, p.32)*

Neste contexto, as políticas sociais foram configuradas como instrumento de eliminação dos pontos estrangulados do desenvolvimento econômico, sendo entendido como fator primordial ao desenvolvimento social. É importante registrar, que ao sistema educacional, foi atribuída a tarefa de preparar recursos humanos que atendessem as exigências do campo econômico, com destaque para a tentativa de profissionalização do então 2º grau e privatização da Universidade. Desta forma, Silva e Silva (2007, p.39) destaca que:

No regime militar, a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da Doutrina da Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são, ainda, assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública à reprodução do capital [...].

É no calor dessas tensões, que vários setores profissionais retomam o debate sobre o caráter político da prática profissional, voltada para o interesse das camadas populares e, em oposição às práticas conservadoras e desenvolvimentistas. Em meio às contradições sociais vividas - do começo da década de 1960 até a entrada na década de 1980 - o Serviço Social procura se orientar por uma perspectiva dialética com base no Movimento de Reconceituação. Influenciados principalmente por Antonio Gramsci, cuja obra começa a ser divulgada no Brasil, os trabalhadores da assistência social

começam a fortalecer a prática institucional, articulada como os movimentos sociais populares organizados (SILVA e SILVA, 2007, p.39).

Nessa perspectiva, o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade de desenvolver a dimensão política da prática profissional e a busca de novas bases de sua legitimação [...]. As transformações no interior do Serviço Social são identificadas exatamente quando a sociedade civil brasileira intensifica seu processo de rearticulação política, referenciado pelo movimento grevista sindical a partir de 1978, principalmente pelas greves do ABC paulista, que têm influência marcante em relação aos posicionamentos da categoria dos assistentes sociais. (SILVA e SILVA, 2007, p.40)

Com a queda do regime militar, a assistência social e o Serviço Social no Brasil se inserem num novo contexto denominado Nova República, trazendo novos desafios para o campo, bem como grande acúmulo de experiência para a concretização de um novo projeto profissional. Ainda em meio aos esforços de autopreservação dos modelos político-econômico-sociais do regime militar, as forças sociais têm maior liberdade de participação no jogo da luta política, que culminou com a promulgação da nova Constituição em 1988 - ainda que em condições desfavoráveis aos trabalhadores proletários e excluídos⁵.

Com a Constituição de 1988, surge a esperança de implantação de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, com a ênfase em programas assistenciais e na reorganização estrutural do Estado brasileiro. Se por um lado, tinha-se uma condição política favorável ao diálogo, por outro, essa condição foi bastante abafada pela deterioração econômica herdada dos “anos de chumbo”. Segundo Pimenta de Faria (1998), "a essência do Estado do Bem-Estar Social reside na proteção oferecida pelo governo na forma de padrões mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação e educação, assegurados a todos os cidadãos como um direito político, não como caridade". Esse modelo estatal seria a institucionalização dos direitos sociais. Silva e Silva (2007, p.47) escreve:

Destaca-se, nesse cenário, uma profunda crise econômica, notadamente expressa pela ascensão crescente da inflação, pela volumosa dívida externa, ao mesmo tempo em que se dá todo o esforço de democratização da sociedade, com forte pressão pelo resgate da dívida social e pela participação popular no processo constituinte.

⁵ A professora Maria Ozanira de Silva e Silva (2007) recorre ao pensamento de Florestan Fernandes sobre a “Transição Democrática”

Em meio a tantas contradições, não há dúvidas que o sistema de Proteção Social brasileiro passou por significativas reestruturações e conquistas asseguradas pela Constituição de 1988: ampliação e extensão dos direitos sociais, universalização do acesso, expansão dos benefícios, maior comprometimento do Estado, entre outras. Mas neste contexto, a sociedade brasileira via-se diante de uma profunda contradição entre o discurso e as reais condições de miséria, desemprego, baixos salários e divisão injusta de renda.

Prosseguindo à década de 1990, encontra-se o fenômeno de ajustamento estrutural do Estado a partir da ideologia neoliberal, com fortes mudanças na relação com a sociedade, tendo a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a garantia de sustentação deste modelo de Estado Mínimo, com forte impacto nos programas e recursos para a área social e fechamento de grandes instituições, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência - LBA.

Nesse quadro, a constituição de 1988, a partir de um enfoque neoliberal, é considerada um fator crucial de instabilidade por reeditar um modelo intervencionista de estado que já se encontra em colapso, gerando aquilo que os políticos costumam se referir como 'clima de ingovernabilidade [...]'. (SILVA e SILVA, 2007, p.54)

Esse breve panorama da assistência social, e do Serviço Social no Brasil - que poderia se estender por páginas e mais páginas - exemplifica um caminho histórico marcado por rupturas e diversas contradições que deixaram marcas expressivas nas formas de atuação do trabalhador da Assistência Social, nos formatos institucionais e nos tipos de relações que as pessoas beneficiadas mantêm com instituições e profissionais. Pereira (2003, p.55) destaca que existe um fator constitutivo da assistência social, que obstaculiza a sua concretização enquanto política garantidora de direitos, ou seja: (...) *uma história secular de vícios e equívocos impostos pelas classes dominantes a uma assistência aos pobres, que resiste em fazer parte do passado e se restabelece com facilidade no presente*. Ainda lembra que:

A persistência histórica dessa tendência contribuiu enormemente para cristalizar uma noção viciosa de assistência social que mais se identifica com seu oposto, isto é, com a *desassistência social*, porque as ações voltadas apenas para a pobreza absoluta tendem a enclausurar os pobres na pobreza, estigmatizando-os com seus mecanismos controladores e rebaixando o seu *status* de cidadania. É o que alguns autores, como Fleury (1989), chamam de "cidadania invertida", porque para se tornar merecedor do atendimento social, o pobre tem que abrir mão de seus direitos individuais. (p. 56)

Desta forma, a ruptura com os vícios históricos da assistência social, esbarra em algumas práticas e preconceitos da ideologia dominante, entre eles: a proliferação da idéia de uma elite conservadora, de que os programas de transferência monetária às famílias pobres são instrumentos de dependência e assistencialismo, subordinado à ordem econômica, substituta do trabalho e não como pertencente a uma ordem social que garanta Direitos Humanos Fundamentais; o outro equívoco se dá, quando a assistência social é explicada no âmbito das velhas práticas patrimoniais delegadas principalmente às primeiras damas – esposas dos governantes eleitos – assinalando fortes traços de dominação e subordinação entre gêneros masculino e feminino, fato que confere um caráter sexista ao trabalho, em que mulheres subordinadas e benevolentes “acodem” os necessitados; finalmente - mas não esgotando as possibilidades de análise – encontra-se circulação da idéia de assistência social entendida como trabalho filantrópico realizados por patronos, leigos sociedades eclesiais, empresários ou benfeitores (SPOSATI, 2007, 438-439).

Uma característica indubitavelmente perversa da história da assistência social é a sua secular vinculação com a pobreza absoluta. Daí decorrem todos os vícios e distorções que corroeram e continuam corroendo as possibilidades de eficácia democrática e cívica desta política (PEREIRA, 2003, p.55)

1.1 A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a organização do Sistema Único de Assistência – SUAS.

No caso brasileiro, o compromisso constitucional de concretização da assistencial social como política pública já vem se arrastando há mais de 20 anos, e carrega o forte peso de uma nomenclatura historicamente marcada pelos equívocos de uma classe dominante que ainda resiste e alimenta a idéia da caridade e da boa vontade. Aldaíza Sposati (2007) considera que: [...]”*são as heranças nos procedimentos da assistência social que devem ser rompidas e resignificadas sob novo paradigma...*”.

As bases desta política surgem com promulgação da Constituição Federal de 1988 trazendo uma nova concepção para a Assistência Social e direcionando as ações do setor para um novo campo: *o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal* (BRASIL, 2004).

Juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a Assistência Social é inserida no sistema do bem-estar social e concebida como campo da Seguridade Social. A inserção neste campo aponta para o seu caráter de Política de Proteção Social articulada a outras políticas sociais, voltadas à garantia dos direitos e de condições dignas de vida.

Di Giovanni (1998) *apud* Brasil (2004) diz que o conceito de Proteção Social pode ser entendido como:

[...] as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, inclui-se também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social.

A Assistência Social como política pública de proteção social surge como uma nova situação para o Brasil, que passa empreender esforços para colocar em prática o que fora preconizado na Constituição Federal de 1988 e posteriormente pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/ Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com a seguinte redação em seu artigo 1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, vem para orientar a regulação e organização das ações socioassistenciais em todo território nacional. Os serviços, programas, projetos e benefícios, têm como foco prioritário a atenção às famílias, indivíduos e o território como base de organização.

Essa definição e organização dos elementos essenciais à execução da política de assistência social tem como principais objetivos, normatizar os padrões de serviços, aplicar maior qualidade nos atendimentos e obter indicadores de avaliação de resultados. O SUAS materializa o conteúdo das legislações anteriores, “*cumprindo as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social*”(BRASIL, 2004). Segundo Sposati (2004), *apud*, Brasil (2004) a implantação do SUAS:

Trata das condições para a extensão e universalização da proteção social aos brasileiros através da política de assistência social e para a organização, responsabilidade e funcionamento de seus serviços e benefícios nas três instâncias de gestão governamental.

Dentro dessa organização ficaram estabelecidos dois níveis de proteção: A **proteção social básica** com o objetivo de prevenção de riscos sociais (cujas ações socioeducativas serão alvo das análises deste projeto) e a **proteção social especial**, que é uma modalidade de atendimento destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, decorrentes de abandono, maus tratos físicos ou psicológicos, abuso sexual, uso de drogas, situação de rua, situação de trabalho infantil, etc. Os casos considerados especiais demandam intervenções específicas ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). É o caso dos centros de referência da mulher vítima, dos centros de atendimento à população em situação de rua, dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente em situação de abuso e exploração sexual, serviços de atendimento aos idosos

Conforme o grau de violação desses direitos, a proteção social especial fica responsável pela avaliação da necessidade em aplicar medidas protetivas mais drásticas, visando a proteção integral através das casas abrigo para mulheres vítimas de violência, casas de passagem para população em situação de rua, abrigos para crianças e adolescentes, entre outros. Nestes casos a proteção social especial é denominada de *alta complexidade*. Neste sentido, os trabalhos de proteção especial, *“são serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada* (BRASIL, 2004, p.37)

Já a **proteção social básica**, tem o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), como o equipamento público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território, focando no trabalho de **prevenção** de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se:

[...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social

(discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p.34)

Espera-se que nos CRAS sejam desenvolvidas ações e serviços básicos continuados às famílias em situação de vulnerabilidade social, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco em seus territórios de abrangência, bem como a garantia dos direitos socioassistenciais à população atendida.

De acordo com a PNAS/2004, os CRAS devem ser implantados em áreas de vulnerabilidade social dos municípios, sendo o equipamento público responsável pela oferta de serviços de proteção social básica.

São considerados serviços de proteção social básica, aqueles que *potencializam a família como unidade de referência, objetivando fortalecer seus vínculos internos e externos de solidariedade* (p.35). Para tanto, o CRAS deve ofertar um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização, o acolhimento, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. Os principais focos das ações são: “programas de inclusão produtiva e geração de emprego e renda; centros de convivência para idosos; oficinas socioeducativas para crianças de 0 a 6 anos e adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos e, a criação de centros de informação e de educação para o trabalho voltados para jovens e adultos, etc.”(p.36)

Segundo a PNAS/2004, a centralidade na família se justifica por ser um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros. Nesta perspectiva, passa a reconhecer a família como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade na tentativa de superar a dimensão clássica de família nuclear. Ao apregoar que a família precisa ser cuidada e protegida, a Política Nacional de Assistência Social nos trás a percepção de família como sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, entre outras Leis vigentes no Brasil:

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e como direito à proteção da sociedade e do Estado [...] (BRASIL, 2004, p. 41)

Levando em conta as novas configurações dos espaços públicos de assistência social, seu modelo de gestão e a resignificação das formas de composição e o papel das famílias, um dos grandes desafios é a construção gradativa de práticas socioeducativas ou de educação social condizentes com as novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Configurar novas práticas que transponham as representações clássicas do assistencialismo, da benevolência e da caridade, criando espaços adequados de atendimento e práticas que garantam reais oportunidades às famílias atendidas.

Além disso, a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, especialmente as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.

Nota-se que a complexidade do trabalho no CRAS, que tem objetivos de prevenção de riscos sociais, exige profissionais qualificados técnica e eticamente e com diferentes formações acadêmicas, na tentativa de compreender e intervir no real que lhes é apresentado. Ao propor-se trabalhar com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, no seu âmbito comunitário e familiar, e em territórios que trazem em suas ruas as amargas conseqüências da desigualdade social, exige-se da equipe técnica olhares diferentes e complementares, que sejam capazes de dialogar entre si e juntos ultrapassarem a demanda imediata que lhes é apresentada para chegar aos seus determinantes e pontos de superação.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

“(...) pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e reparará.” (FREIRE, 2007, p.23)

O esforço de captar os conteúdos carregados de preconceitos da ideologia dominante, que obstaculizam a compreensão adequada das pessoas atendidas em trabalhos socioassistenciais e, que de certa forma transformam os serviços em rituais com fortes relações de poder, se deu a partir de uma melhor compreensão das contradições entre opressor e oprimido assim como descritas por Paulo Freire (2007) em sua obra máxima, *Pedagogia do Oprimido*.

Sendo assim, este estudo à luz dos conceitos freireanos, se justifica pela necessidade urgente de desmascarar os processos de dominação, bem como pela tentativa de impedir que provoquem ainda mais a ilusão de que a desumanização é destino dado ou até mesmo que nada podemos fazer diante de todos os tipos de injustiças sociais. Sobre a desumanização, Paulo Freire (2007) diz:

É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser tomar uma atitude cínica de desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação. Esta somente é possível porque desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores [...]. (p.32)

Pensar junto com Paulo Freire é caminhar para além das relações diárias entre profissionais e pessoas atendidas em programas socioeducativos. É pensar numa sociedade injusta, cuja dinâmica estrutural subtrai potencialidades e conduz à dominação de consciências, que passam a ser governadas por interesses de minorias e seus projetos históricos de exclusão (Freire, 2005).

Amparado pela teoria complexa de Paulo Freire, este estudo percorreu rumos interessantes a partir da essência de suas idéias, que a princípio não têm a ver com os seus métodos de alfabetização, mas sim com seus ideais de conscientização e libertação dos oprimidos. Portanto, desvelar cada vez mais os métodos de opressão que perpassam a atuação de profissionais – seja a área que for – é de extrema importância, porque os processos ideológicos não são estáticos, mas circulam, moldam-se constantemente para criar relações de dominação, formando incongruências e áreas descobertas que permitem denúncias.

Dentro desta ideologia instalada, os preconceitos são alimentados e os discursos generosos e humanitários que ‘encham os olhos’ proliferam por toda parte, mas as análises compreensivas das contradições entre as formas estabelecidas e a realidade encontrada, revelam meras opiniões ou sensações de que alguns trabalhos são realmente educativos e garantidor de oportunidades - libertadores na essência -, fato que nada tem a ver com a superação das contradições sociais ou com uma educação social efetiva, assim como preconiza a letra da Lei.

É nessas incongruências, nas obscuridades de nossas opiniões e nas especificidades do campo atuação da Assistência Social – que reside a relevância de se continuar o debate sobre o tema.

Paulo Freire destaca-se nesse estudo, justamente, pelo seu espírito de educador e pela crença radical na possibilidade de superação a partir de uma “pedagogia do oprimido”. “Não uma *pedagogia* para ele, mas dele” (FEIRE, 2005, p. 46).

Em sua obra, registra percepções sobre o mundo, sustentado pela convicção na vocação humana em transformá-lo a partir do diálogo. Desta forma, a palavra é algo central na Pedagogia do Oprimido e, entendida como uma palavra e ação, que expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. Ela não se desconecta da existência, pois é significação produzida pela práxis – ação transformadora seguida de reflexão. Ou seja, na Pedagogia do Oprimido as pessoas falam sobre o mundo, sobre elas no mundo, sobre como elas vêm o mundo, sobre sua existência no mundo.

[...] os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe a direção. Dizer a sua palavra equivale assumir conscientemente, como

trabalhador a função de sujeitos de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo. (FIORI, 2007, p.21)

O pensamento freireano é um convite ao diálogo e a reflexão, que só são possíveis com o desarmamento de nossos dogmas, fato que implica necessariamente no ouvir e no dizer sua palavra. Paulo Freire defende o permanente esforço de reflexão do oprimido sobre a sua condição concreta, o que não significa ser realizada puramente no nível intelectual, dos verbalismos improdutivos, mas a partir do diálogo e ação. Freire (2007), destaca que:

O que pode variar, em função das condições histórica, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos, é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos da “domesticação”. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra.

Daí a importância ao reconhecimento do homem em sua vocação histórica de “*ser mais*, negada pelas injustiças, pela exploração, pela opressão e pela violência” dos grupos dominantes, a partir da própria realidade histórica. Ou seja, reconhecer homens como sujeitos de direitos, aptos a exercerem o trabalho livre, digno e desalienado, homens que pensam e dão sentido a suas existências no mundo e com o mundo.

Mas, a partir de seu pensamento, destaca-se o pressuposto de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, fato que deve ser salientado, pois na prática, isto se apresenta como um dos grandes desafios para os educadores que optam pela consolidação de uma Pedagogia do Oprimido. Essa pedagogia, como bem explica Freire, é uma pedagogia “dele” e não que se faz “para” ele. Surge então a primeira reflexão para seguir uma pedagogia do oprimido: Ouvir o oprimido e “olhar” para os aspectos culturais a sua volta; princípio da dialogicidade e comunhão postulados por Freire. Assim, assinala:

Para isto, contudo, é preciso que criemos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também. Se essa crença nos falha, abandonamos a idéia, ou não a temos, do diálogo da reflexão, da comunicação e caímos nos *slogans*, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. Esta é uma ameaça contida nas inautênticas adesões à causa da libertação dos homens. (FREIRE, 2007, p.60)

Freire pontua insistentemente que a libertação dos oprimidos – que se quer pela pedagogia dos oprimidos – é libertação de homens e não de “coisas”, sendo assim não se faz pela autolibertação, pois ninguém se liberta sozinho, mas também não é libertação feita por agentes externos, feita de uns para os outros. É libertação dialogada e compartilhada. Esta ação com oprimidos tem que ser “ação cultural”, que carrega em sua essência o respeito aos modos de ser. Não sendo assim, pode-se cair na armadilha de repetir as deformações históricas sofridas pelos oprimidos. Para melhor compreender, é preciso fazer falar o próprio Paulo Freire (2007, p. 61)

O caminho, [...], para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionária, não é a “propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização.

Ao realizar essa explanação teórica, Freire resgata a força e a relevância do ideal revolucionário na ação educativa pela humanização, tendo em vista o imperativo de que os oprimidos se convençam e se sintam responsáveis, pela superação. É que essa luta, completa Freire (2007, p. 62): “[...] não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas ‘liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se’. Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem a peça bem alimentada da máquina”

Seu pensamento aponta para uma educação social com o objetivo de construção de valores ancorados em ideais de solidariedade e conscientização humana. Se, como sempre afirmou este educador, “não há transformação social que não implique um projeto popular de educação”, justifica-se a construção de uma educação libertadora, sem as usuais prescrições de uma pedagogia forjada pelas classes dominantes. Essa educação libertadora que Freire funda, é essencialmente revolucionária, por buscar na raiz da opressão - em sua história - os questionamentos necessários para a sua superação.

Sendo assim, a pedagogia do oprimido não é um instrumento que o educador utiliza para dominar ou doutrinar os educandos, mas sim uma educação com propósitos de conscientização. “É consciência no sentido de que caminha em direção a algo. O

método coloca educadores e educandos como sujeitos do ato de conhecer a realidade de forma crítica, desvelando-a". (SCHNORR, 2001, p.72).

Entretanto, nesse caminho de convencimento, de sua responsabilidade a partir de seu engajamento rumo à conscientização, os homens e mulheres oprimidas, enfrentam o desafio da *violência dos opressores, que não instaura uma outra vocação – a do ser menos*. Ao descrever as contradições entre opressores-oprimidos e as possibilidades de superação, diz que:

Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E está aí a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2007, p. 33)

Neste trecho, Paulo Freire faz uma das mais generosas contribuições para todos que queiram iniciar uma ruptura com os ideais de opressão, ou seja, descobrir “*que só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar ambos*” (p.33). Pela ação mecânica, anti-dialógica, seu poder de opressão no máximo poderá expressar uma “falsa generosidade”, que nada mais é do que uma forma de perpetuar a condição de dependência do oprimido e “permanência das injustiças”. Ressalta ainda que:

Daí o desespero desta ‘generosidade’ diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender está ‘generosidade’ que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. Da falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do ‘demitido da vida’, medroso e inseguro, esmagado e vencido [...]. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplicas. Súplicas de humildes a poderosos”. (FREIRE, 2007, p.33-34)

Segundo Paulo Freire (2007, p.35), neste processo de opressão, o oprimido passa por uma espécie de identificação com o opressor, fato que chama de “hospedagem”. Identifica este fenômeno como um problema, na medida em que influenciará na elaboração da pedagogia de sua libertação. Em meio aos seus esforços de engajamento e conscientização, ilude-se por uma falsa consciência de si e do mundo, sendo levado a usar as mesmas táticas violentas, tornando-se “subopressor”. Essa nova estrutura de pensamento é condicionada pela contradição em que vive e, o diálogo rumo ao

engajamento, sucumbe diante das idéias dominantes. Na busca por essa humanidade o ideal do oprimido é ser homem, mas, ser homem, para ele, é justamente ser o opressor, situação que Paulo Freire nomeia como “aderência” ao opressor.

Ao fazermos esta afirmação, não queremos dizer que os oprimidos, neste caso, não se saibam oprimidos. O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora” (FREIRE, 2007, p. 37)

Toda essa dinâmica intersubjetiva, intensamente vivida pelo oprimido, também é mediada por um elemento básico chamado por Freire de “prescrição”, que nada mais é do que a “imposição da opção de uma consciência a outra”. Tais prescrições – da ideologia – têm um “sentido alienador” que transforma a consciência “hospedeira”. Desta forma, “os oprimidos que introjetam os ideais opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que expulsar essa “sombra” implica colocar algo no vazio deixado (sua liberdade, sua autonomia, sua dignidade...). Por isso, a superação da situação de opressão, ora vivida como oprimido ora como o próprio opressor, “implica o reconhecimento crítico e profundo de sua existência, que se conquista através da ação transformadora (p.37-38). Mas esta superação não pode acontecer apenas idealisticamente, todavia, além de desvendar a realidade que gerou seu medo de liberdade, é fundamental que *“ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora.”*(p.39). Sendo assim, Freire (2007, p. 38) assinala:

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores e oprimidos, que é a libertação de todos

No caso do opressor, o processo de conscientização e superação de sua própria condição, também demanda esforços dolorosos para mudar práticas enraizadas. Esse olhar para si mesmo requer um exercício diário de tomada de consciência através do diálogo e engajamento, assim como no caso do oprimido. É igualmente um parto, mas a esperança reside no fato de que as raízes de sua violência, também brotam num campo de inconclusões. É nesse espaço fértil – dialógico - que a humanização se torna possível, em meio às sementes de violência e de injustiças sociais. (FREIRE, 2005)

Descobrir-se na posição de opressor, mesmo que sofra por este fato, não é ainda solidarizar-se com os oprimidos. Solidarizar-se com estes é algo mais do que prestar assistência a trinta ou cem, mantendo-os

atados, contudo, à mesma posição de dependência. Solidarizar-se não é ter consciência de que explora e “racionalizar” sua culpa paternalistamente. A solidariedade, exigindo de quem se solidariza que “assuma” a situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical. (p.38)

Mas, a verdadeira solidariedade, diz Freire (2007), está na capacidade do opressor em lutar *com* os oprimidos para a transformação da realidade objetiva que alimenta a “consciência servil”, pois dizer simplesmente que os homens são livres para conquistarem o que bem entenderem e nada de concreto fazer para que isso aconteça, é uma “farsa”, “um gesto piegas e sentimental”. A solidariedade dos opressores só vem à tona, quando, *para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados (...) roubados na palavra...*” (p.40)

Nessas intensas relações, sustentadas por condições históricas desfavoráveis ao empreendimento de uma existência menos desumana, ocorre ainda que, quando a superação dos oprimidos se instala em “termos autênticos”, “com uma nova situação concreta dos oprimidos que se libertaram”, é que os opressores de antes se reconheçam oprimidos, ou seja, se vejam negados do direito de usufruir das vantagens que tinham. Freire (2007, p. 50) afirma que:

Vão sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos porque, se antes podiam comer, vestir, calçar, educar-se, passear, ouvir Beethoven, enquanto milhões não comiam, não calçavam, não vestiam, não estudavam nem tampouco passeavam, quanto mais podiam ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isto, em nome do direito de todos, lhes parece uma profunda violência a seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitava nos milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança. É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas”. [...]

Essa análise freireana, expressa um modo de compreender e proceder, que as elites repressoras utilizam como táticas para reagir contra a instalação de um novo poder. Essa forma de se comportar está ancorada nas próprias estratégias históricas de dominação, por elas utilizadas, ou seja, a violência. Uma “violência que passa de geração a geração de opressores” e que sustenta formas de relação através dos tempos. (p.51)

Pode-se afirmar a partir do pensamento de Paulo Freire, “que a superação autêntica da contradição opressores-oprimidos, não está na incorporação de um pólo

pelo outro, mas na capacidade de ambos fazerem surgir um novo homem, que não se faz opressor e nem oprimido. (FREIRE, p.48-49)

Mas, o que se faz necessário a partir deste momento, é ressaltar a radicalidade do pensamento freireano, que remete educadores a pensar em pontos de superação das contradições reveladas. Superação esta, que se conquista pela conciliação de homens e mulheres inconclusos, pelo diálogo, pela luta e engajamento, até mesmo, através da angústias advindas pelo processo de libertação. Com efeito, Paulo Freire, (1997) diz:

Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e por ter acompanhando essa marcha que, como outras marchas históricas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, essa marcha dos chamados Sem-Terra. Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas... De marcha dos que não tem escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser. Eu acho que, afinal de contas, a marchas são andarilhagens históricas pelo mundo e, os Sem-Terra, constituem para mim hoje, uma das expressões mais fortes da vida política e da vida cívica desse país. Por isso mesmo, é que se fala contra eles e até de gente que se pensou progressista, que fala contra os Sem-terras, como se fossem uns desabusados, como se fossem uns destruidores da ordem. Não, pelo contrário! O que eles estão, é mais uma vez provando certas afirmações teóricas de analistas políticos de que é preciso mesmo brigar para que se obtenha o mínimo de transformação [...] (Paulo Freire, 1997, entrevista cedida à Luciana Burlamaqui, TV PUC São Paulo.

Por mais idealistas que tais afirmações possam parecer (quando assim são compreendidas à luz dos preconceitos da ideologia dominante), a história revela desejos e lutas significativas que resultaram em conquistas sociais de grande valor. O trecho acima destaca justamente isso: um homem que nunca deixou de acreditar que a humanização é vocação histórica, nem tampouco no poder de transformação das marchas e das lutas dos oprimidos - que mesmo à custa do sangue e da vida de muitos homens e mulheres - cumpriram o papel de humanizar nosso tempo. Seguindo seu exemplo, cumpre à ciência não amenizar os infortúnios decorrentes dos métodos opressivos de educação, seja ela formal/escolarizada ou a partir de projetos socioeducativos. Mascarar não é papel do conhecimento científico que, para além da produção de dúvidas construtivas, tem o papel de contrapor o senso comum através da “radicalidade” em sua produção. O que importa, é não naturalizar formas de violência – que se transmutam de tempos em tempos – e esgotam as originalidades do modo de ser. Paulo Freire “vive” até os dias de hoje.

Observa-se cotidianamente, variadas reações de grupos e pessoas oprimidas, contra todos que ainda insistem em mantê-los em condição de subalternidade. Seja individualmente ou em grupos organizados, buscam recuperar sua humanidade, reivindicando e lutando contra as mais variadas formas de opressão. Este movimento libertador restaura a humanidade dos oprimidos e, segundo Freire (2007), carrega em sua essência a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos sim, pode inaugurar o amor. (FREIRE, p.38)

Antes de prosseguir com a revisão teórica relacionada diretamente com os objetivos deste estudo – a análise da práxis educacional das Políticas de Assistência Social – serão levantados alguns pontos a partir de Bachelard (1997), que podem impedir a produção um conhecimento profundo que irrompa as armadilhas do conhecimento imediato. São muitos os desafios e obstáculos que prejudicam a prática científica e, por conta disto, nós pesquisadores iniciantes devemos estar sensíveis as (des)construções que a práxis - ação transformadora acompanhada de reflexão - nos apresenta constantemente.

Segundo Bachelard (1997), o pesquisador deve se afastar do conhecimento originado do senso comum, muito ligados ao psicologismo, carregados de elementos subjetivos que o levam a construir determinadas crenças, que são obstáculos ao verdadeiro espírito científico. O afastamento do subjetivismo das impressões primeiras possibilita análises menos obscuras daquilo que se apresenta imediatamente.

Alguns conceitos próprios de determinadas disciplinas ou profissões são tidos como sagrados ou caminhos de salvação, fato que nos faz esquecer a importância das relações entre teorias, fenômenos individuais e coletivos. Essa tendência de obscurecer as idéias através de explicações prontas e acabadas a partir de um quadro geral de referência (BACHELARD, 1997), impede a abertura de novas perspectivas de análise de fenômenos que se reformulam de tempos em tempos. Daí a importância em testar os quadros gerais de referência a partir da realidade individual, comunitária e de setores específicos a serem investigados.

Ao discorrer sobre a *formação do espírito científico* Gaston Bachelard (1997) se dedica a escrever aquilo que considera os obstáculos epistemológicos ao conhecimento. Define obstáculo como aquilo que se interpõe frente ao conhecimento velando sua verdadeira essência. O autor não tem a pretensão de tecer uma metodologia, mas apresenta uma possibilidade de transformação no jeito de olhar o objeto científico e de compreender suas relações com o mundo. Não fala especificamente de um dever ser da ciência, mas do dever ser do pesquisador. Este olhar para a subjetividade do pesquisador, bem como o oferecimento de recursos para que o mesmo repense o jeito de fazer ciência, confere às suas proposições um rico instrumento para a formação do espírito científico. O que quer Gaston Bachelard – entre outras coisas – é que se produza um conhecimento profundo que irrompa as armadilhas do conhecimento imediato e, até mesmo, dos desejos e impulsos iniciais que motivam o pesquisador. Superados os obstáculos, são abertos caminhos para a retificação de nossas ilusões.

Todavia, não é apenas o pesquisador que pode se deparar com a necessidade de renunciar a sua própria intelectualidade. Corriqueiramente somos levados a retificar e dar novos sentidos e significados a nossa existência, mesmo nas relações interpessoais que não guardam em si o imperativo do rigor científico. No caso da atuação profissional, esse direcionamento poderá ajudar a romper com velhas práticas opressoras e enxergar o mundo com todas especificidades. Sendo assim, é a partir de nossos próprios limites que conquistaremos os avanços, ou seja, é das dificuldades que se apresentam, que há o avanço científico.

Em meio às tempestuosas indagações e metamorfoses vividas, a busca pela transdisciplinaridade (MORIN, 1993), foi marcante para que o projeto inicial tomasse outros rumos. A apropriação de novas formas de pensar e produzir conhecimento, lançando mão de novos pressupostos teórico-metodológicos, fez com que a pesquisa caminhasse por uma rica intersecção com variadas áreas do conhecimento. Esse entrelaçamento transdisciplinar - longe do ecletismo improdutivo - aproximou este trabalho aos paradigmas da Nova Ciência e suas Teorias da Complexidade. Recordando Whitaker, D.C.A; Whitaker, V.; e Souza M.F. (2010):

Mas para que o pesquisador não seja acusado de ser apenas militante de esquerda ou o que é pior romântico e idealista, precisamos desenvolver e fornecer a ele pressupostos metodológicos ligados à nova ciência, com suas propostas de olhar poliocular - conceito criado

por Morin (1993) - e que depende de interfaces e transdisciplinaridade.

Partindo dessa idéia, cujo conhecimento caminha em meio a uma “desordem organizada” com espaços altamente permeáveis, em que novas possibilidades de renovar o *espírito científico* são bem-vindas, as Teorias da Complexidade, são valiosos instrumentos que permitem olhar as relações humanas em sua totalidade, “*sem mascarar as constantes ressonâncias entre indivíduos e suas vivências coletivas*” (WHITAKER, 2005); (WHITAKER e SOUZA, 2007). Conforme lembra Edgar Morin (1993, p. 88):

O que interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que se irrompa na fronteiras entre as disciplinas. O que me interessa, é um fenômeno multidimensional e não a disciplina que seleciona uma dimensão desse fenômeno. Tudo que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que esses aspectos não sejam separados, mas concorram para uma visão ‘poliocular’. O que me move é o desejo de ocultar o menos possível a complexidade do real.

Seguir Edgar Morin, não significou apenas caminhar rumo ao amadurecimento como pesquisador, todavia, seu pensamento também colabora para o constante exercício de flexibilidade na atuação profissional, com “*um olhar atento e flutuante sobre o olhar que olha, pois somente assim captaremos a realidade viva sem mutilá-la demais*” (p.84)

Apesar de a teoria freireana ser o principal ponto de sustentação das análises deste trabalho, alguns aspectos relevantes da teoria de Michel Foucault (2007) também servirão como apoio para melhor compreensão das relações de poder, a partir das cinco regras do método. Por se tratar de interpretações de conteúdos que dizem respeito às micro-relações específicas de um campo de trabalho, o estudo de Michel Foucault sobre a Microfísica do Poder exerceu influência positiva nas análises ao despertar o meu “olhar” para captar o poder em suas ramificações.

Sendo assim, a primeira precaução metodológica – ou regra do método - é captar o funcionamento do poder em suas *extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar* e pontua que “nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível mais elementar, cotidiano não forem modificados”.

A segunda precaução metodológica é a necessidade de não *analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, não tentar analisá-lo pelo lado interno*, mas sim em sua face externa levando em conta o objeto com o qual se relaciona, ou seja, *seu alvo ou campo de aplicação (...) onde se implanta e produz efeitos*. Então, o que importaria para Foucault (2007) seria o funcionamento das relações *ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam o corpo, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.* Com isso, Foucault fortalece ainda mais a justificativa de análise das micro-relações e o quanto os homens estão a mercê dos próprios homens no cotidiano e não simplesmente de uma esfera central de poder.

A terceira regra do método é apreender o poder como algo que circula pelos indivíduos que também são responsáveis por sua circulação e reprodução. Desta forma, o poder não deve ser compreendido com homogêneo e exclusivo de grupos e indivíduos. Como bem disse Foucault (2007, p.183) sobre o poder:

[...] nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Na quarta regra do método, Michel Foucault aponta que o *“importante não é fazer uma espécie de dedução do poder”* a partir de um mecanismo central que se prolongaria às capilaridades. Para o autor, deve-se antes observar os caminhos históricos, táticas e técnicas de controle empregadas que subsidiarão análises de como esses mecanismos *“são investidos e anexados por fenômenos mais globais(...)”*. Sendo assim, não são os mecanismos globais que se deslocam a serviço da dominação, mas recorrem a tais táticas e técnicas para a manutenção do poder.

Na quinta regra do método, o autor pontua que o saber que o poder produz precisa circular, pois seus agentes *“precisam saber”* dominar seus instrumentos de formação e acumulação: *métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação*. Neste sentido, é preciso aprofundar as compreensões a partir de suas *técnicas e táticas de dominação*.

Seguindo o que autor chamou de microfísica do poder, a proposta deste trabalho foi deslocar as análises para os espaços onde se mantêm relações entre o profissional de educação social e as famílias atendidas, procurando dar conta deste nível molecular de

exercício do poder sem partir necessariamente *do centro para a periferia do macro para o micro* (FOUCAULT, 2007). Não se trata de minimizar o papel do Estado nas relações de poder, pois bem se sabe a importância de seu papel na manutenção de ideologias dominantes - assim como assinalado por Marx e Engels (1978) - mas sim de empregar um ponto de vista metodológico que dê conta do nível molecular do exercício do poder.

Assim como nos estudos sobre o criminoso, a doença, a loucura, entre outros, realizados por Michel Foucault, as análises colaboram para a compreensão das ancoragens de determinados saberes que dão base para algumas ações de educação social dentro dos serviços de assistência social. Segundo o autor o poder tem funcionamento semelhante a uma *maquinaria, como uma máquina social*, que não está situado em um lugar privilegiado, mas que é difundido por toda a estrutura social, ou seja, não é algo concreto, ou um objeto palpável, mas parte essencial das relações. Mas é preciso fazer falar o próprio Foucault (2007, p. 185) para melhor compreender os caminhos que foram seguidos:

Creio que é possível deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. O que faço é o inverso: examinar historicamente, partindo de baixo, a maneira como os mecanismos de controle puderam funcionar; por exemplo, quanto à exclusão da loucura ou à repressão e proibição da sexualidade, ver como, ao nível efetivo da família, da vizinhança, das células ou níveis mais elementares da sociedade, esses fenômenos de repressão ou exclusão se dotaram de instrumentos próprios, de uma lógica própria, responderam a determinadas necessidades; mostrar quais foram seus agentes, sem procurá-los na burguesia em geral e sim nos agentes reais (que podem ser a família, a vizinhança, os pais, os médicos, etc.) e como estes mecanismos de poder, em dado momento, em uma conjuntura precisa e por meio de um determinado número de transformações começaram a se tornar economicamente vantajosos e politicamente úteis [...].

Através de um olhar crítico para os atores sociais beneficiados em programas assistenciais, Carlos Maciel em Tese de Doutorado (2008) desvela com clareza os mecanismos burocráticos e ideológicos que obstaculizam a operacionalização desses programas dentro de uma lógica voltada para a cidadania. Desta forma, tais programas adquirem “aparência de esmola” a partir de relações de poder, que referendam a posição de subalternidade do público alvo. Ao olhar para essa embaraçada trama, o autor desmascara uma “sociabilidade perversa” que é encontrada no âmbito das políticas sociais e assinala à página 97:

O espaço social se substancia na materialidade das relações entre os seres humanos produzidas pelos atores que atuam de maneira prática na cotidianidade da vida social dos mesmos espaços. Assim, em um determinado espaço é que são desenhadas as relações de força experienciadas pelos atores sociais, assim como são estruturados os ambientes que envolvem esses mesmo atores. Isso quer dizer que o espaço social é estruturado pelas relações entre os atores que compõem determinado espaço, como também é estruturante na medida em que orienta a direção e a qualidade dessas relações.

Em seus estudos, Maciel (2008, p. 153) ainda aponta que:

[...] ser usuário pode implicar manter não só as condições objetivas que o consideram apto ao grupo de assistidos, mas também reproduzir os símbolos e os significados que representaram outrora a condição de acessibilidade avaliada como tal.

Essas forças decorrentes dos tipos de relações mantidas nos espaços da assistência social culminam em comportamentos característicos de pessoas atendidas e trabalhadores da assistência social, que são assumidos em detrimento do valor emancipatório que as ações pretendem. Desta forma, indicam formas de sociabilidade constituídas a partir de preconceitos, que determinam a melhor forma de ser usuário de serviços socioassistenciais. Para Maciel, (2008, p.100):

[...] se for crível que a sociabilidade presente no atendimento do usuário tem uma correlação direta com o *status* de beneficiários do programa, é possível inferir que essa sociabilidade contribui sobre maneira para o aprendizado do papel de usuário.

Assim, essa sociabilidade pode atuar com grande força em situações externas ao serviço, nas quais o usuário depara-se com novas regras e sociabilidades diferentes. Ou seja, além do enquadramento que o reconhece como beneficiário do programa, “*o usuário incorpora não só o papel de assistido*”, *mas também o modo de vida de um assistido para que possa continuar a receber aquilo que muitas vezes denomina como ajuda financeira* (MACIEL, 2008, p. 101). Segundo o Autor, o aprendizado dessas formas de se relacionar vão sendo incorporadas pelos usuários desde os primeiros contatos com instituição, a partir dos serviços oferecidos – da análise inicial até o acompanhamento através de grupo, por exemplo.

Portanto, a sociabilidade que ‘ensinou’ o usuário a ser um usuário, continua presente, controlando-o para verificar se ele continua enquadrado nos critérios que o tornaram um assistido [...]. Tendemos, portanto, a acreditar que a extensão dessa sociabilidade gera forte (re)ação sobre a vida das pessoas atendidas” (p.107)

A partir daí, cria-se uma dinâmica relacional que empurra as pessoas atendidas para uma adequação constante às regras impostas, obrigando-os a reformular seu modo de ser para manter as condições que geraram o acesso aos serviços socioassistenciais. Tais processos transformam-se em armadilhas que “sabotam” a superação de sua condição de assistido (MACIEL, 2008, p.108), ou como disse Paulo Freire (2007), a condição de “‘demitido da vida’, esmagado, vencido”. (p.33)

Desta forma, a concessão de assistência e as relações que os profissionais mantêm, podem ser vividas em certas situações como um ritual de degeneração do *status* social dos assistidos, que passam a ser rotulados publicamente como pobre (PAUGAM, 2003, p.56), “encostados no Governo”, sem perspectivas e que pouco sabe lidar com as condições subjetivas e objetivas de sua vida ou da vida de suas famílias. A respeito da condução do trabalho social, Paugam (2003, p.57) escreve:

[...] os profissionais [...] habilitados para interferir em grupos populares desfavorecidos, são vítimas de seu etnocentrismo de classe. Provenientes na maioria das vezes das classes médias, analisam os traços característicos do modo de vida das classes populares como patológico [...]. Para impingir seu sistema de valores e se impor à população que constitui o “alvo” da ação social, exercem uma violência simbólica.

Em sua pesquisa sobre a população “assistida” pelas políticas sociais na França, Serge Paugam (2003) traz importante contribuição para a análise da complexa teia de relações nas políticas de proteção social do Brasil. O autor avança e aponta para o fato de que na relação entre o trabalhador da assistência social e “assistidos”, não há total submissão, ao contrário, *eles negociam e propõem sua relação com os assistentes sociais, às formas resistência*”. Apesar de considerar a dominação dos assistidos, o autor não sustenta a hipótese de submissão ou da dominação total, por considerar que isso enfraquece a compreensão da relação que essas populações mantêm com as instituições.

Esta é uma grande contradição a ser superada, que tem suas raízes cravadas em solo de uma tradição conversadora de Assistência Social, que vincula-se fortemente com as ações de caridade. Maria Ângela D’Incao (2008, p.13), *apud*, Carlos Maciel (2008) revela que:

A Assistência Social no Brasil foi sempre uma área comprometida com idéias altruístas da caridade e da boa vontade, ambas induzidas por uma visão não universal.

Entre muitas possibilidades teóricas de análise a serem feitas recorro duas em especial que exprimem com clareza alguns preconceitos e mecanismos envolvidos nessas relações de opressão.

A primeira se refere aos estudos de Whitaker e Fiamengue (2002) sobre o preconceito contra o rural e, a segunda, ao pensamento de Albert Memmi (1977), que revela a presença da opressão colonialista que, *“longe de ter desaparecido, permanece, sofrendo apenas superficiais metamorfoses”*.

Em suas pesquisas em Assentamentos de Reforma Agrária, Whitaker e Fiamengue (2002, p. 20), relatam com clareza o quanto o olhar sobre figura do homem do campo está carregado de preconceitos que impedem a superação de obstáculos epistemológicos que obscurecem a compreensão do rural-urbano. Demarcam-se com isso, amplas formas de dominação do rural pelo urbano, bem como a figura do *outro*, aquele que impediria o avanço da sociedade capitalista, sendo ele a própria personificação do atraso. Desta forma, as autoras assinalam:

Sob esta ótica passam à categoria de *outro* todas as populações ditas tradicionais (camponeses, índios, silvícolas, etc.) exploradas pelo sistema econômico, com suas perversas articulações.

Muitos dilemas vividos por essa população e apontados por Whitaker e Fiamengue (2002) podem servir de base para as análises dos dilemas experienciados por outras pessoas ou culturas *“não produtoras do tipo de tecnologia baseado no conhecimento ocidental”*, que enfrentam violentos processos de dominação no cotidiano. É o caso da população atendida pelos serviços de assistência social no Brasil.

O empenho na busca da compreensão adequada do homem do campo resultou na observação de dilemas que se traduzem socialmente por preconceitos da ideologia dominante de uma sociedade urbano-centrada, comprometida com os padrões universais de civilização. (WHITAKER, 2002, p. 21)

Para tanto, as autoras elencam alguns *olhares preconceituosos* que, historicamente atingem o homem do campo, os quais são considerados por elas como “obstáculos epistemológicos à compreensão do rural”. No caso deste estudo destaco somente aqueles que mais podem auxiliar na interpretação dos dados levando-se em conta o objetivo central: 1) a visão de que *“o outro não sabe e, por isso, é incapaz de absorver os conhecimentos e competências necessárias para superar a condição de pobreza”*; 2) esse *outro não tem perspectiva*, os iluminados pela ciência urbano-

centrada, precisamos orientá-los rumo ao progresso; 3) o *outro não participa*, porque não consegue vislumbrar a importância de nossos propósitos elevados; 4) O *outro não entende* as informações, por isso, precisamos decodificá-las, usando estratégias que não levam em conta o saber do *outro*; 5) *a questão é que agora o outro quer se integrar*, comprar os equipamentos da sociedade de consumo, mas isso é reservado a uma parcela específica da população; 6) esse *outro é exótico no pior sentido*, pois ele insiste em ser homem do campo, viver nas selvas e nas aldeias. Tomando os devidos cuidados com as especificidades sociais, culturais e espaciais da população pesquisada, este levantamento realizado por Dulce Whitaker (2002), através de pesquisas nos Assentamento de Reforma Agrária, foi incorporado a este estudo como indicadores para a interpretação dos preconceitos da ideologia dominante.

A ideologia como falsa consciência (MARX e ENGELS, 1978) forma “cercas” bloqueadoras da sensibilidade, preparando o profissional à dedicação para as elites, para o individualismo e, para formas domesticadoras e opressoras de atuação.

Essa dificuldade foi descrita por Whitaker e Souza (2007) com o artigo “*A Psicologia vai ao campo: transpondo as cercas do latifúndio mental e construindo um novo campo de atuação*”, apresentado no simpósio “Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais”, onde são apresentados elementos históricos da consolidação da Psicologia enquanto Ciência e Profissão e como todo esse processo ainda reflete fortemente na formação e nas práticas dos profissionais. A argumentação inicial foi de que o rompimento com práticas elitista dar-se-ia primeiramente a partir de um projeto coletivo da profissão que pudesse servir como motor (movimento) das transformações necessárias. O segundo ponto a ser levantado foi a necessidade do profissional Psicólogo romper as cercas do *latifúndio mental*⁶, conceito formulado pelos pesquisadores e compreendido como um espaço psíquico improdutivo – ou demasiadamente rígido – que impede enxergar o *outro* na sua singularidade. Ou seja, é o espaço da negação de sua própria constituição histórica e social. Sobre o conceito, Whitaker e Souza (2007) assinalaram:

O difícil para ‘o psicólogo que vai ao campo’ vai ser romper as cercas do seu latifúndio mental, ou seja, romper os limites da ideologia, que impedem a sua tomada de consciência. Estamos chamando de “latifúndio mental” o conjunto de padrões que introjetamos ao longo da história – da nossa própria história individual, enquanto psicólogos

⁶ Este conceito foi idealizado por mim e posteriormente lapidado pela Professora Dulce Whitaker.

– e que formaram “cercas” bloqueadoras da nossa sensibilidade, preparando-nos a dedicação para o urbano, para as elites, para o individualismo. No país do latifúndio, historicamente construído, cada profissão urbana e classista construiu seu latifúndio mental. Improdutivo no sentido social, o “latifúndio mental” prepara o indivíduo para uma auto referência narcísica que o leva a contemplar-se nas águas da ilusão da superioridade sobre o outro. (p. 11)

Seja qual for a formação do profissional, pode-se perceber a grande dificuldade que alguns têm de lidar com os seus próprios preconceitos, bem como de reconhecer práticas opressoras em relação às famílias atendidas. Tais preconceitos e as ideologias que os alimentam no dia a dia, deverão ser continuamente alvo das análises, pois atuam como obstáculos ao conhecimento e fortalecem práticas equivocadas, que não levam em conta os saberes construídos e partilhados pelas famílias atendidas, muito menos as condições históricas e culturais através das quais são constituídas.

O imperativo de uma educação social como prática de liberdade dentro dos espaços da assistência social, inevitavelmente, requer que a mesma seja pensada como um *processo de socialização*, ou seja, de *internalização* da cultura. Sendo assim, os métodos de uma pedagogia da opressão, dinamizados pela ideologia que desumaniza, não podem servir à emancipação, mas sim à desumanização. Como assinala Serge Paugam (2003), os esforços para integração dos “assistidos”, podem se reverter em mecanismos para estigmatização com peso considerável na construção de suas identidades.

Em seus estudos sobre Ideologia e Cultura, Whitaker (2003 e 2005) revela sua preocupação com utilização indiscriminada desses dois conceitos, sem que se leve em conta os contextos históricos em que foram formulados. Tais conceitos são de extrema relevância para este estudo, pois revelam a face opressora de situações erroneamente entendidas como humanizadoras.

Segundo Whitaker (2005), o conceito de cultura foi criado por Antropólogos preocupados em compreender outras sociedades, “reconhecer seus valores e seus diferentes modos de vida”. Tinham a intenção de romper com o etnocentrismo do homem ocidental e criar novos canais de comunicação e de interpretação dos povos. Com este “olhar para quem olha”, o conceito de cultura torna-se instrumento de humanização, de reconhecimento do *outro* em sua singularidade e no que tem de mais humano. Desta forma Whitaker (2005) assinala que:

Por meio do conceito de cultura, elimina-se qualquer possibilidade de diferenças ligadas à raça, à etnia, ao espaço, ao clima, a todas aquelas idéias do século XIX que ajudavam a manter a dominação e a justificá-la.

Sendo a cultura um processo dinâmico e produto da ação dos homens, cabe a ciência incorporá-la como tal, colocando seus constructos a serviço da humanização. Quando empregado para libertação dos “domesticados” - “através da educação, movimentos sociais e ações políticas - o conceito de cultura leva o homem a um grau de humanização adequado”, ao contrário, quando destruída, cria “monstruosidades imprevisíveis”. (WHITAKER, 2003, p.18-19)

O conceito de Ideologia, elaborado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, é compreendido como um processo de mascaramento da realidade pelas classes dominantes a fim de justificar o domínio e exploração na sociedade de classes. Alguns intelectuais⁷ por sua vez, são encarregados pela classe dominante em sistematizar, proliferar e transformar as idéias em representações universais. (CHAUÍ, 1980 e 1984)

Portanto, se quisermos analisar as relações sociais como se apresentam na sociedade capitalista e, nesse caso, analisar as relações que existem entre a classe dominante (relações estas mediadas pelo Estado com suas Instituições) e as camadas sociais menos favorecidas social e economicamente, devemos notar que muitas vezes a realidade que é apreendida se apresenta como fantasmagoria. Embora haja reivindicação dos dominados através do movimento social, expresso muitas vezes em organizações não-governamentais, o embate é desigual - favorável na maior parte das vezes às idéias das camadas dominantes. O uso da ideologia justifica-se enquanto conceito para compreender e denunciar. Os profissionais da Assistência Social (seja qual for a sua formação) não deveriam se deixar contaminar pelos preconceitos da ideologia dominante.

Buscando ainda enriquecer o arcabouço teórico deste estudo, serão evidenciados alguns recorte do pensamento de Albert Memmi (1977) a partir sua obra clássica, *Retrato do Colonizador Precedido Pelo Retrato do Colonizado*. Nesta obra, o autor observa que as pessoas que não se inserem nos esquemas usuais das relações sociais,

⁷ Não descartamos os conceitos de ideologia como “visão de mundo” que foram formulados com a evolução das Ciências Sociais, e entendemos que existem ideólogos a “serviço” da transformação e da humanização. No entanto, para os objetivos críticos deste trabalho, o conceito marxista de Ideologia, com seus propósitos de desmascaramento da falsa consciência é que o que oferece apoio aos procedimentos analíticos mais adequados.

permanecem na qualidade de “*resíduo, costume ou objeto exótico*, suscetíveis à curiosidade local e de generalizações maldosas e, apenas são tolerados por serem *irrelevantes e desprezíveis*. Albert Memmi refere-se aos desequilíbrios sociais causados pela imposição de ideologias do colonizador nos processos de colonização, que perduram até os dias de hoje sofrendo apenas algumas superficiais metamorfoses.

Em seus estudos, Memmi (1977) recorre à compreensão das contradições e da alienação provocada nesta relação de dominação – colonizador/colonizado - que também podem ser reveladoras, quando empregadas nas análises das micro-relações no cotidiano do trabalho socioassistencial.

Outro ponto a ser destacado no pensamento de Albert Memmi, é que a aceitação passiva e o conformismo inicial impostos pela convivência com os opressores, poderá ocasionar no oprimido uma tomada de consciência da *impossibilidade* que perpassa a sua vida a partir daquilo que chamou de “*efeito demonstração*”. Ao perceber as pressões das contradições externas em que vive e a emergência das contradições internas, tanto objetivas quanto subjetivas, acontece a ruptura com a fase anterior, de inconsciência e submissão. Destaca que o colonizado, – ou oprimido – não existe conforme o queremos; sendo ele, *fatalmente um ser de carência*.(p.105)

2.1 Família: algumas pontuações teóricas

A necessidade de apresentar uma breve revisão teórica sobre família é decorrente das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, que foca suas ações na matricialidade sociofamiliar. Isso pode ser observado nos trechos que seguem da PNAS/2004:

“O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, entre outras.” (BRASIL, 2004, p. 41)

[...] por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geral sobre as famílias brasileiras, acentuando suas

fragilidades e contradições [...] entendida também, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida. (BRASIL, 2004, p. 41).

A noção de família, tal como é a apresentada nos dias atuais, passou por grandes transformações históricas como já demonstrou Philippe Ariès em seu clássico *História Social da Família e da Criança* (1981). Seu modelo histórico de compreensão da trajetória da dinâmica familiar a partir da análise iconográfica retrata mudanças significativas no sentimento de família, ou seja: de como a família evoluiu de uma *realidade moral e social*, para tornar-se um grupo com expressões existenciais de afeto. Este sentimento de família surge após a Idade Média em função da importância que se passou a atribuir à educação e à maneira como a criança passou a ser vista pelos adultos, ou seja, os pais passaram a se interessar pelos estudos dos seus filhos e alimentar sentimentos de afeto pela infância.

A partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família se transformariam: uma revolução profunda e lenta. (ARIÈS, 1981, p. 159)

Mas, segundo o autor, isto não significava que os pais não amassem seus filhos, mas o apego tinha relação direta com as contribuições que a criança poderia trazer “*à obra comum*”. A educação anterior à Idade média era garantida pela aprendizagem com adultos tutores em outras famílias, fato que determinava o distanciamento das crianças de suas famílias de origem.

Depois da Idade Média a escola deixou de ser oferecida apenas aos clérigos e se tornou um instrumento de maior abrangência, influenciando fortemente “*a passagem do estado da infância ao do adulto*”. Como assinala Philippe Ariès (1981, p. 159):

A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento de família e do sentimento da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança.

A partir dessas modificações, o clima sentimental ficou substancialmente diferente, mais semelhante aos modelos atuais, “*como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola (...)*” (p. 160)

No caso do brasileiro, temos a partir da colonização portuguesa uma significativa mudança na dinâmica familiar, com a forte influência do modelo da família tradicional européia. Nos papéis assumidos pelos membros da família patriarcal,

destaca-se a figura do pai que exerce o poder em seu território e sobre as demais pessoas da casa. Cabia à mulher, aos filhos ou a quem ocupasse os domínios do território, a obediência e o respeito ao pai, sendo destinado à mãe, os cuidados com os filhos e a administração do lar. Uma das funções atribuídas a esse modelo familiar era certificar a estabilidade e a garantia de padrões de vida e de relacionamento social aos seus pares.

A família, assim como todas as instituições sociais, sofre através da história, mudanças significativas em sua configuração. Como indica Sawaia (2004) é preciso considerar a *oscilação do valor atribuído à vida familiar, como a que ocorreu na segunda metade do século XX. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 discutia-se a crise e previa-se a morte da família, ao final do século ela ganhou importância como valor social e afetivo*. Bader Sawaya (2004, p.21), pontua também uma grande contradição que assola a família, geradora de muitos sofrimentos e que são agravados pela pobreza:

A família é acusada como sendo lugar de servidão, lugar da reprodução social da desigualdade, da formação da neurose e da normalização. Ao mesmo tempo, exaltam-na como lugar da mediação, primeira e forte, entre o indivíduo e sociedade. “Lócus” de fruição da vida emocional, mesmo que para a tristeza.

Permitindo que se dê contornos pós-modernos ao estudo, recorre-se agora ao pensamento de Zygmunt Bauman (2001), através do qual, percebe-se variadas possibilidades de compreensão sociológica da dinamicidade na vida humana. Dinamicidade esta que, transmuta-se na história e, na pós-modernidade não é mais representada por modelos sociais e relacionais estáticos, com *padrões, código e regras a que poderíamos nos conformar*, ou através do quais se pode selecionar pontos de orientação para a compreensão dos fenômenos sociais.

Hoje, os padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “auto-evidentes”, eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes. (p.14)

Em tempos de *derretimento dos sólidos, da liquefação das sociabilidades* (Bauman, 2001, p.13), há de ser ter cuidado com as proposições adotadas, com as obscuridades e com as micro-relações de poder que envolvem o trabalho de educação social, trabalho este que, tende a fossilizar os ricos dados culturais das famílias e seus aspectos humanizadores, em estruturas pré-estabelecidas. Como indica, Bauman (2001,

p.123), esses novos padrões interferem substancialmente na capacidade de viver com a diferença e dela beneficiar-se:

Essa capacidade é uma arte que, como toda arte, requer estudo e exercício. A incapacidade de enfrentar a pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência à homogeneidade e esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera.

A instabilidade decorrente do “derretimento dos sólidos”, diz Bauman (2001, p.12), acaba dissolvendo as forças importantes, antes apresentadas como saída para a manutenção da ordem social. É o caso de instituições como a da família, substancialmente afetada em suas ‘configurações, constelações, padrões de dependência e interação.

[...] tudo isso foi posto a derreter no cadinho, para ser depois novamente moldado e refeito; essa foi a fase de ‘quebrar a forma’ na história da modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras [...]. Quanto aos indivíduos, porém – eles podem ser desculpados por ter deixado de notá-lo; passaram a ser confrontados por padrões e configurações que, ainda que “novas e aperfeiçoadas, eram tão duras e indomáveis como sempre. [...] Na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem [...]. (p.12)

A partir dessa nova ordem, os espaços sociais de políticas públicas acabam sendo afetados, pela necessidade de reorganização de suas funções a partir das novas configurações sociais. Sendo assim, poder-se-á aproximar - ou melhor – mergulhar numa das mais intensas e perversas contradições encontradas em instituições de assistência social de atendimento à família, ou seja, o imperativo da centralidade familiar nos trabalhos socioassistenciais, que se choca com a visão de mundo enraizada no padrão de família nuclear burguesa.

Desta forma, vê-se a criação de Instituições públicas destinadas a se transformarem em *espaços públicos não civis [...] onde tudo que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência* (BAUMAN, 2001, P.122). Com a redução do assistido à *categoria de resíduo* - de insumo básico para execução dos trabalhos – a principal característica desses espaços é a incapacidade de interação com o *outro*, e de

renuncia ao que lhe é estranho e dos preconceitos. Em outras palavras, “a *dispensabilidade*” de interações humanizadas. Relata que:

Lugares ‘públicos mas não civis’ permitem que lavemos nossas mãos de qualquer intercâmbio com os estranhos à nossa volta e que evitemos o comércio arriscado, a comunicação difícil, a negociação enervante e as concessões irritantes. Não impedem, porém, o encontro com estranhos; ao contrário, supõem-no – foram criados por cauda dessa suposição. São, por assim dizer, curas para uma doença contraída – e não uma medicina preventiva que tornaria desnecessária o tratamento (BAUMAN, 2001, P.122). (grifos meus)

Este trecho do Bauman permite transpor as análises para além das relações dos trabalhadores da assistência com as pessoas atendidas; observa-se que o autor faz referências acerca dos mecanismos dos espaços institucionais de *livrar-se dos estranhos*. Este tratamento (no caso desta pesquisa, para os beneficiários de programas socioeducativos), de uma “doença” já contraída (a pobreza, desigualdade, exclusão) que se faz a partir de recursos ideológicos e opressores, pode resultar em “efeitos colaterais”, pois mexer no “sistema imunológico” - nas defesas dos organismos - pode gerar “doenças” resultantes da própria intervenção “que não são menos (se não mais) perigosas que a doença que se pretendia curar”. Ou seja: a exacerbação das vulnerabilidades já vividas, sociabilidades perversas, estigmatizações, inclusões marginais e distanciamento das pessoas dos espaços da assistência social.

Para aprofundar as análises dessa violenta representação, serão recuperadas duas estratégias utilizadas na história humana de enfrentamento do *estranho* - apontadas pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss - que foram trabalhadas por Bauman (2001, p. 118) para compreender as reações humanas diante da alteridade: a primeira é a *antropoêmica*, e a segunda, *antropofágica*, ambas com o poder de transformar locais públicos de assistência social, em locais “público-mas-não-civis” e, de dilacerar o convívio humanizador. No primeiro caso, a tática consiste em “vomitar” e “cuspir” no *outro* visto como uma ameaça exótica, impedindo qualquer tentativa de diálogo e interação. Bauman (2001, p.118) diz que:

As formas elevadas, ‘refinadas’ (modernizadas) da estratégia ‘êmica’ são a separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo ao seu uso. (grifos meus)

No segundo, a estratégia consiste em “*devorar*” e “*ingerir*”, corpos de culturas estranhas, a fim de incorporá-los e moldá-los a sua semelhança. O autor completa:

Se a primeira estratégia visava ao exílio ou aniquilação dos ‘outros’, a segunda visava à suspensão ou aniquilação de sua alteridade. (BAUMAN 2001, p.118)

Essa dinâmica incorporada nas sociedades contemporâneas traz sérias conseqüências para a subjetividade. Esse sistema de poder devorador implica na mudança do caráter das pessoas, entendido aqui como algo mais amplo do que a personalidade, que se refere mais aos aspectos individuais. Neste caso o caráter tem a ver com os desejos, sentimentos e significados que são construídos e partilhados através das histórias dos sujeitos, com estreita ligação com as transformações sociais. (SENNETT, 2005). Desta forma, famílias são compelidas à introjetar modos de vida distintos de suas formas usuais de sociabilidade em resposta às necessidades que lhes são impostas, tal como o ideal de família “estrutura sólida e harmoniosa”.

Neste jogo de interrupções, incoerências, surpresas e mudanças vertiginosas que assolam a sociedade contemporânea a vulnerabilidade de grupos e indivíduos surge de forma contundente. Bauman (2001), aponta que o *conceito de vulnerabilidade se dá a partir da experiência combinada da falta de garantias (de posição, títulos e sobrevivência), da incerteza (em relação à sua continuação e estabilidade futura) e de inseguranças (do corpo, do eu e de suas extensões: posses, vizinhança, comunidade).*

3 A PESQUISA ETNOGRÁFICA COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

A opção pela pesquisa de caráter etnográfico foi sendo construída no decorrer deste estudo e significou um grande desafio, principalmente pela grande dificuldade em realizar descrições de Diário de Campo, sobre uma realidade intensamente vivida que, necessariamente, obrigava-me a uma constante vigilância epistemológica. Para além de simples anotações, a experiência mostrou como este recurso metodológico amplia o diálogo entre o observador e a realidade a ser observada. (WHITAKER, 2002, p. 124)

A etnografia pode ser compreendida como uma “descrição da cultura” (GEERTZ, 1978), isto é, do conhecimento acumulado, valores, hábitos, costumes e tradição das culturas e de seu povo, visando compreender as complexidades da experiência social. Ao interpretar a vida de um determinado grupo social como forma de apreender a rede de significados, o etnógrafo passa a compreender e revelar as representações do grupo no qual está inserido. Desta forma, segundo Geertz (1978):

O etnógrafo “inscreve” o discurso social: *ele anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente. (p.29)

Para Geertz (1978) praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos e manter um diário, mas o que define o trabalho do etnógrafo é o esforço intelectual de uma *descrição densa*.

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...]. (p.20)

Para o autor a prática etnográfica é como “construir uma leitura de” algo que lhe é estranho, desvelar contradições e dar significados. Sendo assim, apresenta três características da descrição etnográfica: “*ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito”*”

num discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis”
(p.31)⁸

Sendo assim, a etnografia é uma atividade perceptiva, fundada no despertar do olhar para as surpresas que a visão provoca diante das micro-relações, “nos incidentes quase imperceptíveis, nos gestos e expressões corporais, nos silêncios, suspiros, ruídos, paisagens, emoções e afetos...”. É uma atividade que mobiliza a totalidade da inteligência, da sensibilidade e dos sentidos do pesquisador. (LAPLATINE, 2004, p15)

Olhar consiste numa reiteração daquilo que se encontra diante de nós e a visibilidade, enquanto forma primeira de conhecimento, afeta-nos ao mesmo tempo em que nos sentimos afetados por aquilo que (a) percebemos. (...) trata-se de uma visibilidade não apenas ótica, mas também tátil, olfativa, auditiva e gustativa. (LAPLATINE, 2004, p. 20)

Desta forma, o pesquisador deve ser capaz de viver no seu íntimo, as características culturais que está estudando e, mais do que isso, deve ser capaz de estar presente no grupo não apenas como um coletor de dados, mas inserido nos diversos acontecimentos do dia-a-dia: as manifestações, as festas, os rituais, as crenças... (LAPLATINE, 2004, p.22). A pesquisa etnográfica envolve um trabalho de campo, com aproximação de pessoas, eventos, espaços, mantendo contato direto e prolongado - conforme a necessidade de cada pesquisa - para observar situações em sua manifestação natural.

Um elemento que caracteriza a pesquisa do tipo etnográfica é a observação participante que parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação a ser estudada, “afetando-a e sendo por ela afetado”. A utilização de outras técnicas, tais como grupos e entrevistas, têm por finalidade de aprofundar e esclarecer os problemas a serem pesquisados. Anterior ao uso dessas técnicas existe o princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado, ou seja, “o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise de dados. (ANDRÉ, 1998, p 28)

O fato de ser uma pessoa o põe numa posição bem diferente de outros tipos de instrumentos, porque permite que ele responda ativamente às circunstância que o cercam, modificando técnicas de coleta, se necessário, revendo as questões que orientam a pesquisa, localizando

⁸ Geertz (1978) aponta que há uma quarta característica da descrição etnográfica, ou seja: “ela é microscópica.

novos sujeitos, revendo toda metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho.

No caso da Educação, a etnografia começou a ser utilizada no final dos anos de 1970, por pesquisadores preocupados com os problemas de sala de aula e com a avaliação escolar. Foi configurada como um instrumento de observação de comportamentos em sala de aula, e focava estritamente os comportamentos observáveis, a partir de categorias pré-estabelecidas, inspirada na psicologia comportamental. (ANDRÉ, 1998, p 27 e 36)

A preocupação central dos pesquisadores da educação é o processo educativo. Essa diferença de enfoque faz com que certos requisitos da etnografia praticada pelos antropólogos, não sejam cumpridos pelos estudiosos da educação, como por exemplo: *“uma longa permanência no campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais na análise de dados”*. Sendo assim, o que se faz nesta pesquisa, é uma adaptação da etnografia à educação, ou seja, um estudo do tipo etnográfico e não etnografia no seu sentido estrito. (ANDRÉ, 1998, p 28)

Seguindo o exemplo dos estudiosos da Educação para ultrapassar os problemas encontrados nos esquemas tradicionais de análise da interação escolar, a técnica etnográfica pode vir a ser um recurso metodológico relevante nos estudos ligados aos trabalhos socioeducativos da Política Nacional de Assistência Social. Sendo assim, as questões culturais, poderão ser “olhadas” como caminhos viáveis – e humanizadores - das ações educativas, como retrata Rocha (s/d): *“ao limpar a palavra de suas impurezas ideológicas”*, tal como a idéia de inferioridade cultural.

Esse tipo de pesquisa permite que se chegue bem perto das Instituições de assistência social para entender como operam no seu dia-a-dia da prática socioeducativa *“os mecanismos de dominação e de resistência, de opressão e de contestação, ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, modos de ser e de se relacionar”*. (ANDRÉ, 1998, p.41)

Conhecer o campo da Assistência Social mais de perto, *“significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações, observando forças que a impulsionam ou que a retêm”* (ANDRÉ, 1998, p.41), identificando as estratégias de poder, formas apartamento e opressão, os modelos de organização de trabalho,

metodologias e, principalmente, o papel de cada pessoa na rede complexa de suas ações e relações.

Diante das várias metamorfoses, desafios, organizações e reorganizações deste estudo, o Diário de Campo foi surgindo naturalmente como técnica de pesquisa; primeiro, como tentativa de escrever textos que acabaram ficando incompletos, mas que continham dados importantes a serem lapidados.

Esse contato leve e gradativo com a técnica acentuou a compreensão de que poderia estar surgindo um precioso instrumento de pesquisa. A maior preocupação, era de não tornar a técnica um campo minado de opiniões superficiais e de olhares enviesados que, contraditoriamente, poderia tornar o estudo compreensivo, em instrumento de simples desabafo e opressão. Apoiado em Chauí (1980) entende-se que:

[...] essa passagem do “discurso de” ao “discurso sobre” caracteriza várias de nossas atividades intelectuais, como a ciência (a psiquiatria que fala sobre a loucura, a sexologia que fala sobre o sexo, a tecnologia que fala sobre o trabalho, a pediatria que fala sobre a criança” [...] O discurso sobre, em geral, oculta seu caráter ideológico, chamando-se a si mesmo de teoria.

Com isso, o objetivo principal foi respeitar a fala e a subjetividade dos agentes envolvidos, observar e escutar a voz de quem está na “linha de frente” e tratar seus conteúdos com o máximo de respeito possível.

3.1 As técnicas de pesquisa

3.1.1 O Diário de Campo

O diário de campo, recurso muito utilizado por Antropólogos e incorporado por estudiosos da Educação (LÚDKE e ANDRÉ, 1986) e (ANDRÉ, 1998), vem ganhando espaço em outras áreas do conhecimento como forma de apreensão de indicadores culturais⁹, que demonstram a rede e a trama de relações, absorvidos e compartilhados socialmente, definidores da identidade da comunidade ou grupo social.

Como todo método, requer cuidados ao ser utilizado, pois a aparente facilidade de execução poderá atrair o pesquisador para as armadilhas decorrentes da falta do rigor científico. Exige transcender as aparências da ilusória simplicidade observada pelo olhar etnocêntrico, apto a desvalorizar as diversidades culturais em nome da imposição da racionalidade ocidental. (WHITAKER, 2002, p.22), (WHITAKER, WHITAKER e SOUZA, 2010, p.5)

A experiência de trabalhar com o recurso do diário de campo, revelou-se muito prazerosa e eficiente para captar indicadores culturais – tais como *as formas de se fazer e a visão de mundo* de trabalhadores da assistência social e, através disso, analisar as relações estabelecidas nos serviços socioeducativos. Esse diálogo com a realidade observada ganha ainda maior valor por conta de sua qualidade reflexiva da técnica (WHITAKER, 2002), e por facilitar que os fatos não sejam mutilados pelas armadilhas da memória.

O ato de escrever e descrever, como a antropologia bem nos ensinou e ainda nos ensina - com o olhar que valoriza a cultura - ajuda o observador retificar olhares obscurecidos por observações primeiras, sendo assim, pode ser um instrumento de vigilância do conhecimento científico ou da própria ação pedagógica na instituição.

Ao rememorar o que fora observado o pesquisador passa a reconhecer a necessidade de reformular incongruências exercitando a reflexão sobre a reflexão. Da mesma forma que quaisquer técnicas de coleta de dados podem ser contaminadas por

⁹ O antropólogo Tião Rocha (s/d), assinala que em toda e qualquer comunidade humana, podemos identificar alguns indicadores que interagem entre si de forma interdependente e que são possuidores de intensa capilaridade, semelhantes aos vasos e artérias do corpo humano, ou seja: *as formas organizativas, as formas de se fazer, os sistemas de decisão, as relações de produção, meio ambiente, a memória, a visão de mundo*

conduções preconceituosas e inoportunas do pesquisador, as descrições de campo também correm o risco de distorcerem a realidade observada.

Através da confecção dos diários de campo, o pesquisador é provocado a reavaliar suas próprias percepções, seus preconceitos, seus valores, suas práticas de poder, pois, apesar dos cuidados, não estamos a salvo dos terrenos escorregadios da prática da pesquisa. Desta forma, para o pesquisador iniciante, a descrição do diário de campo pode se transformar numa valiosa forma – “quase que ‘terapêutica’ para a prática científica” – de exercitar o olhar para sua própria forma de olhar, uma tarefa muito bem realizada pelos poetas e escritores, artistas em geral. Também pode oferecer “*um quadro de profunda compreensão do outro - sua visão de mundo, suas atitudes mentais, sua lógica diferenciada, mas em nada inferior à nossa* (WHITAKER, 2002) (grifo meu).

Nessa direção, Whitaker (2002) assinala algumas vitórias alcançadas pelo exercício de elaboração dos diários de campos em pesquisas nos Assentamentos de Reforma Agrária:

- a superação dos preconceitos amplamente denunciados...
- a ênfase na memória do pesquisador...
- a percepção acurada do espaço que aparece, ora na própria descrição, ora nos desenhos dos artistas...
- registro pessoal diferenciado que revela a intersubjetividade entre o pólo que investiga e o pólo investigado.

Como assinalam (WHITAKER, 2002) o Diário de Campo é um recurso muito utilizado pela etnografia como forma ideal para registrar o cotidiano da pesquisa.

Na opinião de Andrade, o uso do diário de campo *define o esforço intelectual do pesquisador* que objetiva uma descrição densa. Esforço que está presente no momento da descrição dos dados, esforço que ocorre porque tenta... *a construção das construções de outras pessoas.* (Andrade, 1997).

No livro *A interpretação das Culturas*, Clifford Geertz (1978) aponta um cuidado necessário ao pesquisador que faz uso do caderno de campo:

Nos escritos etnográficos acabados (...), esse fato – de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções das outras pessoas – está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma idéia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser analisada diretamente.

Para Geertz, isso não se torna um problema para a compreensão dos fatos, desde que o pesquisador tome a devida precaução para interpretá-los. Explica que a tomada das observações como explicações acabadas, pode levar a pesquisa de característica qualitativa – como no caso da Antropologia – a ser entendida como uma atividade mais observadora e *menos interpretativa do que ela realmente é*”, e completa dizendo:

[...] bem no fundo da base factual, a rocha dura, se é que existe uma, de todo empreendimento, nós já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações. (p.16-19)

Tais cuidados não impedem que os diários de campos recebam tratamentos diferenciados por diferentes pesquisadores. O método permite a todo pesquisador uma grande inventividade, a exemplo das pesquisas orientadas por Dulce Whitaker em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara, onde foram utilizados os recursos artísticos da poesia e da pintura para enriquecer as anotações.

Em determinados momentos desta pesquisa foram escritos verdadeiros textos altamente motivantes que, além do exercício da descrição, permitiram as primeiras reflexões e interpretações. Como exemplo, cito um trecho que retrata uma das primeiras observações de atividade socioeducativa.

O dia a dia reserva grande surpresas, ora fortalecedores, ora angustiantes, mas que sempre nos faz pensar em nossa prática profissional entrelaçada pelas fortes raízes do preconceito e da ideologia como forma de dominação. Ainda mais quando a arte se materializa na realidade nua e crua do cotidiano profissional.

Refiro-me ao que aconteceu hoje quando fui convocado para realizar uma oficina de cinema na comunidade mais pobre e com índices sociais mais negativos do município, cujos estudos estão sendo realizados. Este bairro sofre desde seu nascimento com o descaso do poder público e detém o maior índice de violência juvenil, influenciado principalmente pelo forte envolvimento de meninos e meninas com o tráfico de drogas. Quando cheguei para trabalhar na Prefeitura, lembro-me perfeitamente que um colega de trabalho me disse para “fugir da favela [...].

[...] Tudo acertado entre eu e uma colega de trabalho, seguimos para o local às 19 horas e 30 minutos - trinta minutos depois do combinado para chegar ao centro comunitário, motivado pelo atraso do veículo que iria nos transportar. Até montar os equipamentos foram mais vinte minutos. Contando tudo, até começar a sessão, foi mais de 1 hora de atraso, que já revelava uma nítida impaciência nas mais de trinta crianças presentes. Mas na hora de começar, uma surpresa! O filme infantil divulgado não havia sido separado pelos educadores da secretaria de Cultura. Começava naquele momento um pequeno tumulto entre as crianças que pulavam nos colchonetes da sala de ginástica improvisada para o cinema. Num esforço de amenizar o problema tentamos realizar uma conversa através de jogos e

brincadeiras que nada resolveu. O técnico de cinema que dava os últimos ajustes no equipamento demonstrava sinais de irritação, pois conforme o tempo ia passando a algazarra aumentava e além de pular nos colchonetes as crianças começam a correr em volta do equipamento.

A nossa preocupação com o fiasco era percebida pelas crianças e, quanto mais sentiam que estávamos sem controle da situação, revelavam mais sua indignação. Até que numa nova tentativa de consertar o que não tinha mais conserto, resolvemos pedir para as crianças pegarem algum filme infantil que pudessem ter em suas casas. Então, a grande maioria saiu correndo, como se estivessem numa gincana e, depois de alguns minutos começaram a aparecer os primeiros filmes. Foram mais ou menos uns dez, entre “Proibidas do funk”, “As dez mais da Playboy”, decidimos recorrer a outros artifícios. Numa última tentativa de resolver a atrapalhada, lembrei que em minha mochila estava um porta CD’s que continham alguns filmes. Por ironia do destino, lá estava apenas o filme *Quanto Vale ou é por Quilo?* De Sérgio Bianchi (2005). Uma obra prima do cinema nacional que, a partir do Conto O Pai Contra Mãe de Machado de Assis, faz recortes claros dos sistemas de dominação e exclusão dos nossos dias. Após guardá-lo cuidadosamente, a única coisa que me veio a cabeça foi uma das cenas que mostra um grupo de representantes de serviços não-governamentais e alguns políticos inaugurando um pólo de informática numa comunidade pobre dos morros cariocas. A cena mostra discursos inflamados de “almas caridosas” e “atentas” às necessidades de inclusão da comunidade. Almas que aparecem numa cena anterior tramando formas de superfaturar os equipamentos que, além de tudo, eram de baixa qualidade. Logo após descerrar a faixa inaugural o filme retrata garotos e garotas destruindo as máquinas num ato de revolta explícito que revela a indignação e um recado para aqueles que tentaram manipulá-los [...]; resolvemos então cancelar a sessão de cinema! Indignados – mais uma vez sacaneados – as crianças com não mais de dez anos, começaram a arrastar as cadeiras, jogá-las para o alto; os gritos ficaram mais fortes, apertavam botões do equipamento, mergulhavam nos colchonetes, espalhavam brinquedos e xingavam e enfrentavam o técnico de cinema e os profissionais da assistência social que tentavam contê-los a qualquer custo. (Diário de Campo, 2009)

Este trecho é um exemplo de que o Diário de Campo, quando apoiado em amplas discussões teóricas, pode garantir uma apreensão mais profunda da realidade do trabalho socioassistencial – *a teoria iluminando o trabalho de campo.* (WHITAKER, 2002) e (LOPES, LIMA, COSTA e RIBEIRO, 2002). Neste caso, as crianças poderiam ser rotuladas de vândalos? NÃO, porque pouco importa uma opinião desta natureza sustentada pelo senso comum, que obstaculiza o esforço analítico e a práxis educacional! Aquelas crianças chamavam os profissionais de incompetentes, resistiam a opressão e ao descaso dos representantes de um sistema excludente; mesmo que imbuídos de “boas intenções” os profissionais faziam valer as “chibatadas simbólicas”

que sutilmente aparecem como forma de violência nas ações diárias, tão violentas quanto as chibatadas reais e sangrentas que seus antepassados receberam dos colonizadores e dos senhores de engenho.

Este foi um dos fatos, entre tantos observados, que revelam ações “desastrosas” e falas preconceituosas. Na avaliação posterior da equipe de trabalho não foi difícil aparecerem os comentários que já se tornaram clássicos em minhas observações: “*essa molecada não tem jeito*”, “*lá é assim mesmo, são vândalos*”. “*eles enfrentam mesmo; não têm educação*”. Nenhuma referência se fez aos sentidos históricos e sociais dessa reação que atravessa a subjetividade das crianças ou quaisquer pontuações sobre a prática. Em momento algum pontuaram a necessidade de assegurar os direitos voltados à criança e ao adolescente, apenas reforçaram a indiferença aos problemas vividos por eles na comunidade – privações materiais, narcotráfico – que os tornam cada vez mais invisíveis (FERNANDES, 2008, p.75)

Mas, como explica Geertz (1978, p. 27), “*esse fato- de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas (...) está obscurecido*”, pois, “*a maior parte do que precisamos para compreender está insinuado como informação de fundo*”. O que fez as crianças se revoltarem, e a atividade descrita fracassar, não foi o atraso, a falha em não levar o filme adequado... Foi uma negação histórica de direitos, inclusive o de serem respeitados nas relações diárias.

O exercício dessa técnica revelou *momentos* distintos de vigilância e aprofundamento do olhar para objeto a ser analisado, que se entrelaçaram em busca de uma harmonia teórico-metodológica: em primeiro lugar, o cuidado com o *olhar para aquilo que vejo*; depois, com o *olhar para o que sinto quando vejo*; em seguida, o cuidado em *olhar para as reflexões sobre esse sentimento* e, finalmente, o cuidado em *olhar para quem olhou, aquilo que vi, senti, e refleti*. Em tais momentos, configura-se algo parecido a um mecanismo de vigilância, que leva o pesquisador a resgatar e reavaliar seus saberes latentes, rumo à superação de relações intersubjetivas permeadas pela (obscuridade) da ideologia dominante.

Ao ler suas anotações em Diário de Campo o pesquisador evoca momentos de descoberta que pareciam naturais na situação de campo, mas que agora ganham novos significados e sugerem novas relações. É a própria investigação que avança tentando descobrir os meandros

da teia sistêmica na qual inserem os fenômenos. Mas a emoção deve dar lugar à reflexão e o “olhar que reflete” realiza agora as reflexões sobre a própria reflexão, que já estava dada, desde o projeto de pesquisa. (WHITAKER, WHITAKER e SOUZA, 2010, p.5)

Desta maneira, a proposta supõe o envolvimento do pesquisador, “já que não há neutralidade e nem a pseudo objetividade da superação entre sujeito e os temas por ele investigados”.

3.1.2 A trajetória das anotações em diário de campo

No presente estudo, as anotações em diário de campo foram realizadas no decorrer de quase dois anos - começando no final de 2008, seguindo por todo ano de 2009, até chegar aos dias atuais – principalmente no CRAS, que é a unidade executora de serviços socioassistenciais. A escolha deste local se deu pela facilidade de acesso e por oferecer condições ao desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica. Isso não significou que outros espaços não tenham sido alvo das observações.

Além dos locais de execução direta das políticas de Assistência Social, muitas informações originaram da participação ativa de espaços de decisão - como é o caso das Conferências de Assistência Social - de reuniões de equipe para organização dos trabalhos, reuniões de discussão de casos, de cursos de capacitação e, até mesmo das conversas informais, que chamo neste trabalho de “conversas de corredor”.

É importante ressaltar, que o processo de descrição foi bastante dinâmico, sendo que algumas anotações partiram de decisões prévias do próprio pesquisador (considerando que o ambiente seria favorável para captar informações), ou surgiram de forma inusitada, após vivenciar alguma atividade ou conversa com os profissionais. Desta forma, não foram elencados momentos específicos do trabalho, profissionais com a mesma formação ou que trabalhassem no mesmo ambiente. A preocupação principal foi de que todos os conteúdos derivassem das falas de trabalhadores responsáveis pela execução de serviços de proteção social através de grupos socioeducativos e de convivência, orientações psicossociais, atendimentos domiciliares, atividades de planejamento, entre outros, por entender, que tais atividades poderiam fornecer pistas

interessantes para a confirmação das hipóteses iniciais. Portanto, as observações foram direcionadas para as relações de poder dos trabalhadores da assistência social às pessoas atendidas, e para os métodos de trabalho socioassistenciais – através dos quais pode-se captar a ideologia.

As anotações de campo também são fruto de minha trajetória como educador social na cidade de Araraquara, momento em que foram surgindo as primeiras inquietações que deram origem aos objetivos deste estudo, ou seja: uma análise da práxis socioeducativa em serviços de assistência social a partir da compreensão da relação entre profissionais e pessoas atendidas. Apesar da grande quantidade de anotações, foram recortadas para a pesquisa, apenas passagens que têm relação direta com seu objeto, mesmo que não tenham acontecido diretamente em alguns espaços de execução direta dos trabalhos.

Sendo assim, além de anotações de campo e do resgate das memórias que dão contornos significativos às interpretações, foram realizadas descrições mais recentes a partir da participação ativa como trabalhador da assistência social. Como já foi dito, não foi seguido um receituário pré-definido, apenas um direcionamento do olhar para o objeto a ser estudado, bem como o cuidado para não cair nas armadilhas dos obstáculos que minha visão de mundo poderia criar.

3.1.3 Grupos Focais

3.1.4 Definição e caracterização dos grupos focais

Procurando demarcar limites e possibilidades, é preciso assinalar que, assim como quaisquer outras técnicas, a de grupos focais não é capaz de iluminar por si próprio os caminhos metodológicos de uma pesquisa, nem tampouco condicionar ou influenciar a escolha de seus objetos e objetivos. Ao contrário, sua escolha encontra-se condicionada à orientação teórico-metodológica da investigação, do objeto de investigação e da real necessidade de dados e informações a serem coletados. Tal postulação não implica a afirmação de que a técnica é um elemento secundário da

pesquisa, mas sim a de que ela não possui autonomia metodológica para reger ou definir sua própria utilização. (MOREIRA e SUCENA, 2002)

Neto, Moreira e Sucena, (2002), definem o Grupo Focal como:

Uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

A principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, a visão de mundo, impressões e concepções sobre determinado tema.

A “fala” que é trabalhada nos Grupos Focais não é meramente descritiva ou expositiva; ela é uma “fala em debate”, pois todos os pontos de vista expressos devem ser discutidos pelos participantes. Se o pesquisador deseja conhecer as percepções de um participante sem a interferência dos outros, a técnica de Grupos Focais não é a mais adequada. O pesquisador não deve esquecer-se de que, por ser uma técnica que visa a coleta de dados qualitativos, o número de Grupos Focais a ser realizado não é rigidamente determinados, mas segue a necessidade imposta pelo tema, conforme o critério de saturação das informações. (GONDIM, 2002)

O ponto de partida para a execução de uma pesquisa que se apóia na técnica dos Grupos Focais é a clareza das hipóteses. O direcionamento metodológico dependerá dos objetivos gerais do estudo. Isto influenciará na composição dos grupos, no número de sujeitos, nas características dos participantes (dados culturais, valores, interesses, gênero, status social, etc.), na decisão dos locais a serem realizados, nas formas como o coordenador irá ‘conduzir’ e no tipo de análise dos resultados. (GONDIM, 2002)

A mesma autora pontua que alguns aspectos do planejamento devem ser objeto de reflexão. A *escolha de membros* que tenham “algo para dizer” ou “se sentem confortáveis” em debater é um fator a ser pensado, pois facilmente encontramos a inoperância nos casos, cuja composição dos grupos contém pessoas extremamente alheias ao tema. Não significa dizer preconceituosamente que um grupo de pessoas é melhor que o outro, mas significa estar atento aos objetivos traçados pelo projeto. A opção é feita com base nas premissas de que eles são capazes de gerar dados de

pesquisa em quantidade e qualidade expressivas, no menor espaço de tempo (GONDIM, 2002).

A opção por realizar grupos *com conhecidos ou desconhecidos* também merece atenção. Os primeiros, podem facilmente reproduzir acordos implícitos sobre o que deve ser dito, fato que precisa ser considerado nas análises e comparados por processos de triangulação dos dados coletados com outras metodologias. Outro aspecto a ser considerado é o nível de estruturação dos grupos através de roteiros a serem seguidos pelo coordenador. A *diretividade* pode assegurar o foco do tema, mas não pode transformar-se em instrumento de inibição do aparecimento de opiniões relevantes, ou seja: a estruturação deve ser suficientemente flexível para não criar barreiras improdutivas. (GONDIM, 2002); (GONDIM, FEITOSA e CHAVES, 2007)

Com relação ao *tamanho do grupo*, cada autor defende um número ideal de participantes, mas quase todos concordam que um número excessivo – por exemplo acima de 12 – tornaria o processo desgastante, tanto para os participantes quanto para os pesquisadores. Se inferirmos que a técnica pode despertar um grande interesse para os participantes o melhor a fazer é diminuir o número de participantes. Isso aumentará as chances de todos participarem e dificultará a tendência de polarização da dinâmica grupal, bem como os desgastes com o excesso de tempo.

Os outros dois fatos a serem considerados são o *papel do coordenador e a análise dos resultados*. O principal papel do coordenador é fazer com que a discussão flua, intervindo somente para introduzir novas questões, para resgatar discussões importantes para a pesquisa, ou para facilitar a dispersão de situações geradoras conflitos e ansiedades prejudiciais ao processo grupal. Cumpre lembrar que qualquer produto da dinâmica grupal é relevante para ser analisado e, não deve passar despercebido pelo coordenador. Explicar com clareza as “regras” do jogo nos momentos iniciais pode ajudar os participantes a prosseguirem com a discussão; entre elas podemos destacar: a) *uma pessoa fala de cada vez*; b) *evitam-se discussões paralelas*; c) *ninguém pode dominar a discussão*; d) *todos tem o direito de dizer o que pensam* (GONDIM, 2002); (GONDIM, FEITOSA e CHAVES, 2007)

Como já foi dito, por si só, os grupos focais seriam pouco produtivos no processo de pesquisa, mas quando a análise dos dados é aprofundada por teorias explicativas, torna-se um instrumento de grande relevância para a ciência.

O primeiro ponto que deve ser analisado diz respeito a dinâmica geral do grupo, ou seja, suas reações, ansiedade, bloqueios, desvios para outros temas que emergem. A partir disso, perceber o surgimento de alguns papéis próprios de seu funcionamento, tais como: o *líder* que geralmente é o fiel depositário das ansiedades individuais e grupais, podendo transformar o grupo em uma entrevista individual; *sabotadores* da discussão, que por se sentirem invadidos ou atacados rebelam-se em prol da “destruição” do grupo; até mesmo *bode expiatório* que, ao contrário do líder, mobiliza conteúdos desagradáveis no grupo, que não se reconhece como partilhando de suas manifestações, o que indica resistências para cumprir a tarefa estipulada (PICHON-RIVIÈRE, 1986).

Conceber estes papéis isoladamente não faz sentido uma vez que a emergência destes ocorre de maneira integrada, sendo fundamental para a dinâmica do grupo que, ora avança e ora recua, resistindo e se preparando para continuar o processo de discussão. Outro cuidado que se deve ter, diz respeito à interpretação dos resultados. As informações obtidas devem ganhar validade à luz de teorias explicativas. Este ponto tem sido alvo de muitas críticas de estudiosos que questionam objetividade e validade das interpretações.

3.1.5 Descrição geral dos grupos focais

A decisão de usar essa técnica de grupos nesta pesquisa originou-se da necessidade de maior aprofundamento sobre o conceito “família”. Apesar de os diários de campo fornecerem dados importantes sobre este conceito, faltava ainda a saturação necessária para dar consistência às interpretações. Sendo assim, optou-se pela orientação metodológica dos Grupos Focais, um importante instrumento de pesquisa, que permite a apreensão de variados temas através da reflexão e do debate.

O primeiro encontro aconteceu em setembro de 2009 com duração aproximada de 1 hora e 30 minutos e participação de 5 profissionais, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo, 1 educador de nível médio e 1 orientador social.

O segundo grupo foi realizado em outubro de 2009 com duração aproximada de 1 hora com a participação de 4 trabalhadores da assistência social, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 orientador de nível médio.

Os grupos aconteceram em Centros de Referência de Assistência Social da cidade escolhida como espaço da pesquisa, pensando principalmente no acesso fácil e na tranquilidade do ambiente no momento de discussão. O grupo foi coordenado por mim com a ajuda de uma assistente (estagiária de Psicologia) que realizava anotações sobre diálogos, observação da linguagem corporal e as interações, ou outras situações que pudessem fugir da percepção do coordenador. Apesar de ser recomendado que conhecidos não participem do G.F. – que foi o caso desses grupos - não foram observadas situações que pudessem prejudicar o seu desenvolvimento, tal como um retraimento ou boicote por parte dos participantes. O que encontramos foram pessoas colaborativas e com muito interesse na discussão.

Como disparador temático das discussões foi utilizado uma variação da técnica de mapeamento cognitivo. Originalmente, esta técnica é utilizada para captar compreensões sobre determinados assuntos, sem que haja grandes racionalizações dos participantes sobre o que vão dizer. Por exemplo: se o tema é “família”, o coordenador pede para as pessoas falarem o que quiserem sobre o assunto - aquilo que vem a cabeça. A intenção é o menor nível de racionalização sobre o tema. Pede-se então, para que todas as opiniões sejam registradas em filipetas para posterior composição de um mapa em um grande mural. Esta técnica costuma ser interessante como aquecimento para discussões mais aprofundadas em momentos posteriores, principalmente por gerar situações de descontração e vinculação com os propósitos da pesquisa. Cabe ao coordenador da atividade captar elementos relevantes, situações de bloqueio e ansiedade, incômodos, repetições e variações nas opiniões mapeadas.

No caso deste estudo, foi realizada uma pequena alteração que objetivou dar maior foco para captar as representação do conceito ‘família’. Ao invés de apenas pedir para que falassem sobre família, foram estruturadas três perguntas básicas contemplando o conceito: 1) o que é família?; 2) como é a minha família?; 3) como são as famílias que eu atendo? O momento inicial ganhou certa ludicidade preparando o grupo para discussões mais elaboradas.

Para facilitar as análises, as representações colhidas foram organizadas em tabelas, para posterior mapeamento das frequências de respostas e interpretação dos dados.

3.2 Organização dos dados

Tabela 1

O QUE É FAMÍLIA?
<ul style="list-style-type: none">• Pai, mãe e filhos em perfeita harmonia, onde todos se amam.• Grupo de pessoas que compartilham sonhos, desejos e valores e alegrias, unidos pelo espaço físico ou imaginário.• É um grupo de pessoas, que convivem sob o mesmo teto, com relação de consangüinidade ou não. Elegem-se por afinidade. Local de pertença do individuo.• Um grupo de pessoas que vivem em uma mesma casa.• Pessoas unidas por laço afetivos ou consangüíneos. Que podem viver na mesma casa embora não obrigatoriamente.• Família são pessoas que moram juntas, (mãe, pai, filhos). Seguem regras e existe muito amor entre todos.• É união entre as pessoas, apoio quando precisa, compreensão, carinho, com as pessoas que fazem parte da mesma.• Grupo de pessoas que convivem num mesmo espaço, dividem algumas tarefas e cuidados.• Um conjunto de pessoas que devem ser olhadas como um todo.• Para mim é o pai, mãe, irmãos (ou filhos); também pode ser marido/mulher/filhos; também pode ser meus amigos.... Às vezes também é o local de trabalho...(mas no momento não é).• Um grupo de pessoas formado por pais, mães e filhos, que vai crescendo ou não com o passar dos anos. Pode ser também, um grupo de pessoas que por falta de, lar, vivem em abrigos, casa etc.• A família é formada de grupos de pessoas esposos, esposas filhos que vivem juntos na mesma casa.• Família é um grupo de pessoas que se constitui principalmente em avós, pais filhos e netos e outros. Devem ser unidos, com amor, carinho tristezas e alegrias, unido e enfrentando os problemas que a vida nos da família tem vinculo, para a vida toda.• É o resultado de uma união entre duas pessoas, que tem seus filhos e buscam/procuram oferecer o melhor para que cresçam e tenham uma vida digna e feliz, formando então uma família.• Conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, unidas por algumas afinidades, amor, convivência, dificuldades, parentesco.

Tabela 2

COMO É A MINHA FAMÍLIA?	
	<ul style="list-style-type: none">• Tradicional... Pai, mãe três filhos. Com muitas afinidades comuns.• Minha família é grande, hoje ela é composta por irmãos, cunhados, sobrinhos e alguns parentes que consideramos, às vezes ela está mais unida, outras vezes menos, Acho que é minha família mesmo se parece comigo e eu c/ ela.• Minha família é tudo. Sempre dividimos alegrias e tristeza, para mim família é o primeiro laço da vida.• Composta por quatro pessoas, onde cada um cumpre o seu papel para a harmonia e felicidade da família. Com isso então conseguimos levar nossos filhos a idade adulta com dignidade.• Minha família é em quatro pessoas. Em minha casa, somos bastante unidos, e procuramos viver bem.• Formada por pai, mãe e dois filhos, graças a Deus, os filhos puderam estudar estão trabalhando, tem responsabilidades, tiveram enfim um alicerce saudável para não caírem na drogas etc.• Minha família é muito unida, um ajuda o outro nos momentos difícil e fazemos muita festa quando estamos felizes.• Minha família é constituída de mãe, pai irmão filhos, netos. É uma família bem estruturada, que sofre problemas, mas mesmo assim consegue se erguer e seguir em frente, nós temos direitos e deveres a serem cumpridos. Posso dizer que minha família é feliz.• Minha família primaria: minha esposa e eu. Morando em outras casas: meus pais, meus irmãos e meus sobrinhos.• Unidas, acolhedora, amorosa, e feliz.• Família unida, onde uma apóia o outro quando precisa, onde juntos enfrentam problemas e existe muito respeito e amor entre as pessoas que formam minha família.• Para mim é a minha base, posso considerar uma família harmoniosa, onde um se preocupa com o outro.• Minha família tem como composição mãe três filhos e dois netos, convive em casas separadas porem com contatos freqüentes.• Minha família é muito feliz onde todos lutamos pelos mesmo objetivos, procurando um fazer a felicidade do outro. Nós nos amamos.
	EXCEÇÃO
	<ul style="list-style-type: none">• Com um pouco de desesperos, com muita alegria, com valores enraizados outros que vão se transformando, unida principalmente por um espaço de afeto e emoção.

Quadro 3

COMO SÃO AS FAMÍLIAS QUE EU ATENDO?
DESESTRUTURADAS ou DESARMONIOSAS
<ul style="list-style-type: none">• Bem todos são desestruturados, mas a maioria enfrenta problemas com drogas, prostituição, ausência de pais, desemprego etc.• São famílias desestruturadas, que precisam de uma força externa para enfrentar seus problemas. Algumas são vulneráveis emocionalmente. Muitas não recebem carinho e respeito de seus familiares.• São pessoas carentes, vida difícil, geração com problemas desde avós pais filhos e netos. Com valores básicos, e auto-estima baixo.• Conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, que vivem com dificuldades e com ou sem dificuldades.• São família que estão desestruturadas.• São famílias simples que nos procuram para informações, são famílias com problemas, são famílias que precisam de ajuda para varias coisas.• São famílias com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento ou sociabilidade.• São famílias, comuns, com problemas financeiros, emocionais, carentes, enfim são famílias como a minha e acho que como quase toda “cheia de problemas”.• São famílias que possuem varias composições como; pai mãe e filhos ou avós e netos mãe e filhos etc. possuem dinâmicas bem peculiares como: cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência, nem sempre possuem trabalhos formais, que possa contribuir para o sustento da família ou possuem, mas podem não ter boas relações de convivência.• As estruturas familiares variam, em que algumas apontam como famílias, apenas os que moram na mesma casa. Geralmente com grande numero de membros e com variação de laços afetivos.• As famílias que eu atendo as vejo como difíceis de vida, pois falta muito amor entre elas principalmente em relação aos filhos que não tem algum cuidados necessários em relação a educação que é a base de toda família, mesma que não seja constituída por um par, uma mãe e os filhos• Infelizmente na maioria, famílias, desintegradas, frágeis, desamparadas, sem auto-estima.
EXCEÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• A grande maioria em situação de carência socioeconômica, famílias que necessitam ser ouvidos, acolhidos e entendidas como sujeito de direito. Problemas, conflitos, sonhos, potenciais, vulnerabilidades, exclusão.• As famílias que eu atendo, às vezes, são como a minha e por isso preciso tratá-la como eu trato a minha.• Uma família como a minha, com peculiaridades, diferenças, às vezes mais vulneradas, perpassada por dificuldades socioeconômico que pode trazer outras conseqüências. Uma família estigmatizada, por vez humilhada, ideologicamente massacrada historicamente. Com potenciais muitas vezes não reconhecidos por nós, com dados culturais surpreendentes.• São pessoas como nós com seus problemas e sonhos sempre em busca de algo melhor para sua vida.

Quadro 4

PRINCIPAIS OLHARES SOBRE A FAMÍLIA
<ul style="list-style-type: none">• Famílias desestruturadas;• Família harmoniosa• Família como <i>locus de</i> afetividade;• Famílias com laços frágeis;• Famílias com vários problemas;• Família como espaço onde predominam regras;• Família constituída por laços de consangüinidade;• Família é composta pelo local de moradia;• Família como responsável pela educação dos filhos;• Família como fonte de solidariedade;• Famílias pobres;

4 INTERPRETAÇÃO: Críticas, denúncias e sugestões

O esforço de interpretar e compreender um fenômeno, seja ele qual for, merece um grande cuidado por parte de quem quer fazê-lo. A interpretação é um hábito na vida de qualquer ser humano e, cada qual a partir de suas vivências, traz consigo conhecimentos acumulados que dão sustentação às explicações. O fato é que tais interpretações podem ser realizadas basicamente de duas formas: 1) à luz do conhecimento científico com suas teorias e equipamentos; 2) ou através dos conhecimentos *advindos do senso comum, das representações sociais, das religiões e das subjetividades, singularidades e intenções pessoais*. (WHITAKER, WHITAKER e SOUZA, 2010, p.4)

No caso do observador curioso preocupado em compreender os problemas que afetam uma determinada família, por exemplo – ou até mesmo dar sentidos mais amplos à instituição família – sua interpretação poderá ser mediada por conhecimentos adquiridos nas experiências com pessoas e grupos significativos, que acabam orientando suas explicações. Seguindo por este caminho, o objeto a ser interpretado *“se apresenta sob o manto das aparências”*, porque a luz que orienta essa compreensão, não permite desvelar a sua essência *“que permanece invisível e por mais esforços que façamos para penetrá-lo, ele se mantém mudo, estático, a nos desafiar”*. (WHITAKER, WHITAKER e SOUZA, 2010, p.5)

Mas, caso esse observador – sendo um pesquisador ou profissional - esteja armado suficientemente contra as armadilhas e obstáculos epistemológicos à compreensão dos fenômenos, suas explicações poderão ser salvas das impurezas ideológicas que impedem a aproximação de sua essência. “Uma das grandes características do conhecimento científico é a sua capacidade de contrariar as explicações do senso comum e de outras formas de conhecimento”. Além da afirmação anterior, (WHITAKER, WHITAKER e SOUZA, 2010, p.2) assinalam:

[...] O objeto é sempre um conjunto de relações – em teias, ou redes complexas [...] trabalhando com interfaces, deve contemplar os movimentos sociais como processos complexos cheios de subjetividades em rede e de contradições insolúveis, tangidos por focas históricas inexoráveis.

As interpretações cotidianas podem até ser amparadas por conhecimentos científicos incorporados ao conhecimento do senso comum, porém, seu uso diário implica numa série de deformações, quando os modos tradicionais de pensar se apresentam com toda a força dos preconceitos da ideologia dominante. Assim, pode-se inferir que alguns trabalhadores da assistência social impingem em suas ações, alguns métodos de trabalho e explicações de determinados fenômenos, com uma série de deformações resultantes da contaminação por idéias preconceituosas. Tomar como base as explicações prontas e acabadas, em detrimento do aprofundamento que o conhecimento científico pode fornecer, vem sendo prática comum; uma espécie de resposta pronta, para problemas comuns!

No caso de uma família que chega aos serviços de assistência social para ser acolhida em suas necessidades, sejam elas decorrentes da situação de pobreza e privação material ou de situações subjetivas representadas por uma série de estrangulamentos afetivos e emocionais, o olhar do profissional poderá ser orientado por uma série de preconceitos que o impede de ver o conjunto de relações complexas que envolvem o fenômeno a ser compreendido. Essas deformações podem ser encontradas nos dados desta pesquisa, através da visão de que a causa principal dos problemas das famílias advêm de sua desestruturação. Tal modelo resiste no tempo, contamina o olhar e provoca resistências que impedem compreensões profundas, ou seja: se há alguma situação que aflige a família, parte-se do princípio que há algum problema de estrutura e que isso deve ser ajustado.

O conteúdo das falas dos profissionais neste estudo mostra concepções de família ancoradas no modelo nuclear - pai, mãe e filhos. Também são observadas grandes expectativas quanto a sua capacidade de prover relações afetivas harmoniosas, entendidas por eles como ponto crucial para a transposição de quaisquer obstáculos subjetivos ou objetivos que possam prejudicar a estrutura esperada.

Poder-se-á inferir então, que a centralidade dos trabalhos na família está gerando grandes confusões e muitas expectativas não condizentes aos anseios subjetivos e necessidades objetivas da família assistida pelas políticas sociais.

A seguir, serão resgatados três trechos do diário de campo que revelam esse preconceito a partir da fala de profissionais que tentavam explicar as origens dos problemas enfrentados por uma família:

- a) O pai foi embora, deixou a mãe com 5 filhos [...] aos invés dela ficar quieta, juntou com outro e vai ter mais um filho; porque não vai fazer laqueadura, a prefeitura faz de graça. Hoje nem as pessoas que podem (financeiramente) têm mais esse tanto de filho. Desestrutura mesmo!
- b) a gente vê; quando falta a figura do pai, ou a mãe [...] as crianças sentem, gera alguma coisa, a estrutura fica ruim.
- c) [...] o pai e mãe bebe, os filhos usam drogas, é muita falta de estrutura, não sei o que acontece” (Diário de Campo, s/d, reunião de discussão de caso)

No exemplo seguinte, um dos profissionais que participam da reunião de caso, usa o modelo de sua família como referência para o comentário:

Antigamente os pais davam conta, a família tinha uma estrutura melhor [...] hoje é conselho tutelar que vai e que vem atrás. Nunca que meus pais iam deixar isso acontecer [...] (Diário de Campo, s/d, reunião de discussão de caso)

Agora, vejamos algumas informações coletadas a partir dos grupos focais, quando perguntado aos participantes, “Como são as famílias que eu atendo?”

- a) [...] todos são desestruturados, mas a maioria enfrenta problemas com drogas, prostituição, ausência de pais, desemprego [...];
- b) são famílias desestruturadas, que precisam de uma força extrema para enfrentar seus problemas [...] muitas não recebem carinho e respeito de seus familiares;
- c) são famílias que estão desestruturadas [...];
- d) Infelizmente na maioria, famílias, desintegradas, frágeis, desamparadas, sem auto-estima.
- e) são famílias com problemas que precisam de ajuda [...].

Mas, quando analisamos as respostas referentes a pergunta “O que é família?”, são observados os seguintes conteúdos:

- a) pai, mãe e filhos onde todos se amam [...];
- b) pessoas unidas por laços afetivos [...];
- c) [...] são pessoas que moram juntas [...] seguem as mesmas regras e existem muito amor entre todos’;
- d) É união entre as pessoas, apoio quando precisa, compreensão, carinho [...];
- e) [...] devem ser unidos, com amor, carinho, tristezas e alegrias, unidos e enfrentando os problemas [...].

Observam-se a partir desses dados, alguns pontos importantes a serem compreendidos. Em primeiro lugar, a família atendida pelos profissionais é percebida na maioria dos casos como desestruturadas, sendo que a falta de estrutura dessas famílias é a fonte dos problemas de seus membros. Como já foi dito, essas percepções são apoiadas em modelos parentais *nucleares*, ou seja: o pai protetor, mãe/esposa zelosa e filhos vivendo em harmonia constante, capaz de assegurar o desenvolvimento pleno dos aspectos bio-psico-sociais de seus descendentes. Em seguida, quando questionados “o que é família?” percebe-se a exaltação da instituição “família”, como um espaço privilegiado para o fluxo de emoções e afetos – amor, carinho, compreensão, apoio, alegria e tristeza.

Se por um lado, os resultados demonstram a valorização da família como espaço de proteção e socialização (como recomenda a PNAS/2004), além da sua exaltação como *locus* de sustentação afetiva-emocional, por outro, parte expressiva das respostas sobre as “famílias que eu atendo”, faz pouca referência a sua capacidade de ser um espaço privilegiado de trocas afetivas. Daí emerge uma grande contradição, sustentada pelo preconceito de que as famílias atendidas por programas socioassistenciais, não são lugares potenciais de bons encontros afetivos.

Mas, quando se pergunta sobre a própria família – “como é a minha família?” - ninguém confessa qualquer desarmonia. Ao contrário, a maioria das respostas aponta para um ambiente de alegrias, afetos e emoções positivas com uma quase ausência de contradições e conflitos - rupturas, separações, decepções ou brigas – como apontam as respostas que seguem:

Composta por quatro pessoas, onde cada um cumpre o seu papel para a harmonia e felicidade da família. Com isso então conseguimos levar nossos filhos a idade adulta com dignidade.

Minha família é em quatro pessoas. Em minha casa, somos bastante unidos, e procuramos viver bem.

Formada por pai, mãe e dois filhos, graças a Deus, os filhos puderam estudar estão trabalhando, tem responsabilidades, tiveram enfim um alicerce saudável para não caírem na drogas etc.

Minha família é muito unida, um ajuda o outro nos momentos difícil e fazemos muita festa quando estamos felizes.

Minha família é constituída de mãe, pai irmão filhos, netos. É uma família bem estruturada [...]. Posso dizer que minha família é feliz.

Unidas, acolhedora, amorosa, e feliz.

Família unida, onde uma apóia o outro quando precisa, onde juntos enfrentam problemas e existe muito respeito e amor entre as pessoas que formam minha família.

Para mim é a minha base, posso considerar uma família harmoniosa, onde um se preocupa com o outro.

Minha família é muito feliz onde todos lutamos pelos mesmos objetivos, procurando um fazer a felicidade do outro. Nós nos amamos.

Neste caso, além de a família do “outro” ser ‘desestruturada’, ‘cheia de problemas’, ainda sofre com o estigma da desarmonia; mais um preconceito da ideologia dominante que propaga a idéia de família harmoniosa e que pode exercer forte pressão no momento em que este modelo é idealizado, prescrito e exigido às famílias atendidas, o que pode resultar em práticas de assistencialismo controlador. (WHITAKER, 2002, p. 50). Tem-se então: primeiro uma visão de geral de família como *estrutura* ancorada no modelo nuclear; depois, uma visão sobre a própria família como *harmoniosa e feliz* e, por último, uma visão sobre a família do “outro” como sendo *desestruturada e desarmoniosa*. Parafraseando Whitaker, Whitaker e Souza (2010, p.3) “o olhar desprovido de preconceitos à família, requer o esforço subjetivo para desmascarar e superar a ideologia que a coloca em ‘lugar comum’ para criar um novo modo de olhar”, que não seja amparado simplesmente por referências narcisistas.

O reconhecimento das fortes pressões que os processos de exclusão geram nas famílias - divulgado pela PNAS/2004 - não garante que os trabalhos socioeducativos sejam imunes ao preconceito e relações opressoras de quem o executa. Os dados deste estudo mostram olhares sobre a família carregados de fatasmagorias; verdadeiros obstáculos na execução das ações, e que revelam grandes contradições entre as formalidades das políticas sociais e a realidade dos serviços. Essa contradição deve ser observada pelos gestores de políticas públicas de assistência social, que queiram maior eficiência na execução de políticas públicas sociais, pois a diferença do olhar lançado sobre a própria família e o que fora lançado sobre a família do “outro” é evidente - um obstáculo a ser denunciado e superado.

No entanto, deve-se destacar que as repostas também apresentam algumas exceções aos olhares preconceituosos, sugerindo que alguns profissionais – apesar de no caso deste estudo serem a minoria – não comungam com os ideais da ideologia dominante, assim como mostram os dados dos grupos a seguir:

Uma família como a minha, com peculiaridades, diferenças, às vezes mais vulneradas, perpassada por dificuldades socioeconômico que pode trazer outras conseqüências. Uma família estigmatizada, por vez humilhada, ideologicamente massacrada historicamente. Com potenciais muitas vezes não reconhecidos por nós, com dados culturais surpreendentes.

São pessoas como nós com seus problemas e sonhos sempre em busca de algo melhor para sua vida.

Esses grupos foram importantes para confirmar o aspecto reducionista do *olhar* para as famílias e seus membros, que acabam se desdobrando em intervenções pontuais que não levam em conta as configurações familiares, experiências acumuladas, hábitos, costumes, valores, ou seja, os aspectos culturais que fazem parte da vida de qualquer ser humano.

Permitindo que se siga com as interpretações, a partir deste momento serão destacados recortes das análises do diário de campo, que descrevem dois métodos de trabalho bastante comuns, nos quais encontram-se estratégias e formas de relação desvinculadas dos propósitos socioeducativos que são esperados nos serviços.

O primeiro se refere aos grandes grupos anuais com representantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, “coordenados” pelo representante do órgão gestor da assistência social¹⁰; o segundo, diz respeito aos pequenos grupos que acontecem mensalmente nos CRAS, também direcionados a esse público. Por fim, serão realizadas algumas interpretações utilizando as descrições em diário de campo de outras atividades, que também são relevantes para uma crítica mais radical.

Se for realizado um rápido levantamento da trajetória das famílias beneficiadas por programas de transferência monetária, identificam-se algumas situações muito presentes: 1) uma existência marcada pela desigualdade social - sobretudo pela privação do direito aos mínimos para sua sobrevivência com uma renda digna; 2) um momento da vida, cuja saída é pedir ajuda ao Poder Público e submeter-se aos instrumentais de avaliação Cadastro Único¹¹ que endossam sua aptidão ao recebimento dos proventos; 3) depois, uma ‘dívida’ contínua representada pela obrigação de cumprir uma série de

¹⁰ Esses órgãos gestores normalmente são chamados de secretarias de assistência, desenvolvimento ou inclusão social. Com o a implantação da PNAS/2004, sugere-se que haja a incorporação do nome de “Secretaria Municipal de Assistência Social” como forma de vincular a nomenclatura como Política Social.

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

exigências para manter-se apto ao recebimento do benefício, ou seja, no caso do Bolsa Família, o respeito as condicionalidades¹² e atualização bianual dos dados cadastrais que garante a sua aptidão ao recebimento.

Além disso, existe uma grande pressão para que as famílias sejam incorporadas aos serviços ofertados pelo CRAS e que acabam por afetar a condução dos trabalhos em grupo, tornando-os espaços de circulação de poder e controle ideológico. Percebe-se então, que após a entrada nos serviços, passam a cumprir uma série de rituais mediados pela relação de poder, por métodos opressivos, sociabilidades que reforçam símbolos e significados da pobreza, mas, que também, recriam formas de resistências aos modelos excludentes e, neste caso, uma correlação de força que acaba “marcando a ferro” as pessoas atendidas (Maciel, 2008). Cumpre lembrar que as críticas realizadas neste estudo, são dirigidas aos métodos de trabalho e aos seus elementos opressivos; não representa portanto, a desaprovação dos programas de transferências monetárias realizados pelos Governos Federais, Estaduais e Municipais que, são avanços significativos nas Políticas Públicas Sociais, pertencente a uma ordem social garantidoras de Direitos Humanos Fundamentais.

a) As grandes reuniões anuais.

Anualmente, todas as famílias que recebem o Bolsa Família, são convocadas a participarem de uma reunião geral com o objetivo de esclarecer as dúvidas e para divulgar os serviços dos CRAS e do órgão gestor da assistência do município. Parte-se da premissa de que as famílias que passam a receber o benefício são pouco informadas - ou *não sabem* - sobre seus deveres e direitos, fato que pode trazer uma série de prejuízos, como o bloqueio e cancelamento do recebimento. Neste caso, seus deveres são expressos pelas condicionalidades, ou seja: criança na escola e acompanhamento médico; os direitos, representados principalmente pela prioridade de usufruir as atividades socioeducativas dos CRAS e pela isenção de pagamento do IPTU e desconto na conta de água.¹³

¹² São as condições impostas pelas regras do programa Bolsa Família aos beneficiários para que continuem recebendo a complementação de renda. Determina a frequência mínima de 85% nas aulas de crianças e adolescentes, bem como o acompanhamento semestral das equipes de Saúde em suas unidades para pesagem das crianças até seis anos, vacinação, acompanhamento de gestantes e de mulheres em idade fértil.

¹³ A isenção de IPTU e o desconto de 1/3 do total da conta de água são benefícios municipais concedidos às famílias e não representam regras gerais do Programa Bolsa Família em âmbito nacional.

Em todo o município são convocados quase 6000 mil representantes de famílias beneficiadas, divididos em grupos de 300 pessoas durante dois meses. Tais reuniões são justificadas pelos gestores, como um “esforço de informar as famílias para que seus direitos sejam garantidos”, mas observa-se a transformação desses encontros em grandes palcos de propagação de interesses político-partidários, repletos de falas carregadas de preconceitos e relações de poder.

O primeiro ponto a ser esclarecido já começa pela forma como é feito o chamamento das famílias. Ao invés de convites, são enviadas convocações para “reunião que trata do interesse da família”. Quando os gestores foram questionados sobre a forte relação de controle impregnada na palavra convocação, a resposta foi a seguinte:

[...] tem que ser convocado sim, porque eu quero o maior número de pessoas; se convida as pessoas não entendem que precisa ir; e outra, é assunto de interesse da família.

Nem podemos dizer neste caso que as formas de controle foram sutis, pois estão explícitas. Esta fala contém o preconceito de que as pessoas têm dificuldades de alcançar os propósitos, por isso “*não participam* das reuniões e não comparecem nas atividades do CRAS”. Mas, como explica Whitaker (2002, p.23) “nem sempre ocorre aos técnicos que os objetivos dos trabalhos talvez não sejam assim tão elevados”, ou até mesmo, que as pessoas não podem deixar seus afazeres a qualquer momento.

A seguir, serão apresentados então, alguns conteúdos das anotações do diário de campo que exemplifica os interesses reais dessas reuniões:

[...] neste dia de reunião, apareceram aproximadamente 200 pessoas. Inicialmente foi falado sobre a necessidade do cumprimento das condicionalidades. Sempre preocupado em falar de forma bastante aprazível e bem humorado - uma característica bastante observada quando se quer suavizar as relações de poder - o gestor anunciou a sua preocupação com o bloqueio e cancelamento do benefício e do transtorno que isso podia causar para as famílias. Mas logo em seguida diz de forma irônica, que não era pra ninguém reclamar caso acontecesse o cancelamento, pois é responsabilidade da família o cumprimento das regras: “Depois não vai chegar lá no CRAS e dizer que foi a assistente social que bloqueou o pagamento, [...] tem que ter maior responsabilidade levando o filho para a escola [...] (Diário de campo, abril de 2009)

Observa-se a nítida responsabilização da família em relação ao cancelamento do benefício, sem que houvesse diálogo algum para compreender os fatos cotidianos que

afetam o cumprimento dessas regras. As duas ‘condições’ relatadas implicam necessariamente no contato das famílias com dois setores públicos que, historicamente, acumulam diversos problemas, são eles: Educação e Saúde. Ambos são pontos “nevrálgicos” nas administrações públicas e cada vez mais se transformam em lugares anti-dialógicos e excludentes.

Mas para melhor exemplificar, trago trechos que contém falas dos participantes, após ouvirem tais acusações:

[...] eu levei as crianças para pesar no Posto e as enfermeiras falaram pra eu ir embora porque meu nome não está na lista, aí vem um fala pra eu pesar, já fui três vezes e nem vou mais [...].

A escola não está nem aí, meu filho ficou internado levei o atestado, e eles falaram que as faltas já foram dadas. Eu não entendi! Como eu vou saber que meu filho ia ficar doente? Eu tenho que adivinhar e pedir para o médico antes? [...].

[...] eu tenho depressão e às vezes nem consigo levantar para levar a menina na escola. Eles não aceitam atestado da mãe.

[...] Na escola eles pensam que todo mundo é vagabundo, burro, preguiçoso, mas que mãe não quer ver o filho na escola e com saúde. A gente não faz isso para o filho, não para o Bolsa Família?. (Diário de campo, abril de 2009)

Mais uma vez a família - geralmente representada nas reuniões pela mulher/mãe - é acusada de ser a fonte dos problemas dos seus membros, sem que se leve em conta as rupturas que marcam a sua trajetória e as formas de sociabilidade perversa produzidas nestes locais. O último trecho recortado, expressa uma grande distorção causada pelo preconceito de que as famílias – ou melhor dizendo, as mulheres/mães - não cuidam ou não sabem cuidar adequadamente de seus filhos. Nele, uma mãe reclama o direito de ser reconhecida como cuidadora incondicional do filho, e não uma cuidadora movida pelas condições de recebimento de uma pequena renda.

Na maioria das vezes as falas proferidas pela coordenação do grupo não respeitam os conhecimentos acumulados e modos de ser dos participantes, como se o “outro” desconhecesse as formas “corretas” de gerir sua vida e os problemas familiares. Provavelmente deve ser muito desgastante para a representante da família, ter suas potencialidades destruídas por fortes relações de poder e controle. Numa das reuniões do Bolsa Família, o coordenador - sempre com tom de brincadeira, divertido e com sorriso estampado no rosto - disse para as mulheres:

Ao invés de ficar em casa brigando com o marido, assistindo televisão, vai lá no CRAS fazer atividade física, descarregar um pouco”

[...] pode fazer artesanato também... lá tem o crochê, bordado... não têm desculpa pra ficar em casa fazendo nada, entrando em depressão [...]. (Diário de campo, abril de 2009)

Depois das reuniões, era possível captar percepções das famílias sobre o encontro, e duas delas chamaram a atenção:

[...] dona Justina chegou até mim e disse: ... quero ver se ele agüenta pegar o tanto de reciclado que eu pego todo dia. [...] acha que eu agüento fazer ginástica e ficar vendo televisão; nem tenho força pra brigar com o veio.

[...] ‘vixi’, to cansada de ouvir esse monte de coisa, é na escola, no postinho e agora aqui.

As falas apresentadas desvelam um grande equívoco, a partir do qual a mulher/mãe se torna alvo dos trabalhos socioeducativos e das dicas preconceituosas do gestor. Este fato demarca fortes traços de dominação e subordinação entre gêneros masculino e feminino, além de um embutir um caráter sexista aos trabalhos. Embora as mulheres tenham conquistado espaços na agenda política nacional - com a criação de Secretaria especializada de políticas para as mulheres, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), a história de opressão reafirma-se através de argumentos preconceituosos como estes que foram assinalados. As anotações também apresentam formas de defesa de algumas mulheres, que, sendo “depósitos”, exteriorizam o confronto com a realidade opressora que força a sua domesticação (FREIRE, 2007, p.70).

As estratégias apresentadas, dão sustentação para a compreensão de que pessoas, famílias e comunidade, vivem um momento claro de “inconciliação” (FREIRE, 2007) com os serviços de assistência social e seus profissionais, demonstrada pela participação quase nula nas atividades socioeducativas desenvolvidas pelos CRAS, ou pelo comparecimento maciço em serviços de doação de benefícios materiais, como as cestas básicas, passes de transporte urbano e botijões de gás. São estabelecidos então, relações com vínculos negativos, nas quais pode-se observar resistências ao rótulo da pobreza, correlações de forças com poderes circulantes, com a constante barganha entre usuários e profissionais. Mas, o que importa dizer não é simplesmente que há intenções claras de dominação nesta relação de poder, mas sim orientar as interpretações para o seu

funcionamento nas extremidades, nas quais acontecem *os processos sujeição ou os processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem gestos, regem os comportamentos*, como explica Foucault (2007, p.182).

Em outros trechos encontramos opiniões de pessoas bastante oprimidas que acabam se identificando com a fala opressiva mascaradas pelo tom bem humorado da falsa generosidade. Expressam assim, pouca consciência acerca das distorções causadas pelos preconceitos da ideologia dominante e, mesmo sendo ‘acusadas’ de serem responsáveis pelos problemas com os benefícios, relataram que:

[...]tem gente que precisa levar um puxão de orelha;

[...] precisa dar umas palmadas nas mãos e não nos filhos.

Tem gente vagabunda mesmo.

Entre uma fala e outra, eram percebidas expressões sorridentes e gestos positivos com a cabeça de aceitação das informações depositadas, fatos que sugerem a aprovação dos valores prescritos. A partir de Memmi (1977), pode-se resgatar uma possibilidade interpretativa, ou seja: há uma identificação com os modelos oferecidos e impostos pelo opressor, pois este não sofre com nenhum dos problemas vividos pelas famílias, tem prestígio, e é representante legítimo para ‘ajudá-lo’ a superar todas as suas carências. Mas, aqueles que se identificam com o opressor pretendendo a sua libertação - *em nome daquilo que deseja vir a ser, ou seja: o qualificado, prestigiado, sem nenhum tipo de carência* - não percebem que estão confirmando a sua própria destruição, de seus valores e das possibilidades de reconhecer-se oprimido.

Permitindo ainda o aprofundamento das interpretações - a partir de Freire (2007, p. 35) - há de se considerar que os oprimidos quase sempre “hospedam” o opressor em si, fato que tende a torná-los “subopressores”. Como explica o autor, essa “aderência” ao opressor não chega a arrancar do oprimido a possibilidade de reconhecer-se como tal, porém esta “imersão” prejudica a luta pela superação das contradições vividas. *Daí essa quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com seu contrário*. Neste caso, a transposição de sua condição de subalternidade não é representada “pela transformação da velha situação concreta opressora”, mas sim pela possibilidade individualista de vir a ser – ou ao menos se sentir - integrado através da reprodução da fala do opressor.

Os dados colhidos por esta pesquisa, não são suficientes para aprofundar as interpretações sobre a “aderência” do oprimido às idéias do opressor, porém as observações realizadas, já demarcam a dificuldade de se promover uma educação libertadora, quando há entre opressor-oprimido fortes relações de poder, além de indícios de introjeção da “sombra” dos opressores. Mostram estratégias comuns observadas nos métodos de trabalho com grupos, ou seja, a prescrição de informações, que é um dos elementos básicos da relação opressor-oprimido (FREIRE, 2007, P36). A prescrição, que é a imposição de uma consciência a outra, tem um forte sentido alienador, pois transforma consciências em depósitos das idéias opressoras - *consciência hospedeira*.

Sendo assim, há de se fazer um destaque para o fato de que essas práticas opressoras observadas dificultam o reconhecimento crítico e profundo da existência, de quem a elas se submete.

b) As reuniões mensais

Além dessas grandes reuniões, são comuns nos CRAS as reuniões mensais dirigidas para os beneficiários do programa Bolsa Família. Esse grupos começaram a ter maior força por conta da municipalização da gestão Cadastro Único do Bolsa Família. Tais grupos que deveriam utilizar métodos de educação social e, assumirem o compromisso com a dialogicidade e libertação de consciências, também são utilizados como instrumentos de poder e opressão.

Circula no imaginário das pessoas atendidas, que a não participação nas reuniões pode acarretar o cancelamento do benefício, fato que não é verdade, mas que é perversamente utilizado por alguns profissionais para garantir a presença nos grupos. Este fato sugere relações de poder a serem desmascaradas; uma relação que, além de atender aos objetivos de melhoria nos indicadores quantitativos – que precisam ser comprovados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – pode garantir um maior controle sobre a vida das pessoas, a partir de rituais pré-estabelecidos por profissionais e instituições, que acabam conferindo aos usuários o *status* de resíduo, diante da necessidade de comprovação de atendimento realizados. O fato é que tais instrumentos podem ser utilizados com propósitos estritamente narcisistas, ou seja, cujas feições do atores sociais são desfiguradas, ante aos desejos mais primitivos de

manutenção de poder. Com isso, as relações de opressão ganham contornos de crueldade.

Neste sentido, observa-se que há dentro dessas relações a configuração de um modo de vida específico, de comportamentos reveladores de subalternidades que em nada se aproximam aos propósitos de uma ação educativa libertadora e dos compromissos de emancipação expresso na letra da Lei ou nos códigos de ética profissional. Também faz emergir a **luta dos etiquetados**, que levam em seus corpos e em suas subjetividades a necessidade de se olhar à luz de referências de uma ideologia dominante ou de variadas táticas de poder, o peso do estigma conferido aos excluídos.

A exemplo disso, trago relatos de Diário de campo em dois momentos distintos, O primeiro contém o conteúdo da fala de um profissional sobre as pessoas e procedimentos dos grupos dos programas de transferência de renda:

[...] eu acho que, às vezes tem falar que é obrigatória a presença nos grupos, porque, de outro jeito eles não vêm mesmo... não sabem que tem que cumprir as condicionalidades e, quando perdem, falam que foi o profissional [...] no grupo dá para falar, todo mundo fica sabendo. (Diário de campo, 2009, reunião de equipe)

O segundo relato descreve a fala de duas usuárias dos serviços onde os controles são visíveis.

[...] Não é que eu quero dizer que não é bom, mas a gente vem aqui senta e fica ouvindo. Tem um monte de gente que tem o que fazer em casa. Mas se não vem perde, n/é? (Diário de campo, 2009, grupo do Bolsa Família)

[...] eu venho porque a assistente social corta o dinheiro; é pouco mas ajuda muito em casa” (Diário de campo, 2009, grupo do Bolsa Família)

Temos nestes exemplos, a circulação de táticas de poder muito utilizadas pelos profissionais, interferindo significativamente nas ações e na qualidade das relações estabelecidas com pessoas, famílias e comunidades beneficiadas pelos serviços.

O que chama atenção, é que na relação entre os profissionais que trabalham com ações socioassistenciais e indivíduos ou famílias atendidas, há uma “quase nítida” circulação de poder que se reproduz através da barganha e luta pelo mesmo. Mas, por que quase nítida? Porque estamos “treinados” em realizar análises sem levar em conta a face externa do objeto com o qual poder se relaciona.

c) Observações gerais

Em observações de campo e partir de pesquisas realizadas nos espaços do CRAS¹⁴, também foram captados muitos discursos de usuários dos serviços que revelaram estratégias de conquista de benefícios eventuais – tais como cesta básica, passes de ônibus. Essas táticas, pouco observadas pelos profissionais, provavelmente foram formadas e organizadas nas micro-relações no dia a dia entre trabalhadores e pessoas atendidas. Mesmo em serviços de análise de concessão do benefício Bolsa Família, cuja racionalidade instrumental das entrevistas de cadastramento dificulta a compreensão por conta de sua linguagem técnica, são encontradas algumas relações de poder circulares. (FOUCAULT, 2007, p.183)

A todo o momento pode-se captar exemplos desta relação, onde indivíduos tidos como inertes e passivos, exercem este poder e sofrem sua ação. Por exemplo: no ato de conceder uma cesta básica – situação emblemática dos serviços socioassistenciais - comumente são empregadas estratégias de controle e poder, descritas por meio observações das conversas informais ou em reuniões de planejamento com as equipes de trabalho. Se por um lado um profissional desavisado entende ingenuamente que o “miserável” do outro lado “está em suas mãos” por conta de sua competência legal de avaliar seu merecimento de receber uma cesta básica, pode estar enganado, pois estratégias de poder não aparecem de forma linear entre aqueles que as detém e os “outros miseráveis” que são simplesmente submetidos. Como assinala Foucault (2007, p.183) “o poder nunca está na mão de alguns privilegiados, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem [...] os indivíduos sempre estão em posição de exercê-lo”.

Os conteúdos das falas de alguns profissionais esclarecem algumas táticas de controle utilizadas, a exemplo dos trechos que seguem, sendo que os recortes a e b referem-se a uma reunião de equipe e o c, a um encontro de formação para os profissionais:

a) Hoje eu ouvi mais um dos absurdos e, diga-se de passagem, cada vez mais eles ficam piores: um trabalhador da assistência social relatou que “essa gente tem que comer na mão para coisa andar”; também deixou soltar num dos seus atos de “benevolência” e

¹⁴ Destaco a importante contribuição das pesquisas sobre os trabalhos desenvolvidos no Sistema Único de Assistência Social, que tive oportunidade de participar com grupo de estágio em Psicologia Social da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR – que agregou grande valor às análises, no momento em que trouxe muitas reflexões teórico-metodológicas acerca das representações das pessoas atendidas e dos profissionais sobre os serviços socioassistenciais.

“generosidade” que iria fornecer uma cesta básica à família, porque “a mãe era muito boazinha. (Diário de campo, julho de 2009)

b) [...] não pode ir dando tudo o que quer, senão acostumam mal [...] tem gente vai pedir, mas precisa dar uma segurada.

c) Esse curso de capacitação direcionado aos profissionais que trabalham nos CRAS oferecido pela Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, revelou ser “um importante espaço de psicoterapia grupal” para os profissionais que ali estavam. Muitas vezes a professora teve que intervir para alertar sobre falas preconceituosas, sobre as contradições que ‘pipocavam’ sem a menor vigilância. Tais falas, na maioria das vezes, relatavam fatos ocorridos no cotidiano profissional. Quando perguntado ao grupo sobre estratégias utilizadas para garantir o acompanhamento das famílias inseridas em programas de transferência de renda, muitas participantes nem tiveram o cuidado de “filtrar” o que falavam. Por exemplo: “*Lá no meu CRAS, a gente é meio rigorosa sim, por que se deixar sobe em cima e não cumpre as condicionalidades e nem vemos a cara (...) se não obrigar a ir no grupo não vão mesmo*”; num outro momento – que até me fez rir – outro profissional disse: “*eu gosto de fazer visita na casa*” (até aqui tudo bem, pois o procedimento é importante instrumento de acompanhamento), mas segue completando com um sorriso estampado: “*Mas às vezes eu chego sem avisar, ‘na miúda’; é bom pra ver se estão falando a verdade*” (Diário de campo, 5 de agosto, 2009)

Os trechos escolhidos são exemplos das infinitas táticas utilizadas por profissionais que deveriam trabalhar pela garantia de direitos socioassistenciais das famílias em situação de negação de direitos. Essas táticas, provavelmente foram formadas e organizadas historicamente nas micro-relações com as pessoas atendidas e, se constituem marcas de um trabalho que transforma direito em favor, garantia de direitos em violência. Cabe lembrar, que o fornecimento de cesta básica tem a função de garantia mínima de segurança alimentar e nutricional dos cidadãos que tiveram violado o direito aos mínimos sociais para a sobrevivência digna. É elemento de uma ação necessária, porém emergencial, que deve ser acompanhada de garantias efetivas de direitos para a superação da condição de extrema pobreza.

Outras passagens também trazem exemplos de discursos que revelam sociabilidades cruéis e a introjeção da subalternidade dos usuários dentro dos serviços socioassistenciais. Recorto o conteúdo de uma fala significativa de um senhor – beneficiário do Bolsa Família - que fora ao serviço de plantão social para requerer uma cesta básica e passes de ônibus para exames médicos, em que mostra claramente essa introjeção:

[...] a gente que não estudou, tem que ouvir e não ficar justificando, se eles (os profissionais) dizem é porque estão sabendo. É respeito!(Diário de campo, dezembro de 2009)

Nota-se uma perversa dinâmica encontrada em trabalhos “socioeducativos” da política de assistência social, consolidando formas de sociabilidades perversas (MACIEL, 2008). No trecho citado observa-se que o conceito “*é respeito*” está associado ao sentimento de subalternidade. O *respeito*, que poderia estar vinculado a sentimentos humanizadores - a exemplo da solidariedade e compreensão – é atravessado por aspectos de dominação e domesticação.

Como se tem visto até então, as instituições públicas de assistência social são ambientes repletos de relações que podem ser alvo das interpretações. Destacar-se-á agora uma observação do serviço de atendimento social realizados no CRAS, relevante para a compreensão das relações de poder que circulam nesses ambientes.

Depois de uma série de reclamações das pessoas atendidas - que reivindicavam tanto uma escuta mais qualificada de seus problemas, como serem tratadas de forma respeitosa - o trabalhador da assistência social responsável pelos atendimentos comentou para os colegas de trabalho:

[...] aqui quem decide e manda sou eu [...] acho que vou ‘dar um gelo’ neste [...]

Passado alguns dias, uma das pessoas atendidas pelo profissional resolveu reagir contra as manipulações e disse gritando diante de todos na sala – funcionários e usuários:

[...] estou cheio de problema de saúde, sem trabalho, nada para comer, e venho aqui sou tratado mal [...] te meto a mão na cara [...]

Verifica-se nesta passagem, o aparecimento de formas de resistência, por parte dos usuários da assistência, que também podem ser entendidas como tentativa de recuperação de sua integridade.

Diante do acontecido, o profissional chorou desconcertadamente em meio as palavras de revolta daquele que julgava condenado à suas estratégias. Passado o calor do momento, sentou-se em frente ao computador e redigiu o seguinte texto em dois cartazes, recuperando a letra da Lei para confirmar as suas táticas de domesticação:

“Art. 331 do Código Penal - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa”.

Em meio aos infindáveis desdobramentos ideológicos, formas de controle e opressões, tais demonstrações de resistência não se mostram suficientes para mudar a postura de subalternidade dos segmentos sociais atendidos nos serviços de assistência social, ou como caminho efetivo de superação da pobreza. Os dados deste estudo mostram ações segregadoras, verdadeiros rituais de dessocialização que, segundo Paugam (2003, p. 166), *é mais do que a pobreza, que pode ser percebida de forma estática e como mensuração, trata-se de processo que empurra, progressivamente, para fora da esfera produtiva aqueles segmentos populacionais menos qualificados.*

Tal colocação é relevante na medida em que também fornece sustentação para compreender a quase nula participação da população beneficiária dos programas de transferência de renda – especialmente o Bolsa Família – nos serviços oferecidos pelos CRAS, tais como grupos de convivência, cursos de capacitação básica e geração de renda, oficinas de artesanato e artes, entre outros. A resistência aos serviços sugere uma resistência ao rótulo de pobre ou de assistido.

Essas relações contraditórias, cunhadas sobre as próprias contradições sociais as quais foram submetidos os usuários dos serviços socioassistenciais, são exemplos da complexidade dos fenômenos que envolvem os espaços das políticas sociais e de como vem se configurando a práxis socioeducativas no Sistema único de Assistência Social – SUAS.

Desta forma, as ações ficam restritas aos “cuidados” caritativos iniciais das doações ou às expressões de verbalismos sentimentalistas, que se aproximam muito daquilo que Paulo Freire chamou de “falsa generosidade” – isso quando não são utilizadas formas de violência explícita. Tanto as situações que levaram a família a procurar ajuda, quanto as estratégias do profissional para “resolver” a situação, são fruto de uma série de contradições históricas que afetam as formas com se faz o trabalho da assistência social. Como se tem visto, as estratégias objetivas da atuação profissional e as condições subjetivas desta relação revelam táticas de manutenção do poder e dominação, um paradoxo que impede as intencionalidades de emancipação e superação da pobreza, como afirma a letra da Lei.

Essas características desmontam qualquer tentativa de ação educativa, em que através dela, sejam criadas saídas objetivas e subjetivas da condição em que, pessoas e famílias se encontram. Saídas criadas em conjunto e não para elas.

Emergem com isso, inúmeras áreas descobertas a serem reviradas, compreendidas em sua complexidade. Talvez não adiante dizer quem é “culpado”: as instituições, reprodutoras dessa lógica assistencialista ou os profissionais que usam tais táticas para a circulação dos ideais de dominação. Como sabemos, ciência e prática profissional não foram se constituindo paralelamente através da história; ao contrário, se convergem, produzem e reproduzem os interesses dessa própria história.

Mas, no caso dos profissionais, quando frente à emergência das obscuridades nos serviços, cabe o esforço de reavaliar suas incongruências, penetrar a fundo nos campos descobertos, que dão margem para uma maior vigilância de si e, conseqüentemente, das auto-referências narcísicas que impedem a sua libertação de tais amarras. Daí a importância de lançar mão de uma postura mais compreensiva, um “olhar” suficientemente armado da “vigilância epistemológica” aconselhada ao ofício de sociólogo (BOURDIEU, CHAMBOREDON E PASSERON, 1993) que pode ser útil a qualquer profissional ligado as Ciências Humanas. Com efeito, Whitaker (2002) revela essa preocupação com os preconceitos dentro da pesquisa:

Temos que admitir que a ciência praticada dentro da Universidade tem contribuído, e muito, para destruir preconceitos engendrados pelo senso comum. O que a ciência nem sempre consegue evitar, no entanto, são os preconceitos derivados do processo ideológico que contamina a pesquisa, mesmo quando os pesquisadores estão animados pelas boas intenções e pretendem com sinceridade indiscutível, contribuir para melhoria das condições de vida das populações desassistidas. (WHITAKER, 2002)

Não esgotando ainda as possibilidades de interpretações, serão feitas algumas pontuações acerca das violentas pressões exercidas contra as pessoas atendidas pela assistência social, apoiadas nos estudos de Dulce Whitaker (2002, p. 19-32).

O dilema do duplo preconceito vivido pelo homem do campo registrado por Whitaker (2002) em suas pesquisas nos Assentamentos de Reforma Agrária, pode perfeitamente ser deslocado para compreensão dos dilemas vividos pelas famílias excluídas socioeconomicamente e que são atendidas nos serviços de assistência social. A autora aponta em uma das passagens do livro o seguinte exemplo: “Se o homem do campo resiste ao avanço do sistema, se luta para resguardar o equilíbrio do meio

ambiente e o respeito místico que nutre pela mãe terra com suas formas particulares de cultivo da lavoura, é severamente acusado de ser atrasado, selvagem (ou até mesmo baderneiro - como no caso dos movimentos de trabalhadores sem-terra). Mas, se entra nos esquemas do capitalismo, das relações usuais do mercado de compra/venda/lucro, é acusado de destruidor da natureza ou de aproveitador”.

Observa-se então, que no caso de famílias pobres que recebem benefícios do governo - a exemplo do Bolsa Família - esse dilema pode ser encontrado facilmente no ambiente de trabalho em forma de “fuzilamentos verbais” ou de métodos inadequados de execução das ações. Além dos muitos direitos humanos que lhes foram negados historicamente, ainda são chamados de aproveitadores e vagabundos por estarem recebendo uma “miserável” complementação de renda, que não garante reais possibilidades de superação da desigualdade e exclusão. Apesar do discurso formal sobre a necessidade de garantir oportunidades de mudança para as pessoas, em muitos casos a realidade mostra exatamente o contrário, porque quando o *outro* das camadas urbanas tenta garantir seus direitos, e acusados de ser “incapaz de absorver conhecimentos adequados, ou de aproveitar oportunidades para a superação da condição de pobreza”, ou seja: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come!

Parafraseando Whitaker (2002), podemos dizer que esse *outro* das camadas urbanas também não *tem perspectiva* e, somente nós os *iluminados pelo saber*, conseguiremos despertá-los para a superação e o progresso. O *outro*, *não participa* de nossas brilhantes atividades, das reuniões do Bolsa Família, *porque não consegue atingir a importância de nossos propósitos*; também não é *capaz de entender nossa linguagem técnica, culta; precisamos decodificá-la*; cuidado!, porque esse *outro*, *essa gente aí*, costuma ser perigosa, vingativa e “barraqueira”; é melhor não aproximar muito. E, por fim, esse *outro* não sabe cuidar da própria família, da saúde e educação dos filhos, da higiene, por isso, preciso fazer uma vistoria para assessorá-lo.

Constantemente chamado de “Casa das Famílias”, talvez alguns lugares pudessem ser chamados de “Fábrica de desqualificados”. Torna-se quase impossível a participação popular nesses espaços, a partir do momento em que as pessoas o percebem como espaço de carregado de atributos negativos tomando como base as relações e os trabalhos que reforçam relações que mais parecem rituais de passagem e confirmação da pobreza.

Nas anotações do diário de campo citadas anteriormente, percebemos claramente conteúdos carregados de preconceitos contra as pessoas atendidas pelo CRAS, que emergem entre as muitas contradições. A seguir retomo como exemplo dois fragmentos do diário de campo que contém a fala de um profissional supostamente comovido com a situação da família numa discussão de caso entre a equipe.

No momento de discussão dos casos urgentes, uma profissional da equipe do CRAS se comove com a situação em que se encontra a família. Ela relatou que precisávamos unir esforços com outros setores da Prefeitura para garantir os mínimos necessários a essa família; falou também que a mãe era muito esforçada, mas não estava conseguindo manter os cuidados dos filhos. Completou relatando que tanto mãe, quanto os filhos são severamente agredidos pelo pai [...]. (Diário de campo, 18 de agosto de 2009)

Passado algum tempo de discussão sobre as providências que seriam tomadas o profissional revela o olhar altamente preconceituoso sobre a família atendida. Comento em meu diário de campo:

Hoje é um dia especial para captar representações relevantes para a pesquisa, porém, nem um pouco agradáveis. Depois do surto de generosidade a “companheira de trabalho” disse: *‘Puxa vida, porque esse povo ainda mete a cara e vem do Nordeste pra cá? fica lá!’*. Ao ver a “cara de paisagem” de alguns na sala, tenta corrigir e diz: *“eu sempre achei que deveria fazer uma campanha para avisar as pessoas de como está aqui; coitados [...] eles vêm sem saber, ficam na rua [...]”* (Diário de campo, 18 de agosto de 2009)

Para exemplificar, recorro a mais um trecho do Diário de Campo:

[...] às vezes - ou quase sempre - às pessoas atendidas não tem para onde correr. Quando ficam quietas, são acusadas de fazer “corpo mole”, de “incapacidade”. Na melhor das hipóteses são chamadas de “bonzinhos” que “não dão trabalho”! Mas quando se revoltam, são chamadas de “mal educadas”, “violentas” [...]. Ninguém pergunta o que querem elas nos dizer com essa revolta. Talvez seja difícil mesmo enxergar projeções! O problema é que não haverá divã suficiente neste mundo para acomodar tanta gente [...]. (Diário de campo, s/d)

Certamente há muitos profissionais rompendo com práticas elitistas de dominação. Mas, por outro lado, os dados colhidos até então, têm mostrado que uma grande parcela ainda comunga com velhas práticas, que impedem a sua tomada de consciência e o rompimento com os limites da Ideologia.

Chauí (2003) observa que a sociedade brasileira conserva marcas da sociedade escravista, com relações sociais e intersubjetivas pautadas no mando e na obediência. A autora completa assinalando que:

“O outro jamais é reconhecido como sujeito, nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que julgam iguais, são de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma de favor, da clientela, da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma de opressão.” (p. 2)

As análises críticas sobre os complexos processos de opressão sofridos pelo público alvo das políticas sociais poderiam percorrer muitas páginas desta dissertação. Poder-se-ia desvelar infinitos pontos descobertos da pedagogia dominante e de seus propagadores, mas a radicalidade da Pedagogia do Oprimido expressada por Paulo Freire, está justamente na possibilidade de superação de ambos os pólos – opressor e oprimido - sem que nenhum assuma o papel do outro, mas que se reconheçam num campo de inconclusões.

Entregar-se nesta tarefa de repensar os caminhos percorridos – conscientizar-se, se reconhecer na condição de opressor – significa antes de mais nada, compreender que na verdade quem oferece humanidade a todo momento, são aqueles que julgamos esmagados, pobre coitados e sem solução. Não é difícil captar discursos raivosos de profissionais, porque uma pessoa se revoltou durante o atendimento; relatos revestidos de orgulho e de generosidade por ter ajudado o “pobre coitado que não tem mais jeito”; ou até mesmo por ter ensinado algumas regras básicas de boas condutas - “os bons modos de se comportar” - aos que julgam não integrados. Paulo Freire (1983) nos mostra que alguns trabalhos que chamamos de educativos, “englobam ações que transformam as pessoas atendidas em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como um ser de transformação do mundo”. (p.12)

Recorrendo a Paulo Freire (2007, p.37), observa-se o “sentido alienador” nas relações – que em nada se parece com ações educativas – *revelando a imposição de uma consciência a outra*. Isso reforça a idéia do que o autor chama de consciência “hospedeira” da consciência opressora, o que colabora ainda mais para a confirmação da hipótese deste estudo.

Falar sobre tais relações tem sido um assunto muito caro aos profissionais que atuam em Políticas Públicas de Assistência Social. O fato de se ter a oportunidade de contrapor antigas idéias e crivar valores e conhecimentos gerais deveria ser entendido como processo de humanização e democratização do saber, onde duas pessoas (ou mais)

pudessem dialogar sobre determinados assuntos. Todavia esse hábito não vem sendo cultivado dando espaço aos caminhos do individualismo “*que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira do conhecimento (...)*” (Freire, 1983 p. 27).

Por mais que tentem provar ao contrário através de números ou de ações focalizadas, o que se encontra nas observações dos trabalhos socioeducativos e nos discursos dos agentes envolvidos, são posições contrárias à prática de uma educação libertadora. Neste sentido, “educação social”, dentro dos espaços públicos, necessitará de grandes reformulações para ser chamada como tal, caso contrário, servirá apenas aos anseios *prescritos* de uma camada dominante. Inserido num trabalho recheado de desafios, não cabe ao profissional cumprir a função de “cão de guarda” dos necessitados a serviço de uma ideologia dominante, muito menos garantir sua superioridade as custas da manutenção da docilidade das pessoas atendidas.

Os vínculos estabelecidos entre profissionais e usuários dos serviços, acabam fortalecendo situações de dominação e de manutenção do poder, mesmo nos momentos onde as atuações profissionais vêm revestida das mais “boas intenções” e “generosidade”. Tais relações, quando analisadas criticamente, revelam grande violência com as pessoas, garantem que permaneçam com a falsa idéia que estão sendo ajudados e carregam em sua essência o espírito da opressão - da domesticação dos dominados. Uma opressão carregada de falsa caridade, que ilude, esmaga sonhos, que obscurece, distorce e destrói relações humanizadas e, por fim, instaura a desumanização. (FREIRE, 2007 p.33)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

VOLTE PARA O SEU LAR

“Aqui nessa casa
Ninguém quer a sua boa educação
Nos dias que tem comida
Comemos comida com a mão
E quando a polícia, a doença, a distância, ou alguma discussão
Nos separam de um irmão
Sentimos que nunca acaba
De caber mais dor no coração
Mas não choramos à toa
Não choramos à toa
Aqui nessa tribo
Ninguém quer a sua catequização
Falamos a sua língua,
Mas não entendemos o seu sermão
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão
Mas não sorrimos à toa
Não sorrimos à toa
Aqui nesse barco
Ninguém quer a sua orientação
Não temos perspectivas
Mas o vento nos dá a direção
A vida que vai à deriva
É a nossa condução
Mas não seguimos à toa
Não seguimos à toa
Volte para o seu lar
Volte para lá
Volte para o seu lar
Volte para lá”
(Arnaldo Antunes)

Vimos a partir de uma breve revisão teórica, que a trajetória da Assistência Social no Brasil é marcada por diversas conjunturas sociais que, de certa forma, determinam a formulação das Políticas Públicas do setor e os rumos da atuação profissional. Entre as diversas rupturas e pressões enfrentadas, percebe-se uma situação fundamental que perdura até os dias atuais: instituições e trabalhadores de um setor, tornando-se mandatários da classe dominante para executarem serviços junto aos pobres e excluídos. Mas, o grande entrave, é que tal ‘mandato’ carrega uma série de prescrições da ideologia dominante, que reforçam um trabalho com forte apelo à benevolência e a caridade generosa, estratégias de atuação com relações de poder e assistencialismo controlador, assim como a manutenção da subalternidade com projetos de inclusão precária – que também fortalecem os símbolos e significados da pobreza naqueles que necessitam dos serviços. No entanto, não se pode esquecer, do empenho organizado de

profissionais - e seus respectivos órgãos de classe - para consolidar caminhos alternativos aos estabelecidos pelos setores dominantes, como é o caso do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que representou a ruptura com os modelos tradicionais e conservadores de atuação.

Hoje, a Política Nacional de Assistência Social reconhece em sua redação, as fortes pressões que os processos ideológicos e as dilacerações socioculturais provocam na organização familiar, mas, no momento em que expressa incisivamente a necessidade de centrar os trabalhos nas famílias, pode fazer emergir grandes contradições, tendo em vista que na linha de frente das ações, pouco se tem percebido, a preocupação com os processos ideológicos e opressivos que impelem as famílias à condição de resíduo, bem como as metamorfoses históricas que a categoria vem sofrendo, como é indicado por Ariès (1981). Como se pode ver a partir das interpretações, o destaque da família nas políticas sociais faz emergir fantasmagorias a serem desmascaradas e armadilhas a serem desarmadas.

Bader Sawaya (2004) afirma que a centralidade da família na vida das pessoas é indiscutível. A autora cita uma pesquisa realizada pelo UNICEF com 5 mil jovens brasileiros, na qual 95% deles percebem a família como a mais forte das instituições, e 70% consideram que a convivência familiar é o principal motivo de felicidade. Observando as respostas dos profissionais pesquisados, que correspondem aos olhares sobre a própria família, verifica-se também a família sendo representada como uma instituição forte e como motivo de alegria - mesmo que esse olhar seja voltado quase que exclusivamente para a sua família - afinal, a grande maioria a percebe como um espaço harmônico e sem conflitos.

Apesar de os dados desta dissertação revelarem uma quase ausência de problemas e desarmonias, quando se referem ao olhar dos profissionais sobre a própria família (o que poderia fazer com que as interpretações considerassem apenas esse aspecto e torná-lo ingenuamente positivo), há que se considerar, os diversos preconceitos dos trabalhadores da assistência social em relação às famílias atendidas mostrados aqui, fato que expõe algumas contradições a serem superadas nos trabalhos socioassistenciais. Ou seja: em primeiro lugar, reconhecer que esse olhar para a família do “outro” é produto de um assistencialismo controlador da ideologia dominante; em seguida, reconhecer essa família, também como fonte de afeto, apoio e cuidados

significativos - com suas diversas rupturas e desventuras. Finalmente, compreender a sua própria família, como fonte de contradições e conflitos. A partir disso, talvez surja um lampejo de “conciliação” com as pessoas atendidas, sem os mecanismos usuais de controle e dominação.

O que os dados deste estudo sugerem, é a necessidade de não sobrecarregar a família com grandes expectativas de ‘desempenho’- forjadas à luz das distorções da ideologia dominante - às quais ela não tem condição de corresponder; e também, a necessidade de considerar a qualidade das micro-relações mantidas nos trabalhos sociais.

Os fatos contraditórios percebidos por esta pesquisa sugerem a criação de relações angustiantes entre profissionais e usuários, o que impede de pensar adequadamente os objetivos a serem alcançados pelo trabalho social ou, até mesmo, a possibilidade de se manter relações menos controladoras. Assim, a ideologia que nada tem de estática, se alimenta e reproduz a partir das próprias contradições por ela engendrada, implicando em dominação e reiteração dos padrões que as Políticas de Proteção Social em alguma medida tentam reverter. Desta forma, os afetos e emoções que deveriam ser valorizados como elementos humanizadores das relações, são revertidos em elementos de desintegração: a família incapaz, patológica, disfuncional, desarmoniosa, desestruturada, cheia de problemas, já que não consegue cumprir as exigências decorrentes da expectativa social em relação aos cuidados de seus membros.

Assim, os dados deste trabalho, aproximam-se do discutido por Mito (2004) quando apresenta que o Estado e família, travam uma relação conflituosa e contraditória, com variadas estratégias de poder e dominação, reproduzidos também pelos agentes da “linha de frente”. Afirma-se então, uma espécie de “parceria”, em que o Estado se compromete a proteger a família, “mas ao longo da história vimos que essa parceria é um conto do vigário”, muitas vezes porque a família vem sendo mais sobrecarregada e não esvaziada (de funções e/ou responsabilidades). (p.14)

Permitindo mais reflexões sobre o tema, outros questionamentos podem ser feitos: como esperar uma família *harmoniosa* e *solidária* - dados marcantes deste estudo - em tempos de exacerbação da competição, de dilaceração das sociabilidades, flexibilidade, eficácia, produtividade, entre outros conceitos da ideologia neoliberal? Depositar na família, a responsabilidade e a capacidade de sempre nutrir valores como

harmonia e solidariedade, numa sociedade em que a lógica é justamente a inversa, a do mercado, da competição e do individualismo, é “dar um tiro no próprio pé”. Essa ideologia neoliberal acaba afetando as instituições de assistência social - ou que se dizem promotoras de uma educação emancipadora tais como o CRAS - porque além de relações que garantem a condição de subalternidade e a circulação de preconceitos, materializa métodos de trabalho fortalecedores de uma inclusão marginal. Como desejá-las *integradas* se o máximo que está sendo feito, são “políticas de inclusão precária e marginal” que forçam a manutenção de seus membros em atividades subalternas ou que reforçam símbolos e significados que lhes garantem a acessibilidade à condição de pobreza?

Como querê-las *estruturadas*, se a fluidez da vida moderna não permite mais estruturas estáticas, cujos *laços com compromissos mutuamente vinculantes, podem ser positivamente prejudiciais, dadas as novas oportunidades que surgem em outros lugares?* Como não ser *frágil* ante as estruturas sociais fragilizadas pela crescente *derrocada das agências efetivas de ação coletiva?* Como estas famílias podem ser *obedientes as regras* se, historicamente, as camadas dominantes não obedeceram - e ainda não obedecem – as regras básicas de garantia aos direitos humanos fundamentais. (BAUMAN, 2001, p.21) Como querê-las *orientadas*, sem sequer fazer um esforço para entender as formas de sociabilidade, e os modos de vida desta família e sem que haja esforço humano para compreender suas crenças e valores? Como querê-las *felizes*, se suas riquezas culturais, sua ludicidade e as formas de resistência, são desprezadas, dilaceradas e colocados em segundo plano na execução das ações? Como querê-las *emancipadas e participativas* se as suas imagens e comportamentos muitas vezes causam sentimento de “hostilidade, medo, desconfiança”, bem como podem ser entendidas como uma ameaça as propostas de domesticação já estabelecidas e, também, se as formas de sociabilidades captadas reforçam a condição subalternidade das famílias atendidas?

Observa-se então - a partir de Freire (2001) - que os métodos de trabalho empregados nos espaços da assistência social, estão longe de atingir os objetivos de uma educação como prática de liberdade – que venha acompanhada da superação da condição de exclusão. A apreensão das formas instituídas revela profundas contradições que geram nas *classes populares a elas submetidas uma espécie de cansaço existencial que, por sua vez, está associado ou se alonga no que venho chamando de anestesia*

histórica, em que se perde a idéia do amanhã como projeto. (p.27, grifos meus). Desta forma, Paulo Freire completa:

O amanhã vira o hoje repetindo-se, o hoje violento e perverso de sempre. O hoje do ontem, dos bisavós, dos avós, dos pais, dos filhos e dos filhos destes que virão depois [...]. Daí a necessidade de competência científica que não existe por ela e para ela, mas a serviço de algo e de alguém, por tanto contra algo e contra alguém... Daí a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo. Explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada (p.27)

Outro ponto a ser destacado, é o da subtração dos valores culturais e dos conhecimentos partilhados das pessoas atendidas, evidenciando o caráter desumanizador das intervenções. No momento em que os agentes da assistência social, prescrevem suas orientações e desvalorizam a história e a cultura daqueles que são “alvos” das ações, acabam provocando “uma inversão que atrapalha a apreensão daquilo que está acontecendo realmente”. A exemplo disso, poder-se-á verificar os dados colhidos neste estudo, que mostram a ilusão de que as pessoas são culpadas por seus próprios sofrimentos existenciais. Como explica Whitaker (2003, p.23):

Essa inversão é dada pela dominação, porque como a classe dominante deseja que os dominados aceitem a dominação como natural e não percebam a injustiça social, a inversão, por meio do processo produtivo, cria uma ilusão de que as causas dos fenômenos são outras e não aquelas que se deveriam descobrir como tais

Como assinala Freire (2001), a valorização da cultura é ponto determinante para o empoderamento dos cidadãos, a partir da qual se encontram formas de *resistência latentes, às vezes escondida, oculta, expressando-se em diferentes formas de resistência ao poder das classes dominantes.* (p.26). Daí a necessidade de o trabalhador da assistência - que queira produzir e ser produzido pela educação popular – compreender e absorver nas práticas diárias, as manifestações culturais, os conhecimentos acumulados, as formas de lutas, resistências e organização local.

Apoiando-se em Whitaker (2003), o que se pretende dizer aqui, é que as ações pautadas por preconceitos da ideologia dominante além de inverterem as causas e efeitos dos fenômenos, cumprem a tarefa de desqualificar pessoas, famílias e comunidades. [...] “*E para justificar a miséria, nada melhor que transformar a vítima em réu: ele é culpado da sua pobreza*” (p.24)

Cabe retornar aqui a um trecho do diário de campo, onde um trabalhador da assistência social critica o fato de a família ter vindo do Nordeste:

Puxa vida, porque esse povo ainda mete a cara e vem do Nordeste pra cá? Fica lá!'. “eu sempre achei que deveria fazer uma campanha para avisar as pessoas de como está aqui; coitados... eles vêm sem saber, ficam na rua [...]” (Diário de campo, 18 de agosto de 2009).

Tal fala, ancorada em valores sociais “xenofóbicos”, revela a crença partilhada em preconceitos do senso comum de que imigrantes - do Nordeste - são responsáveis pelos problemas sociais das áreas supostamente mais desenvolvidas. É a vítima sendo transformada em réu! Com efeito, Bauman (2006) revela que todo modelo de ordem seletiva exige que as camadas dominantes *segrem, aprem, extirpem as partes da matéria-prima humana que sejam inadequadas para a nova ordem*.

Este estudo mostra que tais preconceitos atravessam fortemente a vida dos profissionais, pois, se por um lado prega-se a igualdade, a luta pela inclusão, a denúncia e a superação de condições desumanas, do outro, revelam, de fato, as características violentas das ideologias. Nessas incongruências poderão ser revelados também os “efeitos colaterais” de um “tratamento”, que nada se parece com prevenção. Aqui podemos recorrer à metáfora que Bauman (2006, p.149) utiliza: “*cobra mordendo o próprio rabo*”. Lembrando o que o autor assinala à página 123, percebe-se a incapacidade por parte de alguns profissionais de conviver com a diferença e beneficiar-se dela, bem como a dificuldade de desprender-se dos olhares classificatórios e estigmatizadores que perpetuam a tendência à homogeneização.

Nesse sentido, pode-se inferir a partir de Bauman (2001), que o encontro com o “outro” nos espaços da assistência social, parece mais um desencontro - *uma história para não ser continuada* - onde não há espaço para o diálogo e a aprendizagem. Constituem-se então *espaços-públicos-mas-não-civis*, que não permitem as trocas e a comunhão como estranhos. Assim, o “outro” é visto como uma ameaça exótica, impedindo qualquer tentativa de interação ou valorização de seu modo de ser.

É aterrorizante constatar relações destruídas, opressões incansáveis, contra-reações apagadas pela voracidade da ideologia, “vômitos”, “cusparadas”, chibatadas simbólicas, o agravamento das relações desiguais, etiquetamentos, corpos que se curvam, mas, ao contrário, é renovador sentir pontos de superação, de socialização com alto grau de humanidade ou, até mesmo, reações de raiva e indignação.

É nessas lacunas de esperança, que emerge o pensamento radical e profundo de Paulo Freire, como fonte de superação das relações desiguais. Um pensamento que reconhece, vai a fundo e irrompe as desumanidades, que valoriza culturas, que oportuniza mudanças radicais a partir do contato com a alteridade e que justifica uma educação social cunhada à luz de uma lucidez cultural e não das ilusões ideológicas.

Se, a educação formal tem se mostrado ineficiente para superação das desigualdades, a educação popular se torna uma alternativa viável, desde que construída *com* os oprimidos e não prescritas *para* eles. Diante de tantos obstáculos que se interpõem aos trabalhos das políticas sociais, poder-se-á ter a impressão que, o desafio é quase inalcançável, ou que a tentativa de superação de modelos opressivos de educação está destinada ao fracasso. Porém, alguns modelos vêm mostrando pontos de superação, a exemplo da Pedagogia Social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (M.S.T.), que recorre à educação como prática de liberdade, através da originalidade e radicalidade do pensamento de Paulo Freire.

Enfim, existem alguns desafios importantes, entre muitos que podem ser elencados:

- Reconhecimento verdadeiro da dívida histórica com setores da sociedade que viveram e ainda vivem esmagados pelo processo de desigualdade e exclusão social, que certamente deveria ser discutido com maior profundidade em trabalhos ligados à Política Nacional de Assistência Social.

- O esforço subjetivo para a mudança dos sujeitos que pensam e praticam trabalhos socioassistenciais independente da profissão que exercem, ou seja, a necessidade de rompimento com os limites da ideologia, entendida aqui como fonte geradora de ilusão e dominação. Como disse Freire (2001, p. 36), *a intolerância é sectária, acrítica, castradora. O intolerante se sente dono da verdade, que é dele.*

- Não tomar as pessoas atendidas como objetos dos serviços socioeducativos, que tornam os sujeitos em depósitos a serem preenchidos com os ideais da ideologia dominante. (FREIRE, 2001, p37)

- A incorporação novos paradigmas científicos que ilumine a compreensão multidimensional dos fenômenos individuais e coletivos, ou seja, a busca pela transdisciplinaridade.

Tais desafios apresentam a necessidade de romper os limites da ideologia, que impedem a tomada de consciência. Limites impostos por um conjunto de padrões introjetados ao longo da história e que bloqueia a sensibilidade para o trabalho social. (WHITAKER e SOUZA, 2007). A ilusão da superioridade sobre o “outro” leva profissionais para uma espécie de “catequização”, à luz das impurezas ideológicas de sua “boa educação”. Mas, como disse o poeta Arnaldo Antunes, é preferível que alguns profissionais “Volte para o seu lar, volte para lá!”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília : UNESCO, BID, 2002.

ANTUNES, Arnaldo. **Volte para o seu lar.** Letra de música. (s/d)

ARIÉS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, Miguel. Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: SOUZA, Ana Inês (org.). **Paulo Freire: vida e obra.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

BACHELARD, Gaston. A noção de obstáculo epistemológico. In ____ **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** RJ: Contraponto, 1996. p. 17 – 28.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERNARDO, João. **A silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: Escrituras, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El Ofício de Sociólogo.** México/Madri: Siglo Veintino Editores, 1993.

BONNEWITZ, P. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BRUNO, Lúcia. Prefácio à edição brasileira. In: BERNARDO, João. **A silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: Escrituras, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: Vozes, 2006.

CABRAL DE MELO NETO, João. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta.** Rio de Janeiro, José Olympio.1980.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Educação.** In: *Revista Educação e Sociedade.* São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, v. 5, p. 24-40, jan. 1980.

CORBISIER, Roland. Prefácio à edição brasileira. In: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 1977

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

FERNANDES, Ângela V. Machado; ALMEIDA, P. Dozono; WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs.). **Educação, Juventude e Políticas Públicas**: reflexões sobre inclusão e preconceito. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

FIORI, Ernami Maria. Aprender a dizer a palavra (prefácio à edição brasileira). In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUARESCHI, A. P., JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES E.S.; BARBOSA E.F. 1999. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 03 de março de 2009. <http://www.educativa.org.br> .

KRUEGER R.A. **Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research**. London: Sage Publications, 1996.

LAPLATINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Imagem, 2004.

LÚDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. A. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (temas básicos de educação e ensino).

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Benefício de prestação continuada**: as armadilhas. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2008.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIOTO, Regina C. Tamaso, **A família é um espaço de pessoas**. In: WANDERLEY, Maria A. Belfiori; OLIVEIRA, Isaura I. M. Castanho (orgs.) Trabalho com famílias. São Paulo: IEE-PUC-S.P., 2004

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social: Introdução às suas técnicas**. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1969.

OLIVEIRA, F. A. Questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. Cadernos ABONG, São Paulo. Série especial: Subsídios a I Conferência Nacional de Assistência Social – 1. 1995. In: Almeida, L.M.P. **Vulnerabilidade Social. Desenvolvimento humano no RECIFE**: Atlas municipal. Disponível em: <http://www.emprel.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/8.%20Vulnerabilidade%20Social.pdf>. Acesso em: 25 set. 2008.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PAUGAM, Serge. **A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social** – Comunicação proferida no Ciclo de Debates sobre Política de Assistência Social/ MDS. Brasília, 2003.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PIMENTA DE FARIA, C. A. *Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social*. BIB n° 46, 1998, pp. 39-78

PORTELLI, A. A lógica das Narrativas e a Aprendizagem da Diferença na Pesquisa de Campo. In: WHITAKER, D.C.A., VELÔSO, T.M.G. (Orgs.). **Oralidade e Subjetividade: Os Meandros Infinitos da Memória**. Campina Grande: EDUEP/Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2005. p. 47-54

PESSIS-PASTERNAK, G. (org) **Do caos à inteligência artificial**. São Paulo: editora Unesp, 1993.

RIBEIRO, Claudia Tavares. **Solidariedade, fraternidade, assistencialismo e filantropia: valores e prática da década de 90?** Série Estudos e Debates n° 2, 1994 - trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual ANPOCS.

RIBEIRO, Marlene. **Uma educação social faz sentido? Alguns apontamentos**. Site: Argumentos. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/tramse/argos/edu/2004/06/uma-educacao-brasil-16-de-abril-de-2004.html>. Acesso em: 07 de jan. 2010.

ROSENBERG, R.L. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo: EPU. 1987.

SAWAYA, Bader Burian, **A família, fonte de todo bem e de todo mal**. In: WANDERLEY, Maria A. Belfiori; OLIVEIRA, Isaura I. M. Castanho (orgs.) **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE-PUC-S.P., 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERRÃO, Margarida., BALEEIRO, Maria Clarice. (Cols.) **Apreendendo a ser e a conviver**. São Paulo: FTD/Fundação Odebrecht, 1999.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (org). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M.R. **O Assalto à Infância no Mundo Amargo da Cana-de-Açúcar. Onde Está o Lazer? O Gato Comeu!** Tese (Doutorado) Faculdade de Educação/ Departamento de Ciências Sociais Aplicadas a Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2000.

SOUZA, Ana Inês (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1986.

SCHNORR, Gisele Moura. **Pedagogia do Oprimido**. In: SOUZA, Ana Inês (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

SOUZA, Marinaldo Fernando; MARQUEZE Claudia. **Dilemas e desafios: contribuições do pensamento de Paulo Freire para uma reforma da atuação dos profissionais da assistência social**. Araraquara, (2008). **Trabalho não publicado**.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social: De ação individual a Direito Social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC. n° 10, jul/dez, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta **Ideologia e Práticas Culturais: O Controle Ideológico dos Trabalhadores da Cana**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Araraquara: Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

_____. **Ideologia X Cultura: Como harmonizar esses conceitos tão antagônicos**. In: SOUZA, Eliana Maria de Melo, CHAQUINE, Luciane Pentead, 2002.

LIMA, Paulo Gilberto Rodrigues (orgs). **Teoria e prática nas ciências sociais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

WHITAKER, D.C.A. , BEZZON, L.A.C. **A cultura e o ecossistema: reflexões a partir de um diálogo**. Campinas: Alínea, 2005.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta, FIAMENGUE, Elis C. Crianças em Assentamentos de Reforma Agrária: Um Estudo das Possibilidades de Um Novo Modo de Vida. In: BOTTA FERRANTE, V.L.S. (org.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Sociologia FCL/UNESP/NUPEDOR/CNPq. Ano VI, nº. 8, 2000. p. 69-81.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta, FIAMENGUE, Elis C. **Ciência e ideologia: as armadilhas do preconceito**. In: WHITAKER, Dulce C. Andreatta. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau: Letras à Margem/CNPq, 2002.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta, SOUZA, Marinaldo Fernando. A permanência dos jovens em Assentamentos de Reforma Agrária: um rosário de equívocos. In: In: BOTTA FERRANTE, V.L.S., WHITAKER, D.C.A., (orgs.). **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente UNIARA/NUPEDOR/CNPq, nº 10, 2006. p. 113-125.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta, SOUZA, Marinaldo Fernando, ONOFRE, Silvana Aparecida **A Luta pela terra: representações sociais e preconceitos: Trabalho apresentado no I Seminário Nacional – A Questão da Terra: Desafios para a Psicologia**, Brasília, 2006.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta, SOUZA, Marinaldo Fernando de. **A Psicologia vai ao campo: transpondo as cercas do latifúndio mental e construindo um novo campo de atuação: trabalho apresentado no Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Araraquara, 2007.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta, VELÔSO, Telma M.G. (Orgs.). **Oralidade e Subjetividade: Os Meandros Infinitos da Memória**. Campina Grande: EDUEP/Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2005.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta; WHITAKER, Valéria; SOUZA, Marinaldo Fernando. **Subjetividade e Ciência: Os diferentes olhares do pesquisador em assentamentos de Reforma Agrária – Trabalho apresentado no Simpósio IV Simpósio de Reforma Agrária UNIARA/NUPEDOR**, 2010.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta; WHITAKER, Valéria; SOUZA, Marinaldo Fernando. **Proposta metodológica para pesquisa de campo em assentamentos de reforma agrária e reservas ambientais: interfaces científicas**. Trabalho apresentado no Simpósio IV Simpósio de Reforma Agrária UNIARA/NUPEDOR, 2010.

WANDERLEY, Maria A. Belfiori; OLIVEIRA, Isaura I. M. Castanho (orgs.) Trabalho com famílias. São Paulo: IEE-PUC-S.P., 2004.

Leis e Documentos

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA – FEBEM- S.P.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**: Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Versão Preliminar**. Brasília: MDS/SNAS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Brasília**: MDS/SNAS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-socialbasica/paif>>. Acesso em 04/03/2009.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

Entrevista cedida por Paulo Freire em 1997 para Luciana Burlamaqui TV PUC São Paulo <http://www.youtube.com/watch?v=UI90heSRyFE> acesso em: 18 fev. 2010.

